

CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

REVISTA PIBIC 2020





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
Título do Projeto: eVoices: A Curva da Visibilidade e suas
Implicações para a Atuação de Grupos Marginalizados Online
Autores: Andrea Medrado e Giovana Trulio
Departamento/Unidade/Laboratório: Comunicação Social (GCO)

INTRODUÇÃO:

Nesta pesquisa, buscamos analisar o papel exercido pela visibilidade na luta de ativistas digitais para levar atenção a grupos marginalizados. Utilizada como ferramenta de reconhecimento, a visibilidade é muitas vezes classificada como exclusivamente positiva. Apesar de não podermos negar esse seu aspecto, que proporciona às comunidades marginalizadas um espaço para atrair atenção para suas realidades, é indispensável o reconhecimento das características negativas também associadas a ela. Por meio da visibilidade, os midiativistas também se colocam em posição de vulnerabilidade. Isso acontece porque a visibilidade possui uma natureza assimétrica – você é visto, mas não vê por quem. Com isso, uma dinâmica de vigilância por agentes de poder pode ser estabelecida e resultar, mais uma vez, no silenciamento dessas vozes. Para analisar essas questões, investigamos dois casos de iniciativas ativistas: o do Coletivo Maré Vive, do Complexo da Maré, e o do fotógrafo queniano Msingi Sasis, e, a partir de suas experiências, propomos o nosso “Modelo de Escalas da Visibilidade”. Através dele, buscamos oferecer aos ativistas um melhor entendimento do processo de ganho de

visibilidade, suas consequências e suas limitações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O modelo proposto se baseia em 4 estágios principais. O primeiro deles é o Crescimento de Visibilidade, que se refere ao período de emergência das iniciativas ativistas, onde elas estão adotando estratégias para divulgar suas mensagens e chamar atenção para as suas causas e lutas. O segundo é o Alcance de Visibilidade, aqui, elas estão tendo sucesso ao se apresentarem para seu público. De acordo com a nossa pesquisa, é a partir desse momento que o lado negativo da visibilidade pode vir a ser tornar um problema, gerando o terceiro estágio do nosso modelo, o Momento Crítico de Visibilidade. Nesse ponto, os ativistas se encontram em uma posição de vulnerabilidade causada pela alta visibilidade alcançada, fazendo com que eles se tornem alvos de ataques nos ambientes *online* e *offline*. O quarto estágio é o Gerenciamento de Visibilidade, que consiste nas estratégias a longo prazo que os midiativistas adotam para administrar a necessidade de serem vistos, sem ficarem em perigo. A maneira como eles lidam com esse último ponto gera dois possíveis

resultados: o grupo pode Superar ou Sucumbir ao Momento Crítico. No caso da primeira opção, o sucesso pode ser dado também de duas maneiras diferentes, com os ativistas decidindo se tornarem mais discretos e manterem uma baixa visibilidade ou com os ativistas escolhendo alcançar uma visibilidade ainda maior. Ao decidirem por continuar se expondo, a previsão é que a jornada de visibilidade seja, mais uma vez, percorrida, gerando um looping. Já no eventual fracasso na administração da crise, as iniciativas voltam a uma condição de invisibilidade. Aplicando o modelo em nossos dois casos de estudo, tanto o Maré Vive quanto Msingi Sasis foram capazes de superar seus Momentos Críticos através do alcance de uma visibilidade ainda maior. Apesar disso, não podemos dizer que a mesma estratégia foi utilizada para ambos. Enquanto o coletivo precisou recorrer à mídia tradicional para esclarecer a confusão que aconteceu ao terem sua página do Facebook clonada, Msingi passou pela crise com o apoio de seus parceiros da organização PAWA254, que iniciaram uma campanha *online* para liberar o artista que foi preso enquanto realizava seu trabalho nas ruas de Nairóbi.

CONCLUSÕES:

Com nosso trabalho, gostaríamos de demonstrar que, de maneira geral, a visibilidade vem sendo abordada de uma forma muito positiva nos movimentos sociais e ativismo digital, isso pode ser explicado pelo fato dela ser um objetivo para muitos dos grupos marginalizados buscando superar seu

silenciamento. Porém, ao mesmo tempo em que poucas reflexões sobre as consequências de atingir essa visibilidade têm sido realizadas, esse olhar crítico se torna cada dia mais necessário para proteger os ativistas considerando o momento em que vivemos, onde as tecnologias se renovam diariamente e a vigilância se faz presente em todos os âmbitos de nossas vidas. Buscamos contribuir para o estabelecimento de estratégias a serem usadas pelos ativistas para garantir a eles segurança ao usarem suas vozes, trabalhando em seus esforços para uma realidade menos opressora para todos aqueles vivendo às margens da sociedade.

AGRADECIMENTOS:

À UFF e ao Programa de Bolsas de Iniciação científica (PIBIC). À orientadora Andrea Medrado. Aos ativistas da página Maré Vive, que enriqueceram imensuravelmente esta pesquisa. Ao professor Adilson Cabral e ao grupo EMERGE. À rede de pesquisas E-Voices Redressing Marginality. Ao Arts and Humanities Research Council (Inglaterra), órgão que apoiou o estabelecimento da Rede E-Voices.



Grande área do conhecimento: Comunicação e Informação

Título do Projeto: “FAKE NEWS” E A INTOLERÂNCIA NA REDE

Autores: Gabrielle Fonseca Dias e Renata Rezende Ribeiro
(orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório: Comunicação Social/IACS

INTRODUÇÃO

O presente projeto dá continuidade a um conjunto de pesquisas realizadas pela orientadora Renata Rezende, que tem como objetivo analisar a manifestação da catarse nas redes sociais digitais. Nesta etapa da pesquisa, buscamos observar a produção das chamadas *fake news* no ambiente digital, a construção e estrutura dessas informações falsas e a influência destas publicações na produção de discursos intolerantes.

Para realizar essa análise, selecionamos como objeto de estudo quatro das principais temáticas de notícias falsas que circularam pelo Brasil entre 2018 e 2019: o caso do denominado “kit gay”, o movimento de informações antivacina, a desinformação durante a pandemia do novo coronavírus e as publicações inverídicas contra a ex-vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco. A partir do material coletado, analisamos como surgiram, foram

produzidas, construídas e estruturadas essas notícias falsas.

Durante a pesquisa, realizamos ainda a análise de conteúdo (BARDIN,2016), a partir do desenvolvimento de uma tabela para classificar cada um dos materiais encontrados. Ela foi dividida nas categorias: tema, difusores, teor, imagem, vídeo, conteúdo real, conteúdo fictício, marcas, observações, opinião e *link*. Foram analisadas duas informações falsas no caso Marielle Franco, sete desinformações antivacinação, quatro *fake news* sobre o suposto kit gay e, por fim, 11 notícias inverídicas sobre a pandemia do novo coronavírus.

RESULTADOS

Durante a análise das informações inverídicas sobre o caso Marielle Franco, foi possível encontrar o uso de elementos ou dados verdadeiros em conjunto com falsas suposições sobre

a vítima. Foram utilizadas fotos falsas que usuários de redes sociais alegavam retratar a ex-vereadora, além do uso de uma publicação no Facebook repleta de informações inverídicas sobre a parlamentar.

Já o segundo objeto analisado pela pesquisa, relacionado ao chamado “kit gay”, trouxe dois fatos reais em conjunto com as notícias inverídicas. Os criadores dessa *fake news* usaram um projeto que realmente existia, o Escola sem Homofobia, revertendo o sentido real do conjunto de materiais e, ainda, atribuindo a autoria erroneamente a Fernando Haddad, que embora tenha sido ministro da educação durante o governo Dilma, não criou o suposto kit.

Já o terceiro assunto analisado corresponde às notícias falsas antivacinação. No Brasil, segundo um levantamento realizado pela Avaaz em 2019, a desinformação vem principalmente de publicações de sites e portais dos EUA. Grande parte do conteúdo é produzido originalmente no país-norte americano e republicado por contas brasileiras.

Durante a análise de conteúdo realizada na pesquisa, pudemos identificar ainda outros traços em comum dessas *fake news* que surgiram no Brasil nos últimos dois anos, como o uso de figuras de autoridade para dar autenticidade aos supostos casos de reações negativas do organismo às

vacinas. Nas notícias inverídicas analisadas no levantamento constam depoimentos atribuídos a supostos médicos tanto brasileiros, quanto americanos, que confirmariam o perigo das vacinas.

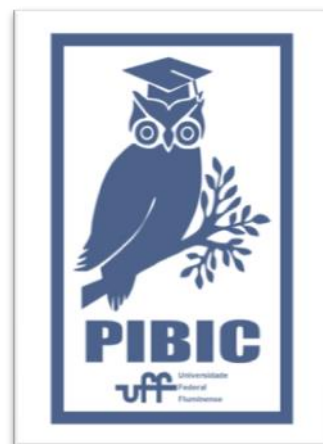
Outro assunto que se tornou alvo das *fake news* nos últimos meses é a pandemia do novo coronavírus, o Sars Cov-2. Durante a coleta das notícias, foi possível observar que muitas das informações falsas se baseavam em dúvidas genuínas da população e eram ainda pautadas numa possível esperança de que a pandemia pudesse ser mais facilmente resolvida. Na nossa amostra, esse tipo de notícia falsa corresponde a quatro das 11 *fake news* analisadas. Na análise, identificamos ainda notícias que atrelavam o surto de covid-19 a razões e causas de cunho político e a promessa de curas inexistentes contra a doença.

DISCUSSÕES

Os resultados obtidos durante a pesquisa nos mostram que existe uma série de semelhanças entre as notícias falsas analisadas, embora cada uma delas possua especificidades e singularidades. Vale ressaltar, que todas as publicações possuem alguma figura de autoridade entre os principais difusores da notícia falsa e têm se tornado cada vez mais alvo de figuras públicas e ocupantes de cargos políticos.

CONCLUSÕES

Durante a pesquisa, foi possível concluir que cada uma das notícias falsas possui “pedaços de verdade”. Neste cenário, é possível concluir que os propagadores da desinformação se utilizam de fragmentos verdadeiros para causar confusão entre o público. A ideia, portanto, seria a de semear a dúvida. O processo de pesquisa trouxe ainda uma série de descobertas que nos permitiu associar pontos de semelhança entre as *fake news*. Assim, é possível concluir que em muitos casos a estrutura destas notícias falsas apresenta elementos fundamentais e, quase sempre comuns, que servem para dar sustentação à suposta veracidade da informação. A mistura de elementos verdadeiros com ficcionais, juntamente com o uso de figuras de autoridade aliadas à rápida difusão de informações, proporcionada pela evolução tecnológica, se mostraram como os principais elementos que sustentam a divulgação destas publicações de maneira massiva na internet.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: O Estado da arte do mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil e na Argentina

Autores: Douglas Martins Amaral; Carlos Antonio de Souza Moraes

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Serviço Social de Campos

INTRODUÇÃO:

A proposta deste resumo está vinculada ao projeto de pesquisa que tem como tema o “mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil e na Argentina” desenvolvendo-se a partir de cooperação internacional entre pesquisadores da Universidad Nacional de Mar del Plata – Facultad de Ciencias de la Salud y Trabajo Social – Grupo de Investigación “Fundamentos, Formación y Trabajo” e da Universidade Federal Fluminense/ Departamento de Serviço Social de Campos/ Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES).

Trata-se de uma proposta que objetiva mapear, analisar e comparar as produções acadêmico-científicas brasileiras e argentinas a respeito do mercado de trabalho para assistentes sociais. Justifica-se mediante contribuições para análise do mercado de trabalho do Serviço Social no contexto nacional, além de colaborar com iniciativas de cooperação internacional que ainda têm sido restritas no Serviço Social brasileiro e ainda, identificar inicialmente, uma rarefeita produção a respeito do mercado de trabalho profissional no país, o que evidencia sua relevância científica e originalidade.

Os procedimentos metodológicos para a construção do projeto estão pautados em tratamentos que tem privilegiado aporte qualitativo e quantitativo, a partir de pesquisa de tipo exploratória, pautada em estudo de caráter bibliográfico, através da modalidade “estado da arte” e da técnica de “análise de conteúdo temática ou categorial” com auxílio do software de pesquisa IRAMUTEQ.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O bolsista de iniciação científica tem participado do trabalho de pesquisa vinculado ao contexto brasileiro. Inicialmente, recorreu-se ao mapeamento das produções científicas através de identificação, seleção e caracterização dos trabalhos de acordo com os objetivos da pesquisa. Nesta etapa, foram realizadas buscas a partir do ano 2000 até 2018, em 14 revistas científicas na área de Serviço Social e disponíveis online. Como critério para escolha destas Revistas, optou-se por todas aquelas com Qualis avaliadas pela CAPES na área, entre A1 e B3. Enquanto resultado, foram encontrados 38 artigos relacionados ao tema, sendo o ano de 2012 com o maior número de publicações, totalizando 10 artigos.

Além disso, recorreu-se ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES, a partir dos

mesmos critérios temporais e dos descritores para o trabalho com as revistas científicas. Foram selecionadas 61 *dissertações*, com o maior número de produção em 2003 e na região Sudeste. Entre os Programas de Pós Graduação, os maiores quantitativos de produções encontram-se nos Programas de Serviço Social; Política Social; Política Pública e Economia Doméstica. Para a seleção das teses de doutorado, recorreu-se aos mesmos critérios utilizados para o trabalho com as dissertações, sendo selecionadas 22 produções.

Após a construção do *corpus* da pesquisa, os integrantes do projeto de pesquisa, participaram de um curso introdutório ao IRAMUTEQ na primeira semana de março de 2020, organizado pelo GRIPES. Posteriormente ao Curso, a equipe de pesquisa iniciou o trabalho de organização do *corpus* da pesquisa, conforme as demandas do software, recorrendo, no primeiro momento, ao trabalho com os artigos científicos (em desenvolvimento). Concomitantemente, a equipe de pesquisa desenvolveu um grupo de estudos, ao longo de 08 encontros e em formato virtual, o que possibilitou a construção de interpretações preliminares dos artigos, predominantemente fundamentados na teoria social de Marx, além da identificação de eixos de análise que também fundamentarão as interpretações dos resultados desta pesquisa, tais como: crise estrutural do capital, em uma conjuntura caracterizada pelo processo de globalização/mundialização, reestruturação produtiva e neoliberalismo que, em sua complexidade, afetam as esferas de produção e reprodução social, com profundos impactos no trabalho, no mercado de trabalho e

nas expressões da questão social, exigindo na perspectiva do capital, mecanismos de administração dos problemas sociais, acionados pela reedição de um Estado punitivo, articulado a redefinição de políticas sociais em todo o mundo.

CONCLUSÕES:

As conclusões preliminares apontam para os seguintes dados no contexto brasileiro:

- a. A Política de Saúde e de Assistência Social são as que mais contratam assistentes sociais, sobretudo no âmbito municipal, fato que pode ser explicado devido a descentralização/municipalização das políticas sociais a partir da Constituição de 1988. Em algumas regiões do país estas políticas revezam em termos de contratação profissional, conforme estudos desenvolvidos no Maranhão (LOPES, ABREU, 2010), em Brasília (GUIRALDELLI, 2018) em Porto Alegre (PRATES, CLOSS, 2015), dentre outros.
- b. O setor público continua sendo o maior empregador de assistentes sociais no Brasil e a faixa salarial varia de acordo com cada região do país e com tipo de esfera de governo;
- c. Apesar de a esfera municipal absorver o maior número de profissionais, é a que oferta o menor salário e condições mais precárias de trabalho, o que resulta no binômio “expansão do mercado de trabalho e precarização das condições de trabalho profissional” a partir dos anos 1990 e, com ampliação nos anos 2000;
- d. Baixos salários e instabilidade no mercado de trabalho tem contribuído para o desemprego ou, por outro lado, o duplo ou pluriemprego na área de Serviço Social;

e. Por fim, destaca-se que a precariedade do trabalho e o agravamento das expressões da questão social tem sido variáveis determinantes do processo de adoecimento de assistentes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

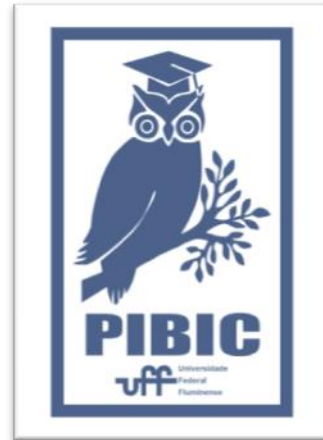
GUIRALDELLI, R. Espaços sócio-ocupacionais, condições de trabalho e agravos à saúde de assistentes sociais na contemporaneidade. **Socied. em Deb.** (Pelotas), v. 24, n. 3, p. 97-112, set./dez. 2018.

LOPES, J. B; ABREU, M. M. Transformações contemporâneas e perspectivas do Serviço Social no Maranhão: incidências sobre o mercado de trabalho do assistente social e a questão da cultura profissional. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis/MA, Número especial, p. 109-117, agosto de 2010.

PRATES, J. C; CLOSS, T. T. Relações de trabalho e competências profissionais dos assistentes sociais na região metropolitana de porto alegre. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015

AGRADECIMENTOS:

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal Fluminense.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/COMUNICAÇÃO

Ansiedade e afeto como sintoma e capital na cotidianidade das juventudes contemporâneas: o papel das mídias na construção de uma pedagogia ambivalente para o capitalismo globalizado.

Victória Guedes Procópio – bolsista de IC

Ana Lucia Enne - orientadora

GEC/IACS/LAMI/GRECOS

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, através do mapeamento, leitura e análise de material diverso, como livros, games, séries televisivas, webséries, perfis de rede social e outros, conjugadas com entrevistas e realização de observação em grupos temáticos, buscamos discutir como as juventudes contemporâneas, em especial as que circulam em torno das práticas e consumos da classe média globalizada, são atravessadas pelas categorias da ansiedade e do afeto, que desempenham papéis ambivalentes na construção da realidade social. Neste sentido, entendemos que essas duas categorias são tanto sintoma quanto formas de capital na prática cotidiana da vida nas sociedades urbanas complexas contemporâneas. Partimos da hipótese de que as mídias são um importante locus de mediação para a construção e partilha de uma pedagogia acerca dessas duas sensibilidades, ansiedade e afeto, em relação direta com as demandas do capitalismo globalizado contemporâneo. Na primeira fase da pesquisa, realizada em 2018-2019, trabalhamos especialmente com as narrativas infanto-juvenis de grande sucesso editorial, como apresentaremos a seguir. Em 2019-2020, estamos prosseguindo com a ampliação do corpus analisado, visando a produção de uma publicação de maior porte ao fim do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em torno da pesquisa em desenvolvimento da professora Ana Lucia Enne sobre ansiedade e afeto como sintomas e capital – conceito trabalhado por Pierre Bourdieu – na sociedade contemporânea e capitalista, partimos para a análise de narrativas infanto-juvenis de sucesso que carregam uma pedagogia nos modos de ser e fazer dos protagonistas das histórias, como analogia e influência aos fazeres do jovem contemporâneo inserido em uma realidade conflitante de desafios e provações, além de certas limitações individuais e subjetivas para a sua colocação e atuação na sociedade. Para este mapeamento, analisamos as narrativas de Percy Jackson, o semideus do Olimpo; Harry Potter, o menino bruxo; a trilogia de Jogos Vorazes e as provações de Katniss Everdeen; e as complexidades de Tris Price na Trilogia Divergente.

Apresentamos estes resultados em um artigo no XV ENECULT, em agosto de 2019 em Salvador/BA (“Ansiedade e afeto como categorias-chave em narrativas literárias e midiáticas infanto-juvenis contemporâneas”), e, incorporando as ótimas sugestões feitas no debate que se seguiu à apresentação, ampliamos e revisamos o artigo, que foi publicado na Revista Parágrafo em 2020.

No artigo que produzimos, trouxemos diversos conceitos que são sintomas da sociedade pós-moderna como hiperestímulos, mal-estar e afetos líquidos, conversando com autores como

Simmel, Bauman e Freud, levando em consideração também o grau distópico de certas narrativas como Jogos Vorazes e a Trilogia Divergente, analisados em congruência com os momentos atuais que estamos enfrentando.

Assim como na modernidade as fábulas traziam essa moral pedagógica, consideramos que essas narrativas operam em um mesmo grau de influência nas construções de imaginários atuais: as provações constantes, os inimigos próximos e os amigos distantes são apenas alguns tópicos que destacamos metodologicamente, na construção de um quadro comparativo entre estas narrativas, considerando também certas “desabilidades” dos heróis e suas fraquezas.

Na segunda fase da pesquisa, ampliamos o escopo empírico pensando séries televisivas, através da análise de formato e conteúdo das mesmas, e apoiado por um questionário online que aplicamos para jovens de 13 a 21 anos, visando a produção de dados quantitativos e qualitativos sobre o consumo de séries e a relação com os temas pesquisados. Estamos em fase de conclusão da análise desse material, visando a produção dos resultados a serem apresentados em congressos e na forma de produtos diversos, como artigos e um livro.

CONCLUSÕES

Diante do material empírico que analisamos, coletados em nossa metodologia de análise dos produtos midiáticos e através do questionário sobre consumo de série que desenvolvemos e aplicamos, entendemos que nossa hipótese se confirma acerca da relação entre esta produção e seu consumo e a construção de uma pedagogia cognitiva em torno da ansiedade e do afeto como sintoma e capital para as culturas juvenis contemporâneas.

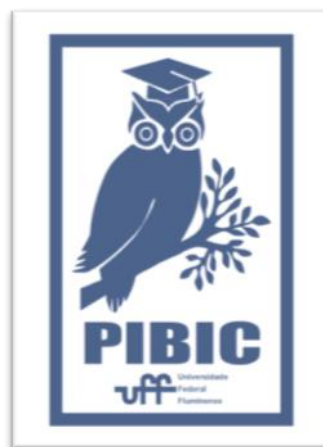


Figure 1: Logo PIBIC



**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ARQUITETURA E
URBANISMO**

**O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS EM ACESSIBILIDADE NA
POLÍTICA URBANA MUNICIPAL**

LÍVIA BABO TEIXEIRA

**DEPARTAMENTO DE URBANISMO / ESCOLA DE
ARQUITETURA E URBANISMO / LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO PATRIMÔNIO - LEP**

INTRODUÇÃO:

O presente estudo integra a pesquisa que tem como objetivo estudar como as municipalidades abordam a temática da acessibilidade em suas políticas urbanas, investigando práticas e ações da administração municipal para garantir os direitos das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Essa pesquisa teve início investigando os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, e nessa atual fase o foco foi o Município de Niterói, devido à possibilidade de manter um contato mais próximo com a Administração Pública que pudesse fornecer informações mais precisas sobre o assunto.

Iniciada em agosto de 2019, a pesquisa em tela seguiu na busca por informações sobre a gestão municipal de Niterói, começando por um estudo aprofundado do histórico de atitudes tomadas em prol da melhoria da acessibilidade e dos direitos das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, identificando a existência de secretarias ou órgãos que tratem

especificamente ou indiretamente da acessibilidade no município, de leis municipais que abordem o tema, e também verificando experiências vivenciadas pelo município (como projetos, planos, manuais e publicações, campanhas e eventos) e quais seriam as perspectivas para o futuro.

Por fim, foi feito contato com o órgão responsável pelo tema no Município, resultando em duas reuniões que tiveram como objetivo esclarecer questões previamente levantadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir do histórico levantado, foi elaborada uma linha do tempo reunindo os acontecimentos mais marcantes no campo da acessibilidade, tendo início no ano de 1996. O primeiro marco foi a criação da Secretaria de Integração e Cidadania (SIC), cuja competência era a execução de políticas de integração social voltadas às pessoas com deficiência e da defesa dos direitos da criança, do adolescente e dos idosos. Nota-se que esta secretaria não tratava apenas da acessibilidade. A Secretaria

Municipal de Acessibilidade e Cidadania (SMAC), específica ao tema, só viária a ser criada em 2009, e que no ano de 2013 passa a ser uma coordenadoria de acessibilidade.

Uma das experiências identificadas foi o Manual de Calçadas Acessíveis (2012), guia que tem como objetivo divulgar informações e padronizar medidas para promover a acessibilidade e mobilidade urbana, buscando orientar e conscientizar a sociedade da necessidade de adequar as calçadas às normas técnicas de acessibilidade estabelecidas pela ABNT.

Esse manual mereceu um estudo mais aprofundado, visto que o Código de Posturas Municipais estabelece como competência do proprietário ou ocupante do imóvel a execução e conservação dos passeios na extensão das respectivas testadas dos terrenos, o que torna extremamente importante a orientação desses proprietários pelo Município. Assim, desenvolveu-se uma análise desse documento, confrontando-o com a NBR 9050 que trata da “acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, definindo padrões mínimos de acessibilidade.

Já em relação às ações promovidas mais recentemente pelo Município, destaca-se a Lei Municipal nº 3453/2019, que “dispõe sobre a efetivação do direito da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida ao esporte e ao lazer”. Essa lei resultou em diversas ações para adaptação de espaços públicos, demonstrando uma preocupação em não só melhorar o acesso e a mobilidade urbana para essa parcela da população, mas também permitir o acesso a espaços de lazer e atividades esportivas,

assunto poucas vezes tratado ainda que seja um direito de todos os cidadãos. Também merece destaque a Lei Municipal nº 3385/2019, que institui o Plano Diretor de Niterói, onde é notável a presença de diversos trechos que incluem a acessibilidade universal nos sistemas viário, de mobilidade e circulação de pedestres, e que demonstram um recente esforço do Município em tomar a responsabilidade por calçadas acessíveis para si, adaptando o ambiente urbano para estabelecer ao menos uma rota acessível em pontos importantes da cidade.

Por fim, das reuniões realizadas na Coordenadoria de Acessibilidade de Niterói, foi esclarecido que os principais problemas enfrentados são a falta de maior articulação com outras secretarias que também são responsáveis pela garantia de acessibilidade no espaço urbano - como as Secretarias de Urbanismo e de Obras - e a dificuldade em relação à capacitação da equipe técnica na estrutura administrativa municipal e dos funcionários de construção, devido à rotatividade nos cargos.

CONCLUSÕES:

A partir desse estudo foi possível notar a importância da criação de órgão que trate especificamente da acessibilidade dentro da estrutura administrativa municipal, visto que houve maior avanço no campo depois da criação da Secretaria de Acessibilidade e Cidadania, que posteriormente passou a ser Coordenadoria de Acessibilidade.

Dentre as experiências do Município constata-se que o Manual de Calçadas Acessíveis é uma ferramenta importante para permitir a mobilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no espaço urbano, mas que necessita de atualização de seu conteúdo e da discussão em relação a alguns temas.

Também é importante haver uma melhor articulação das secretarias municipais entre si e com seus munícipes, e melhor capacitar os profissionais que vão atuar diretamente com o tema, para melhor adequar o meio urbano às demandas em acessibilidade.

Conclui-se, assim, que a história da construção de um espaço urbano acessível em Niterói é relativamente recente e, por isso, vem se buscando ainda uma adaptação desse espaço aos padrões exigidos nas leis e normas que tratam do assunto, através de processos e ações que ainda necessitam de uma discussão maior por parte das administrações, incluindo os personagens de maior interesse - as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida - e conscientizando a população como um todo para que haja reconhecimento da importância do tema em questão.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a orientação de Sergio Bahia e a colaboração de Simone Capela e Letícia Jacob, integrantes da Coordenadoria de Acessibilidade de Niterói, para a realização desse estudo.



Grande área do conhecimento: Sociais Aplicadas

Título do Projeto: A LIMITAÇÃO DA ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS URBANOS COMO RELEVANTE FATOR RESTRITIVO PARA A FRUIÇÃO TURÍSTICA DAS PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA: UM ESTUDO SOBRA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Autores: Jefferson Veríssimo dos Santos (bolsista);

Marcello de Barros Tomé Machado (Professor)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Turismo/ Faculdade de Turismo e Hotelaria

INTRODUÇÃO:

Grupo de Pesquisa Disturb: Fatores Restritivos para o Turismo, iniciou suas atividades em 2007 e desde então vem realizando pesquisas a partir de duas frentes, a saber: acessibilidade e turismo e segurança pública e turismo. Em 2019, foi submetido um projeto na Chamada PIBIC-UFF intitulado “A limitação da acessibilidade em espaços urbanos como relevante fator restritivo para a fruição turística das pessoas com mobilidade reduzida: um estudo sobre a cidade do Rio de Janeiro”, tendo sido o projeto aprovado com um bolsista de iniciação científica para auxiliar a sua realização.

O principal objetivo desta pesquisa foi desenvolver um estudo sobre turismo e acessibilidade em espaços urbanos, a partir de um amplo levantamento bibliográfico sobre o tema e trabalhos de campo com o uso de técnicas de observação e de comunicação com o sujeito de estudo, no caso as pessoas com mobilidade reduzida, como demanda turística potencial e real.

Para alcançar o referido objetivo, foi definida metodologia de caráter qualitativo descritivo analisando importantes atrativos da cidade do Rio de Janeiro: o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar, o Museu de Arte do Rio, o Museu do

Amanhã, o Museu de Arte Moderna e o AquaRio, além da Praia de Copacabana, dividido em duas etapas. A primeira etapa composta pelo levantamento bibliográfico para maior compreensão do tema abordado, propiciando contribuir com a sistematização de referências bibliográficas sobre o tema. Vinculada a bibliografia pesquisada, foram realizadas reuniões semanais com o bolsista e demais alunos do grupo de pesquisa Disturb, com a leitura previa de uma das referências definidas pelo bolsista PIBIC e posterior debate. Tal etapa foi muito relevante para a pesquisa, propiciando discussões e reflexões que nortearam o desenrolar do projeto. A segunda etapa se caracterizaria pela pesquisa de campo a partir de observações, técnica de base etnográfica, e que seria realizada nos atrativos escolhidos com a finalidade de verificar as condições de acessibilidade dos atrativos, por meio de entrevistas com pessoas que possuem mobilidade reduzida, mais especificamente deficiência física. No entanto, as exigências de distanciamento social, motivadas pela pandemia da covid-19, impediram a plena realização desta etapa da pesquisa, prevista para ocorrer no início do 1º semestre letivo de 2020, justamente no período cujas atividades acadêmicas na UFF foram suspensas e os atrativos a serem analisados foram fechados, impedindo a plena realização da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A mudança metodológica foi necessária para viabilizar a pesquisa. Para isso, foram enviadas perguntas aos gestores dos empreendimentos turísticos que seriam analisados e também foram enviadas perguntas para pessoas com deficiência física, selecionadas por meio de mídias sociais e por indicação. Com isso, pudemos ter noção da percepção do grau de acessibilidade dos atrativos selecionados, a partir da visão dos seus gestores ou representantes e também a percepção por pessoas com deficiência física que já haviam visitado os atrativos.

CONCLUSÕES:

A referente pesquisa possibilitou construir uma lista de referências bibliográficas sobre turismo e acessibilidade que auxiliará novas pesquisas sobre o tema. Além disso, a pesquisa pôde avaliar parcialmente a acessibilidade de alguns atrativos turísticos da cidade do Rio de Janeiro, a saber: o Museu de Arte Moderna (MAM), o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR), o Museu do Amanhã, o AquaRio, o Pão de Açúcar, o Corcovado e a Praia de Copacabana. Tal pesquisa indica que os atrativos adequados, ou seja, cuja construção já contemplava em seu projeto a acessibilidade, propiciam indícios de elevado grau de acessibilidade, como é o caso do Museu do Amanhã e do AquaRio. Os atrativos que foram adaptados para se tornarem acessíveis, ainda apresentam limitações em relação a acessibilidade, como é o caso do Cristo Redentor. O acesso às entrevistas realizadas com alguns gestores e com pessoas com deficiência física foram importantes para a percepção de distintos pontos de vista além dos parâmetros de acessibilidade estabelecidos pela ABNT por meio da NBR 9050 de acessibilidade, possibilitando a compreensão das dificuldades

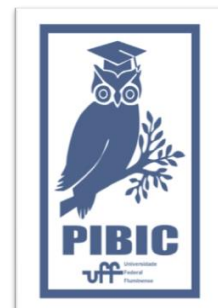
encontradas pelos gestores para viabilizar a acessibilidade nas edificações sob suas administrações, assim como perceber a severas dificuldades encontradas pelas pessoas com mobilidade reduzida para a fruição turística de acordo com o nível de acessibilidade de alguns atrativos turísticos da cidade do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa possibilitou afirmar que houve melhorias em relação a acessibilidade no Rio de Janeiro. No entanto, não é plenamente possível a fruição turística com autonomia e segurança no Rio de Janeiro, destacando problemas relativos às ruas esburacadas, falta de rampas nas ruas, falta de banheiros públicos acessíveis, limitações severas em relação à acessibilidade nos atrativos naturais, como praias e atrativos culturais e monumentos. Sendo necessário a sociedade civil e o Poder Público agirem em prol de uma cidade mais acessível para a comunidade local e para os turistas.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos à PROPPi e ao CNPq por propiciarem o edital e recursos para realização (mesmo que parcial, por causa da covid-19) deste projeto de pesquisa. Agradecemos aos alunos que fazem parte do Grupo de pesquisa Disturb por participarem ativamente desta pesquisa. Agradecemos aos gestores e pessoas com deficiência que auxiliaram este projeto, respondendo as perguntas solicitadas.

Imagem 1: Imagem PIBIC





GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS.

TÍTULO DO PROJETO: OCUPAÇÕES URBANAS COMO ESTRATÉGIAS DE LUTAS POLÍTICAS PELA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O MTST.

AUTORES: PEDRO HENRIQUE DUTRA ALMEIDA ALVES; ENZO

BELLO.

DEPARTAMENTO/UNIDADE/LABORATÓRIO: FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

INTRODUÇÃO:

O déficit habitacional urbano é uma questão socioeconômica que impacta aproximadamente sete milhões de famílias no Brasil. Embora o direito à moradia seja um direito social garantido constitucionalmente (art. 6º), o fenômeno da mercantilização de direitos transforma a moradia em mercadoria, por meio do aluguel e da especulação fundiária, desrespeitando a função social da propriedade. A consolidação do modo de produção capitalista influencia o desenvolvimento da “cidade mercadoria” e aumenta exponencialmente o número de pessoas sem-teto. Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) luta por reforma urbana e tem como bandeira o acesso à moradia por meio de uma estratégia de exercício de cidadania ativa. O MTST/RJ utiliza-se da ocupação de terrenos abandonados como principal estratégia para reivindicar o direito à moradia, sendo necessário reconhecer a legalidade da pressão por efetivação de direitos como um elemento do exercício da cidadania. O MTST trabalha de diversas maneiras nas periferias do Estado do Rio de Janeiro, focando suas mobilizações para

atingir pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica abandonadas com a ausência de políticas públicas durante a pandemia do Coronavírus.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O MTST é um movimento social urbano extremamente participativo no Estado do Rio de Janeiro, principalmente nas cidades de Niterói e São Gonçalo, por meio de ocupações urbanas e de mobilizações direcionadas aos cidadãos mais vulneráveis. É importante ressaltar que o MTST adaptou suas atividades para seguir atuando durante a pandemia do Coronavírus, buscando não abandonar os sem-teto e seguindo as recomendações das autoridades de saúde. Seguindo a análise, as principais atividades do movimento social monitoradas no período de realização da pesquisa foram: cozinha sem medo; roda de gestantes; assistência material. O trabalho da cozinha sem medo consiste em distribuir refeições gratuitas por meio do trabalho comunitário e de doações, sendo Niterói e São Gonçalo duas cidades que recebem essa atividade de forma habitual. O MTST também trabalha com mulheres grávidas

por meio da roda de gestantes, buscando acolher mulheres sem-teto que sofrem com questões ligadas à maternidade, ao abandono parental e à difícil inserção no mercado de trabalho. Por último, a assistência material prestada pelo movimento social foi essencial para diversas famílias sem-teto do Estado do Rio de Janeiro. O MTST organizou o “Fundo de Emergência para Sem-Teto afetados pelo Coronavírus”, com o intuito de realizar entregas de materiais de limpeza, cestas básicas e outros itens essenciais. O movimento social tem um protagonismo na luta por direitos dos cidadãos moradores da periferia no Estado do Rio de Janeiro.

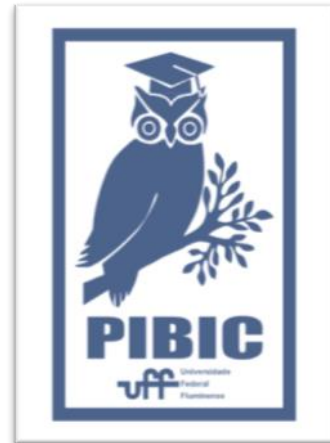
CONCLUSÕES:

Concluimos que enquanto a moradia digna for acessada somente por quem pode dispõe de recursos financeiros para pagar um aluguel ou comprar um imóvel, favorecendo o mercado imobiliário, os cidadãos que não puderem fazê-lo serão destinados a morar na rua ou morar em espaços insalubres, distantes e precários, como as favelas do Brasil. O MTST continuará existindo, lutando por reforma urbana e transformando-se em movimento social extremamente importante para os cidadãos em situação de vulnerabilidade, enquanto o Estado do Rio de Janeiro negligenciar o direito à moradia e se tornar uma máquina de produzir pessoas sem-teto.

AGRADECIMENTOS:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à PROPPI/UFF, ao Núcleo de Estudos

e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) e ao meu orientador.





Ciências Sociais Aplicadas

UMA ANÁLISE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Autores: Ygor Dias da Silva, Vanuza da Silva Pereira, Katarina Ribeiro da Silva

CEC/NEEA/NERU

INTRODUÇÃO:

O objetivo do trabalho buscou analisar a Economia Solidária em campos dos Goytacazes, RJ. A economia solidária têm potencialidade de mostrar como alternativa ao desenvolvimento do município de Campos dos Goytacazes como forma de emprego e renda, por meio das evidências práticas já existentes na cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A partir disto, primeiramente foi feito um referencial teórico a respeito de economia solidária através da disciplina Economia Solidária, ministrada pela professora Vanuza Ney na Universidade Federal Fluminense, tendo como base Paul Singer, e estudo de artigos e textos de outros autores também como referencial teórico e revisão bibliográfica. Com uma base teórica já pré formado, foram trabalhados um conjunto de 9 entrevistas de líderes membros da ITEP-UENF (Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares da Universidade Estadual do Norte Fluminense), em que o associados relatavam como chegaram à economia solidária, as conquistas obtidas através da EcoSol juramente com a incubadora, e as dificuldades enfrentadas por cada um dos entrevistados. Foi realizada também uma reunião com o subsecretário na Superintendência de Ciência, Tecnologia e Inovação a fim de expor um mútuo interesse de contribuição com a pesquisa. Houveram também idas à seções na Câmara de Vereadores de Campos a fim de acompanhar Indicação legislativa do

vereador Eduardo Crespo, que beneficia os agricultores familiares, e conseqüente os cooperados da EcoSol.

O Fórum de Economia Solidária, onde são deliberadas as propostas dos cooperados também foi visitado, na última reunião de 2019, onde foram firmadas parcerias, a implantação da moeda social e eventos de fim de ano, como a Feira do Bem Viver, que também foi visitada, onde os cooperados expuseram e comercializaram seus produtos.

Após essas atividades, os resultados obtidos foram que, a economia solidária já é a alternativa de emprego e renda de muitas famílias em Campos, porém, há uma carência de políticas públicas que ajudem na fomentação dessas atividades, tanto para que mais pessoas se interessem por esse tipo de economia, quanto para a própria educação dos cooperados, e também para comercialização dos produtos; pois há uma desvantagem da economia solidária frente as grandes empresas.

CONCLUSÕES:

A maior dificuldade surgida foi entender o que é a economia solidária e como funciona a economia solidária, sendo, inicialmente uma realidade aparentemente utópica já que tão diferente aos moldes capitalistas socialmente impostos de trabalho e emprego, até que se vê na prática as atividades desenvolvidas por grandes empresas ou pequenas incubadoras, que mostram que há sim possibilidade de um

modo de produção diferentes dos comumente praticados.

A partir deste ponto, o que há de se fazer é acompanhar mais os próprios cooperados da EcoSol em suas atividades, procurar entender as motivações que os levaram a preferir a economia solidária e evidenciar, através da vivência e progressos dos próprios, que é possível sim haver um desenvolvimento regional através deste meio de emprego e renda. Este não é uma pesquisa que terá um ponto de chegada, já há evidências de que a EcoSol é uma alternativa ao desemprego e ao desenvolvimento de Campos, e conforme for avançando, cabe-nos evidenciar as batalhas e as conquistas da economia solidária assim como o desenvolvimento dela. Mostrar a Economia Solidária como alternativa ao desenvolvimento regional é o objetivo central da pesquisa, e enquanto ela não for essa alternativa o trabalho não estará concluído.

REFERÊNCIAS:

CORAGGIO, José Luis. LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA (ESS): NIVELES Y ALCANCES DE ACCIÓN DE SUS ACTORES. EL PAPEL DE LAS UNIVERSIDADES In: PUIG, Carlos (coord). Economía Social y Solidaria: conceptos, prácticas y políticas públicas. Impresión: Lankopi, S.A, 2016.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. "Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais". Bahia: Análise e Dados. Salvador, SEI v. 12, no. 01. P. 9-19. Junho de 2002. Disponível em: . Acesso em: 14 dez. 2016 IBGE (Brasil).

NETO, Romeu e Silva, et al (org). Campos dos Goytacazes Perfil 2018. Prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, 2008, 262p.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: Conquistas de direitos e desafios

institucionais. ISSN 2527-1105 Rev. Mundo do Trabalho Contemporâneo, São Paulo, v.1 n. 1, 2017 p. 8-34

SINGER, Paul. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM MODO DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO, s.d. p.1- 15. Disponível em: Acesso em: 15 ago. 2016.



A expansão do ensino superior no Brasil e a formação em Serviço Social

Autores: Ingrid Rangel de Medeiros (bolsista FAPERJ 2019/2020)

Escola de Serviço Social/Gragoatá/Núcleo de Pesquisa e Extensão em Trabalho, Educação e Serviço Social - TEIA

INTRODUÇÃO

No 2º semestre de 2019 passei a integrar o grupo TEIA - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Trabalho, Educação e Serviço Social, coordenado pela Profa. Dra. Larissa Dahmer Pereira, por meio de seleção pública para a bolsa FAPERJ (2019/2020).

Minha entrada no grupo de pesquisa TEIA ocorreu no momento que a pesquisa já estava em andamento. Sendo assim, para que eu adquirisse acúmulo teórico e conseguisse acompanhar as discussões inerentes ao projeto de pesquisa foi preciso que, paralelamente às atividades da pesquisa (de coleta/levantamento de dados), eu participasse do curso de extensão “Desenvolvimento capitalista, formação social brasileira e Serviço Social”, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e coordenado pela docente Larissa Dahmer Pereira.

Em linhas gerais o curso tinha por objetivo contextualizar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e quais as singularidades do referido modelo socioeconômico no país e a relação do Estado com as classes sociais.

A realização do curso foi importante pois o projeto de pesquisa “Ensino superior brasileiro e expansão dos cursos públicos de Serviço Social: análise do processo formativo” objetiva analisar justamente quais são as

respostas do Estado às demandas pela expansão do acesso ao ensino superior.

Neste bojo o referido projeto de pesquisa objetiva analisar o perfil profissional formado nos cursos públicos de Serviço Social, especialmente nas duas últimas décadas, isto é, criados entre os anos de 2003 a 2016, que representam mais da metade dos cursos públicos de Serviço Social existentes no país.

Como parte de minha inserção na pesquisa, realizei a leitura dos seguintes textos: Lei Geral de Acumulação Capitalista (MARX, 1985), a Acumulação Primitiva e a Teoria Moderna da Colonização (MARX, 1973), a Teoria do Desenvolvimento Desigual de Lenin (1984) e a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Trotsky (1977), o Capitalismo Dependente de Fernandes (2008).

No que tange à minha participação como bolsista FAPERJ, além das leituras, [minha primeira atividade desempenhada no grupo de pesquisa foi] fiquei responsável por atualizar a planilha referente às IES privadas não lucrativas que oferta cursos de Serviço Social. E, atualmente, estou coletando, junto com a equipe de pesquisa, dados sobre os cursos de Serviço Social na modalidade de EaD. Atualmente o projeto está focado em analisar o perfil da formação na modalidade de EaD em Serviço Social. Desta forma está em andamento a busca

por informações mais detalhadas sobre as dimensões do processo de formação em Serviço Social na modalidade de EaD.

Concomitante ao andamento da pesquisa, a equipe vem se empenhando na elaboração de um relatório sobre os cursos de Serviço Social no Brasil. O mesmo será lançado em formato E-book e estará disponível para pesquisadores(as) na área de Serviço Social e áreas afins.

Resultados e Discussões

É no período de redemocratização do Brasil, que o movimento de expansão do ensino superior se torna mais expressivo e passando a incluir parte das camadas médias. De acordo com Pereira (2018) a luta pela inclusão da classe trabalhadora no acesso ao ensino superior é historicamente reivindicada por diversos setores da classe trabalhadora.

É fato notório que nas últimas décadas tem se, sistematicamente, intensificado o movimento de expansão do ensino superior para diferentes frações da classe trabalhadora. No entanto, é importante ressaltar que este movimento de expansão de acesso ao ensino superior ocorreu concomitante a um contexto de expansão de políticas públicas pautadas no ideário neoliberal (SGUISSARDI, 2015).

O segundo movimento de expansão das vagas do ensino superior começa na década de 1990, com o então presidente Fernando Henrique Cardoso. É importante ressaltar que a gestão de FHC foi responsável por dar aprofundamento à agenda neoliberal no Brasil. A inserção do Brasil no modelo socioeconômico

neoliberal trouxe a perda de direitos sociais para a classe trabalhadora (PEREIRA, 2018)

Sob a discurso de um Estado em crise por conta dos altos gastos com direitos sociais e com a lenta burocracia estatal, o governo FHC comandou a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PEREIRA, 2018).

No que tange à educação superior, a partir de então foram abertas condições legais para inserção e expansão das Instituições de Ensino com fins lucrativos, como afirma Sguissardi (2015, p.871):

“[...] é necessário saber que a existência de instituições de educação com fins de lucro tem respaldo na CF 88 e na LDB/96, ali reconhecida ainda que a *contrario sensu*, e principalmente nos Decretos 2.207 e 2.360 de 1997, regulamentadores da LDB/96”.

Foram então criadas as bases legais para a desresponsabilização por parte do Estado em garantir um acesso ao ensino superior, de forma universal para todas as camadas sociais e sob o discurso que a educação é um bem público, logo é direito das instituições privadas oferecer seus serviços educacionais.

Como estratégia para privilegiar o setor educacional, de cunho privado, o governo passa a ampliar os programas de crédito estudantil, para assim garantir um público consumidor de mensalidades escolares. A partir de então, a expansão das vagas de ensino superior é feita majoritariamente via IES privadas com fins lucrativos. As IES privadas com fins lucrativos operam como empresas, objetivando sobretudo o máximo lucro, que geralmente é obtido através do rebaixamento do ensino e

superexploração da força de trabalho dos docentes. Reforça-se portanto assim uma dicotomia entre um ensino superior destinado às camadas mais abastadas e outro destinado às frações mais empobrecidas da classe trabalhadora. Como afirma Sguissardi (2015, p. 867):

“[...] está sendo[...] promovida uma expansão da educação superior que se mantém, de um lado, como de elite e de alta qualificação para poucos, e, de outro, como de massas e de baixa qualidade para muitos [...]”.

Sob o discurso de oportunizar a educação para todos, buscando promover a interiorização do ensino superior e a democratização do conhecimento, utilizando as inovações tecnológicas, a modalidade de Ensino a Distância (EaD) passa a ser amplamente utilizada, principalmente pelas IES privadas, uma vez que por meio da modalidade de EaD é possível aumentar os lucros das instituições.

Já nos governos Lula e Dilma ocorreu um duplo movimento de expansão do ensino superior. Ao passo que ocorreu o aprofundamento da mercantilização do ensino superior por meio da expansão da modalidade de EaD, a criação de programas como Prouni e o fortalecimento do FIES e, ao mesmo tempo, a criação do REUNI com a ampliação e interiorização das IFES e mudança efetiva no perfil discente das mesmas (PEREIRA,2009).

Os cursos de Serviço Social tiveram uma primeira ampliação significativa no período da ditadura militar. Um segundo momento de expansão ocorreu no período FHC e, a partir dos governos Lula, nos anos 2000, houve uma ampliação significativa de cursos privados e

ofertados na modalidade EaD, conforme Pereira (2018).

Os cursos das áreas de Humanas são mais baratos, uma vez que não demandam insumos e laboratórios para seu funcionamento. São, assim os preferidos pelas empresas educacionais (PEREIRA,2018).

O curso de Serviço Social encontra se entre um dos cursos com mais alunos matriculados na modalidade de EaD. Nessas condições de formação,os alunos não têm contato com o tripé ensino-pesquisa-extensão no processo formativo. Tal situação acaba por acarretar em um empobrecimento no processo de formação, contrariando as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (PEREIRA,2010).

Embora o processo de expansão dos cursos de Serviço Social, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade de EaD, já tenha completado mais de duas décadas, na modalidade presencial, e mais de uma década, na modalidade de EaD, são ainda necessários estudos que analisem o referido processo e seus rebatimentos na formação profissional do(as) futuros(as) assistentes sociais.

Referências bibliográficas

PEREIRA, Larissa Dahmer. Política Educacional Brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ (Tese de Doutorado), 2007.



_____. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. Rev. Katál., Florianópolis, v. 12, ed. 2, p. 268-277, 2009.

_____. Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. Rev. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 189-199, Ano: 2018.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? Educação & Sociedade, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, Ano: 2015.





Ciências Sociais Aplicadas

**Patrimônio Cultural e Habitação - Perspectivas Comparadas
Sobre Reabilitação Urbana - Subprojeto casos do Rio de
Janeiro**

**Autores: Marina Pires Fernandes (bolsista), Yasmin Silva de
Oliveira (bolsista), Andréa da Rosa Sampaio (orientadora)**

**Departamento de Arquitetura/ PPGAU/ Escola de Arquitetura e Urbanismo/ Grupo de
Pesquisa Cidade como Documento da História Urbana - CiDHUrb**

INTRODUÇÃO:

Com foco no patrimônio edificado de habitação popular na cidade do Rio de Janeiro, o projeto tem como objetivo contribuir para a documentação dos bens culturais dessa temática, quanto para as discussões acerca da vulnerabilidade desse patrimônio em face da precariedade de sua conservação, e sobretudo, da lacuna em termos de políticas habitacionais e patrimoniais que contemplem tais imóveis.

Baseamo-nos no entendimento de que os processos de transformação ocorridos na cidade, principalmente na área central, aliados às normativas urbanísticas causaram o esvaziamento habitacional do centro e a demolição de tipologias tradicionais de moradias populares, como vilas operárias e cortiços.

Preende-se, por meio de um processo analítico, dos dados levantados relativos à arquitetura residencial proletária no Rio de Janeiro, chegar a um resultado em forma de síntese, que consolide de maneira clara informações a respeito desse patrimônio, objetivando o acesso dessas informações também por pessoas de fora do meio técnico e acadêmico, que sejam fruidores destes determinados locais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Em decorrência dos surtos epidêmicos, das novas legislações habitacionais, das Reformas Urbanísticas e da evolução do meio de transporte público, que se iniciam no fim do século XIX percorrendo o século XX, observa-se surgimentos e tentativas de aniquilação das tipologias residenciais do proletariado, que eram apontadas como um problema, tanto de higiene, quanto de estética.

É a partir desse processo, de transformação da cidade, que o recorte espacial do projeto é criado. Mantém-se o núcleo urbano original como precursor das habitações coletivas somando-se aos bairros que se tornaram destino dessa população, acompanhado, muitas das vezes pelo seu local de trabalho, as fábricas. Assim, além das áreas periféricas ao centro, que correspondem aos bairros Cidade Nova, Catumbi, São Cristovão, Saúde, Gamboa e Santo Cristo, também são incluídos bairros como Vila Isabel, Laranjeiras, Botafogo, Jardim Botânico, Marechal Hermes e Santa Cruz, que abrigam imóveis tombados e preservados enquadrados no nosso recorte temático.

Na atual fase de pesquisa, estamos concluindo o levantamento e análise das APAs (Área de Proteção Ambiental), APACs (Área de Proteção do Ambiente Cultural) e Tombamentos, buscando uma síntese de informação sobre as edificações encontradas, que pertencem ao nicho da pesquisa. Além das planilhas indicando informações como endereço, fotografia, tipologia, esfera de proteção ou tombamento, assim como seu decreto ou lei, objetiva-se a criação de um mapa interativo utilizando as informações obtidas, sendo esse um dos produtos esperados para a conclusão da pesquisa. Também foi coletado dados para produção de mapas de densidade com intuito de caracterizar, de forma ilustrativa, o processo de esvaziamento na área central do Rio de Janeiro, em um recorte temporal que enfatiza o século XX mas se inicia no fim do século XIX.

CONCLUSÕES:

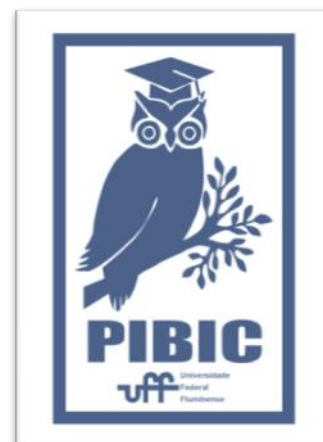
A abordagem de preservação do patrimônio cultural era, inicialmente, extremamente restrita à monumentalidade excepcional. Com a expansão do universo de objetos patrimoniais (CHOAY, 2001), passou-se a abranger, também, bens culturais singelos e imateriais. Essa ampliação não só nos permite como impulsiona a desenvolver o projeto proposto, assumindo-se que o tardio reconhecimento do patrimônio residencial popular e sua incipiente proteção acarretaram a perda e descaracterização de muitos exemplares significativos.

Embora pareça ser de senso comum o papel do patrimônio cultural como um dos atributos que

qualificam os espaços urbanos, muitos ainda não reconhecem a possibilidade de conjugação do desenvolvimento com a preservação. Tal visão, somada à vulnerabilidade social e à urgência em solucionar o déficit habitacional, desafia o consenso sobre as ações de reabilitação do casario antigo e sobre o valor patrimonial dos conjuntos urbanos de arquitetura singela. Além disso, o esvaziamento e a substituição de moradores conduzem à perda ou ausência de laços de identidade e enraizamento com o lugar, dificultando a conservação do patrimônio. Em vista disso, é necessário não só reconhecer, como se fazer reconhecido pela população, a importância do patrimônio urbano, relacionado a usos cotidianos, como um patrimônio vivo, com valor cultural.

AGRADECIMENTOS:

À FAPERJ pela concessão das bolsas de Iniciação Científica, à professora orientadora Andréa Sampaio e também à bolsista de apoio técnico TCT5 FAPERJ Paula Donegá de Castro.





Economia (SEN/UFF)

Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
Título do Projeto: Estado e Desenvolvimento Econômico: A
Estratégia e Ação Internacional do BNDES (2003-2014).

Autores: Kethlen Pereira de Souza

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de

INTRODUÇÃO:

A pesquisa tem como foco principal relatar e especificar como foram, e quais foram os temas abordados durante a pesquisa sobre o “Estado e Desenvolvimento Econômico: A Estratégia e Ação Internacional do BNDES (2003-2004)”. Assim, entende-se que a principal abordagem deste projeto foi buscar compreender a organização e trajetória do Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Criado em 1952 com o intuito de “pôr em marcha uma instituição financeira nacional que facilitasse créditos de longo prazo para promover o desenvolvimento no Brasil”, o BNDES não possuiu uma rota linear de crescimento. A vista disso, esta pesquisa buscou demonstrar e analisar os processos políticos contemporâneos, e dos limites e avanços do Banco durante os governos que o cruzaram.

O estudo analisa, também, os valores totais de desembolsos após um novo tipo de inserção internacional, e como se manteve a concentração de recursos e seu crescimento, principalmente a partir de projetos de

Infraestrutura na América Latina e África, após a crise internacional de 2008.

Para que se possa compreender o processo decisório do Banco, estruturalmente determinado por injunções e ângulos distintos, é necessário conhecer o terreno político-administrativo em que tais determinações atuarão, sempre com modulações quanto à sua influência e efetivação no resultado final na decisão dos desembolsos e participações. E a proposta é perceber exatamente isto, através de vetores históricos que possam explicar a ampliação do papel do BNDES que possibilitaram o ativismo market friendly do BNDES durante o percorrer dos anos.

Dessarte, foram expostas diversas outras temáticas relacionados ao BNDES durante a realização da pesquisa, como: as transformações na política nacional, devido à consolidação de um bloco de poder com ideário neoliberal na década de 1990; o histórico de atuação do BNDES no Setor Elétrico; o Banco e seus Programas; os impactos causados pelo Banco no meio ambiente e a pressão da sociedade civil, da academia, de movimentos sociais e organizações não governamentais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa se iniciou fazendo um recorte importante sobre grupos que vinham se beneficiando desde a época da ditadura militar através de empréstimos e participações, que eram mantidas e reforçadas por conexões com o BNDES e seus Programas, no primeiro capítulo do texto: BNDES - Grupos econômicos, setor público e sociedade civil. Consequentemente, durante a pesquisa, é explicitada a divisão em duas correntes de pensamento em relação ao BNDES, respectivamente, “liberais” e “desenvolvimentistas”. das políticas genericamente acusadas neoliberais são, muitas vezes, um conjunto de propostas perfeitamente razoáveis com as quais a maioria dos economistas tende a concordar”. “Como bem analisara Michal Kalecki no seu clássico artigo “Aspectos políticos do pleno emprego”,

No decorrer do processo de perquirição, nota-se o predomínio proporcional e as variações dos grupos nacionais segundo o setor produtivo analisado. Sendo esses os mais favorecidos no setor de commodities industriais e de infraestrutura, enquanto os grupos estrangeiros ganhavam em participação para setores de maior valor agregado. Devido a este fator, o BNDES “ratifica e reproduz o padrão de inserção internacional que caracteriza a economia brasileira a partir de 2003 – produção nacional de commodities industriais e investimentos associados, e participação em filiais de multinacionais nos setores de maior conteúdo tecnológico.”. A justificativa para o destaque ao setor da Infraestrutura se dá, pois,

segundo examinado, este permite de modo mais eficiente “observar o padrão das principais mudanças verificadas no apoio à exportação em termos de grupos financiados, países e mutuários no exterior.”.

CONCLUSÕES:

Foi abordado como transcorreu a inserção internacional e investimentos em setores economicamente estáveis pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e como este lidou bem com a crise que assombrou economias mundiais (2008), recuperando ações que já eram suas durante o governo de Juscelino Kubitschek, “afirmando-se, e isso foi novo, como fonte de recursos para investimentos de governos estaduais e municipais” e com grande crescimento de contratos relevantes, públicos e privados.

O BNDES buscava desempenhar o papel de financiador de investimento de longo prazo e desenvolvimentista, com expressiva intervenção estatal, e todos os projetos apresentados reforçam a tradição da instituição nessa questão. Tudo isso com a política de atuação focada nas áreas e regiões que estariam recebendo maiores investimentos e assim possuíam maior potencial de impacto regional.

No que diz respeito aos processos de concentração e centralização de capital no país, eram feitas avaliações qualitativas de ativos intangíveis de uma empresa (pelo MAE), para evitar a adoção de outros instrumentos de avaliação “dispersos” e na Reunião Ordinária de Diretoria (ROD) eram decididos todos os financiamentos do Banco, em qualquer

modalidade, além da mudança ou adequação das políticas operacionais.

Indispensável, também, é a sondagem referente à “contra face” do processo de priorização de investimentos em “infraestrutura”, que quase sempre retornavam de forma negativa para o meio ambiente, com a extração intensiva de recursos naturais.

Consoante com as informações já supracitadas ao final do estudo, por completo, é notória a preocupação da sociedade civil quanto às mudanças no cenário político nacional, e como faltam mecanismos de institucionalização para que as políticas aplicadas pelo Banco não estejam suscetíveis a essas mudanças. Conclui-se então que, com recentes acontecimentos que quebraram a ordem democrática do país, há sinais de uma “abertura de um novo período histórico e de um novo ciclo político”.

AGRADECIMENTOS:

À minha família, à Faculdade de Economia e à Universidade.

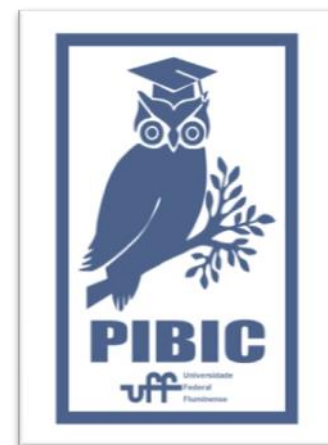


Imagem 1: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento: Informação e Comunicação

Título do Projeto: O papel da Lei de Arquivos e da Lei de Acesso à informação na criação de políticas arquivísticas de promoção à justiça social em Arquivos

Autores: Lucas Andrade Sá Corrêa, Natália Bolfarini Tognoli

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Arte e Comunicação (IACS) Departamento de Ciência da Informação (GCI)

INTRODUÇÃO:

Neste trabalho analisamos o papel da Lei de Arquivos e da Lei de Acesso à Informação (LAI) na criação de políticas arquivísticas de promoção à justiça social em Arquivos. Para isso, o trabalho parte da percepção de um problema concreto da Arquivologia – a periferização dos arquivos na sociedade.

Este problema quando articulado a partir de uma perspectiva arquivística, com os conceitos de “justiça social” e “política arquivística” nos apontam para a forma de relação entre Arquivo e Democracia.

É a partir desta relação que podemos compreender o contexto de desenvolvimento de uma legislação arquivística no Brasil, assim como a ausência de uma política arquivística nacional. Esta ausência quando entendida na dinâmica da transição democrática brasileira, nos aponta questões fundamentais para o campo arquivístico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O trabalho está dividido em cinco movimentos. No primeiro, apresentamos uma aparente contradição. Por um lado, os arquivos parecem algo importante, tanto pela sua presença na Constituição Federal de 1988 e em leis específicas, quanto pela sua relação genética com o Estado e com a cidadania. Por outro lado, há um diagnóstico comum na literatura arquivística que aponta para a periferização dos arquivos e da Arquivologia na sociedade.

Apresentando esse problema, partimos para o segundo movimento do trabalho, no qual pretendemos debater sobre a teoria arquivística. Partindo da crítica de Frohmann (2012) de um mentalismo abstrato apresentamos a Arquivologia como uma ciência ou disciplina científica voltada aos documentos de arquivos enquanto conjuntos, compreendendo-os contextualmente.

No terceiro movimento buscamos definir, a partir do que foi discutido anteriormente, os conceitos de política arquivística e justiça social – conceitos

complementares que apontam para a forma da relação entre arquivos e democracia.

No quarto movimento, ao acompanharmos as discussões de clássicos e contemporâneos da teoria política sobre a democracia, apontamos algumas contradições que conformam esse duplo caráter dos arquivos na sociedade: a um só tempo, fundamento de qualquer participação popular na tomada de decisão em instituições coletivas, e desafio para o Estado e as democracias verdadeiramente existentes.

Por fim, analisamos o caso Brasileiro, em que a relação entre arquivos e democracia se evidencia na própria construção da legislação e das políticas arquivísticas, que se inserem no contexto mais amplo de uma política de transição da Ditadura Civil Militar (1964-1985) para um regime democrático. Pretendemos, assim, demonstrar que as contradições e incompletudes da política arquivística brasileira estão indissolúvelmente ligadas às contradições e incompletudes da própria democracia brasileira.

CONCLUSÕES:

A partir dessas análises, compreendemos que os arquivos têm um papel central nos mecanismos de controle e garantia da prestação de contas, da representação e da responsividade dos representantes. Portanto, não é pelos princípios e leis que podemos avaliar os representantes da população nas democracias representativas contemporâneas.

São os documentos de arquivo como “ação autodocumentada” (MENNE-HARITZ 1998) que ganham centralidade na garantia de *accountability* dos sistemas democráticos.

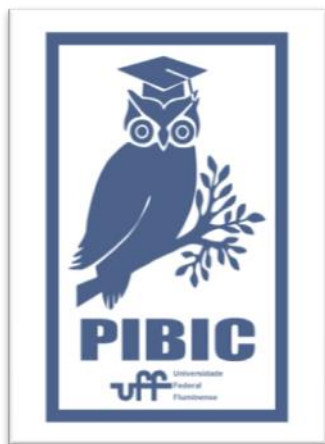
É a partir dessa centralidade dos arquivos para o conhecimento das ações que documenta que podemos responder nossa questão inicial. Assim, se recuperarmos a ideia – hegemônica na teoria política contemporânea (MIGUEL, 2002) –, de que a democracia deve garantir ao cidadão apenas a fruição da sua vida privada, vendo-a como apartada e antagônica à vida pública, chegando mesmo ao elogio da “apatia”, começamos a entender a periferização dos arquivos nas democracias representativas.

Assim, o Conhecimento Arquivístico, dado pela fórmula “conhecimento arquivístico = conceito de fundo + conhecimento da forma documental + conhecimento do contexto de produção” (TOGNOLI, RODRIGUES, GUIMARÃES, 2019, p.71), expõe as relações e contextos muitas vezes omitidos no movimento fetichizador do Estado e pelas teorias “mentalistas” que lhe servem de justificação.

Por fim, pela análise do caso brasileiro, percebemos um entrelaçamento entre dois processos incompletos e permeados de contradições e fragilidades. Dois processos que estão unidos por ausências, reações e “desaparecimentos”: a longa transição democrática brasileira, permanentemente incompleta, e a inexistência de uma política pública arquivística no Brasil.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à coordenação do curso de Arquivologia e ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Aos professores e alunos que integram o grupo de pesquisa Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento. Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq e à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação Inovação/PROPPI da Universidade Federal Fluminense pelo apoio e incentivo que tornou possível o desenvolvimento desta pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Camadas de Preservação: A evolução do conceito de cidades históricas e sua preservação no Estado do Rio de Janeiro

Autores: MANHÃES, Igor R, COSTA, Daniella M.

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Desenho Técnico – TDT/ TCE/ Laboratório Interdisciplinar de Design - LID

INTRODUÇÃO:

Cidades históricas ou sítios urbanos históricos, não são um monumento estático ou um simples agrupamento de edifícios. Além do fato de vivermos nestes sítios, eles vão se modificando com tempo, se adaptando a nossa mudança de vida e guardam os vestígios deixados por essas mudanças. A leitura destes vestígios é a chave para entender como se dá a preservação no Brasil hoje.

Esta pesquisa nasce do desejo de entender melhor a dinâmica de preservação das cidades históricas no Brasil. Sobre quais bases estão assentadas nossas teorias e se elas atendem as necessidades de reflexão crítica para uma prática consciente.

Esta pesquisa gira em torno de algumas questões: Como preservamos atualmente no Brasil este patrimônio selecionado há oitenta anos? Como lidamos com o tecido histórico de nossas cidades preservadas? Que tipo de legislação estamos produzindo para sua proteção e que ferramentas estamos dando

para que seus proprietários possam seguir mantendo este acervo?

Inicialmente se pensou em trabalhar com duas cidades no estado do Rio de Janeiro, Paraty e Petrópolis. Porém, a riqueza de material encontrada em Petrópolis e uma parceria com o Escritório Técnico da Região Serrana/IPHAN-RJ, tem nos mantido focados na cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Ao iniciar a pesquisa, alguns objetivos principais foram traçados: i) aprofundar e atualizar os conceitos de cidades históricas; ii) entender a evolução da preservação de conjuntos urbanos tombados no Brasil; iii) entender os instrumentos de proteção existentes; e iv) divulgar os resultados da pesquisa em encontros científicos ampliando o espaço de discussão.

O estudo aprofundado de Petrópolis nos ajudou a chegar a esses objetivos e a vislumbrar a dinâmica da preservação de cidades históricas no Brasil, nos permitindo

entrar em contato com o ETRS/IPHAN-RJ. Este trabalho, ainda em andamento, tem nos permitido pôr em prática o conhecimento adquirido até o momento.

O estudo do processo de tombamento de Petrópolis (IPHAN, processo nº 662-T-62) possibilitou a compreensão da evolução do pensamento sobre a preservação no Brasil. O conjunto de Petrópolis ganha atenção justamente em uma época em que a visão sobre o patrimônio começa a incluir os sítios urbanos históricos. E a mudança do pensamento fica muito clara a partir da leitura de textos escritos por técnicos do IPHAN como Dora Alcântara, Paulo Santos e Alcides da Rocha Miranda.

Na década de 1960, o SPHAN já acumulava experiências de outros sítios urbanos, especialmente em cidades como Ouro Preto, e essas experiências começaram a mudar a forma como a Instituição via as cidades.

A nova forma de olhar o patrimônio fica claro quando em 1962, um pedido de tombamento de um edifício isolado em Petrópolis é indeferido. Em contrapartida, se propõe o tombamento em conjunto das vias centrais da cidade onde se localizavam os “logradouros mais nobres da urbanização petropolitana com fundo paisagístico ainda muito pouco alterado (IPHAN, processo nº 662-T-62 p.03). A proposta é aceita parcialmente e apenas o conjunto da Av. Koeler é inscrito no Livro do Tombo Paisagístico, em 1964.

A relação da cidade com a paisagem natural é o fio-condutor que direciona as ações do IPHAN. Essa visão reflete o novo pensamento da Instituição, que enxerga os

sítios urbanos não apenas em sua dimensão estética e material, mas como conjunto em diálogo com a paisagem.

Quanto ao entendimento dos instrumentos de proteção existentes, Petrópolis se mostrou um ótimo estudo de caso, visto que as três instâncias de preservação do patrimônio histórico trabalharam juntas nesta época.

Nosso trabalho se aprofundou à legislação Federal. Processos, portarias e decretos foram consultados e debatidos para uma melhor compreensão do trabalho feito pelos técnicos.

Por fim, a divulgação do trabalho se deu através de apresentações na própria Universidade e em eventos científicos, como o Congresso Nacional para Salvaguarda Do Patrimônio Cultural, apresentado em 2019; e o 4º Simpósio Científico do ICOMOS/BRASIL, a se realizar em 2020.

CONCLUSÕES:

As questões que nos fizemos no começo da pesquisa acabaram sendo completadas por outras: “O que estamos preservando dentro do sítio? Quais atributos devem ser preservados?” Tentar responder estas perguntas nos fizeram estudar mais a fundo alguns conceitos base do patrimônio, como valor, tema complexo, mas que nos ajudou a identificar as características preservadas da cidade que podem ajudar a manter a memória do sítio sem atrapalhar seu desenvolvimento natural.

A experiência da pesquisa foi de grande valor, em especial pela parceria com o ETRS/IPHAN, um ganho que nos ajudou a entender melhor o processo de preservação no Brasil. Assim, esperamos que as reflexões que fazemos agora sobre o modo de fazer preservação em nosso estado possa ter um impacto direto em nossa forma de ver e intervir no acervo preservado.

AGRADECIMENTOS:

Gostaríamos de agradecer ao ETRS-IPHAN/RJ, nas pessoas dos técnicos Livia Passos, Frederico de Araújo e Mailin Kelberts pelo apoio fundamental neste tempo. Além de Raissa Damiano aluna do Mestrado Profissional IPHAN 2017-2019.

REFERÊNCIAS:

IPHAN, processo nº 662-T-62



Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto:

Niterói cidade autônoma: a organização do planejamento urbano municipal

Autores:

Gabriella Bicalho Marques (bolsista PIBIC)

Gabriel do Espírito Santo de Paula Pessôa Wadstrom (pesquisador colaborador)

Marlice Nazareth Soares de Azevedo (orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório:

Levantamento Documental Urbanismo no Brasil

Departamento de Urbanismo – Escola de Arquitetura e Urbanismo

Rua Passo da Pátria, 156 Bloco D, sala 564D – São Domingos – Niterói - RJ

INTRODUÇÃO:

A pesquisa pretende refletir sobre como se deu a organização do planejamento urbano municipal de Niterói diante do contexto de fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1975, momento em que a cidade perdeu o seu então estatuto de capital e, com isso, sofreu mudanças significativas em sua dinâmica socioespacial e econômica.

Em função de dar continuidade aos estudos e pesquisas já realizados pelo laboratório Levantamento Documental Urbanismo no Brasil - LDUB, a pesquisa concentrou-se no estudo de planos de intervenção urbana propostos a partir da segunda metade da década de 1970, baseando-

se na análise de documentos presentes no arquivo do laboratório. Em outro momento, buscou-se uma reflexão mais específica sobre o Projeto CURA Niterói, um dos principais projetos urbanos elaborado no período estudado. A escolha pelo aprofundamento no Projeto CURA deve-se não só à sua complexidade, mas também ao fato de ter sido implementado em partes.

O objetivo da pesquisa consiste no levantamento e sistematização do material referente ao processo de urbanização da cidade nesse período, assim como a divulgação do acervo do laboratório, de forma que possibilite o acesso de outros alunos e pesquisadores

interessados no estudo sobre o urbanismo no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A década de 1970 em Niterói é marcada pela forte atuação do governo federal no planejamento urbano municipal por meio de políticas públicas centralizadas e autoritárias, características do governo militar. Nesse contexto, foram analisados os principais projetos e planejamentos urbanos realizados no período a fim de refletir sobre o processo de organização do planejamento urbano municipal.

Num primeiro momento da pesquisa, buscou-se compreender projetos como o Plano Diretor elaborado pelo escritório do arquiteto Wit-Olaf Prochinik, o Plano IBAM e o Projeto CURA, elaborado pelo escritório do arquiteto Jaime Lerner. Para essa análise, realizou-se um levantamento de documentos do acervo do laboratório LDUB.

O momento seguinte da pesquisa teve como foco o Projeto CURA, devido não só a sua sofisticação, mas também ao fato de ter sido implementado em partes, diferente dos demais. Buscou-se compreender as propostas do projeto, as intervenções que foram executadas e o seu legado. Para essa análise, utilizou-se como ferramenta a Hemeroteca Digital Brasileira e o material do acervo LDUB.

O trabalho da pesquisa consistiu também na sistematização do material do acervo do laboratório. Buscando sua preservação e atualização frente aos meios digitais, foram digitalizados documentos de naturezas variadas, que ao todo somam 70 páginas. Além disso, todo o material do acervo

foi dividido em categorias e estão em processo de catalogação e organização de armazenamento. Esse processo se faz necessário para facilitar o acesso ao material do acervo, tendo em vista a variedade de critérios de organização utilizados por pesquisadores anteriores do laboratório.

Com a finalidade de divulgar o acervo LDUB e contribuir com a pesquisa acadêmica, foi criado um website, cujo endereço eletrônico é ldubuff.wixsite.com/urbanismo. Nele foram disponibilizadas listas com informações do material do acervo que podem ser consultados a partir da solicitação via e-mail ou diretamente no acervo físico LDUB. Além disso, também foram disponibilizadas no site publicações de pesquisadores do laboratório.

CONCLUSÕES:

Pôde-se constatar que a proposta apresentada no projeto CURA não contradizia os preceitos básicos apresentados no projeto IBAM e nas diretrizes dadas pelo CPDU, ambas não executadas. O projeto CURA estava respaldado pela garantia de empréstimo do BNH.

Na prática, o que se concretizou foi apenas uma parcela de todo o projeto. Destacam-se a criação da Praça Araribóia; a criação dos terminais e estacionamentos Norte e Sul na área central da cidade; a criação de ruas de pedestres em trechos das ruas Coronel Gomes Machado, Visconde do Uruguai e São Pedro; a criação de uma faixa exclusiva de ônibus na Avenida Feliciano Sodré e a tentativa de reabilitação da Casa Norival de Freitas.

No que se refere às propostas mais profundas e significativas do planejamento urbano, como a revisão do uso de solo, não houveram esforços para a sua implementação. Dessa forma, o projeto CURA consistiu, no fim, em intervenções pontuais e fragmentadas. Segundo Azevedo (2011), a fragmentação e pontualidade das intervenções executadas no projeto CURA tornou-se uma tendência observada em projetos urbanos das décadas seguintes.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao programa PIBIC da UFF pela oportunidade de ter participado desse projeto de iniciação científica, que consistiu em um passo essencial na minha formação acadêmica. À professora Marlice, agradeço por todo ensinamento, carinho e confiança. Ao Gabriel, pesquisador voluntário do nosso laboratório, agradeço pela ótima parceria de trabalho que construímos.

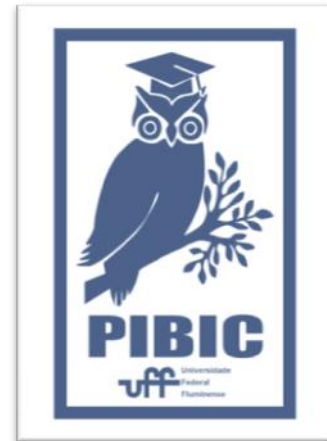


Imagem 1: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
Título do Projeto: Turismo Comportamental: A Evolução das Teorias e Aplicações da Economia Comportamental aos Estudos do Turismo

Autores: Daniel Wendel Diniz Manoel e Osiris Marques

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Turismo

INTRODUÇÃO:

A pesquisa e a gestão do turismo têm sido fortemente influenciadas pela premissa de que turistas tomam decisões segundo o princípio da racionalidade preconizado pela teoria econômica tradicional. Isto significa pressupor um turista que, em suas decisões, é capaz de julgar todas as alternativas disponíveis de acordo com custos, benefícios e probabilidades de resultados futuros, escolhendo a alternativa que melhor satisfaz suas próprias preferências. Contudo, os consumidores reais não se comportam dessa forma prevista pelas teorias normativas de comportamento, muitas vezes realizando escolhas contrárias as suas próprias preferências e até mesmo tomando decisões erradas ou imprudentes.

O campo de estudo que se dedica a investigar as limitações e atalhos do julgamento humano é conhecido como economia comportamental. Estudos sobre o comportamento do turista a partir da perspectiva teórica comportamental têm crescido na literatura internacional. No Brasil, investigações desta natureza no turismo ainda são escassas. Buscando, portanto, contribuir para ampliar os estudos nacionais na

área de turismo comportamental e compreender o desenvolvimento desta área na literatura internacional, o objetivo desta pesquisa é compreender a evolução dos estudos da economia comportamental no turismo por meio da realização de uma Revisão Sistemática da literatura no período de 2010-2020.

A construção da metodologia foi dada a partir do levantamento de dados através da base de pesquisa de referencial global “Web of Science”, que por meio de diversas ferramentas de busca e um conjunto de filtros possibilitou uma pesquisa vasta e detalhada da literatura. Ao finalizar o processo, foram analisados 12 artigos no período de 2010-2020 que apresentassem aplicações diretas da economia comportamental aos estudos do turismo. Para tanto, através da análise dos artigos foi possível identificar as principais teorias e aplicações e a evolução das pesquisas nesta área de conhecimento relativamente nova nos estudos do turismo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Dentre mais de 5 mil publicações somente 13 artigos atendiam aos critérios de inclusão e exclusão da seleção para compor a pesquisa.

Porém apenas 12 foram utilizados, tendo em vista que um dos artigos não estava disponível para leitura. E a partir da seleção dos materiais, foi possível realizar dois tipos principais de análise: a análise bibliométrica dos dados e a análise dos conteúdos dos artigos. A primeira abrange dados quantitativos dos resultados obtidos, enquanto a segunda apresenta uma abordagem qualitativa do conteúdo analisado.

CONCLUSÕES:

Esta pesquisa teve por objetivo compreender a evolução dos estudos da economia comportamental no turismo. Após realizar uma Revisão Sistemática da literatura através da base de pesquisa “Web of Science”, extraíndo produções relacionadas aos estudos comportamentais aplicados no turismo durante os últimos dez anos (2010-2020), percebeu-se que a constância de publicações sobre o tema ainda é relativamente baixa em comparação ao macro cenário do campo de estudos do setor turístico. Porém, ao mesmo tempo tem sido um assunto de crescente interesse acadêmico e tem atraído a atenção de autores de diversos países, podendo então ser considerada uma área de estudos promissora para compreensão do comportamento dos turistas em seus diferentes níveis.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao apoio do CNPQ no provimento da bolsa de iniciação científica.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título: Contribuições para a análise tipológica da documentação administrativa do período joanino (1808-1821)

Autores Dayane da Silva (orientanda); Prof. Dr. Renato de Mattos (orientador)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Ciência da Informação – Instituto de Arte e Comunicação Social

INTRODUÇÃO: Ao analisar a descrição de documentos custodiados em arquivos permanentes, Bellotto¹ destaca que os estudos tipológicos se mostram relevantes para diferentes áreas do saber. Para além da aplicabilidade no campo da administração, a tipologia documental se mostra igualmente relevante tanto para a História quanto para a Arquivologia. Em relação a essa última relação, Bellotto assinala a importância do estudo dos tipos documentais para o serviço aos usuários, uma vez que a identificação dos tipos documentais oferece aos pesquisadores “informações que são antecedentes e exteriores ao próprio conteúdo do documento, sendo fundamentais para a sua compreensão dentro do conteúdo jurídico-administrativo de produção”².

Apesar da importância assinalada pela autora, o desenvolvimento da presente pesquisa demonstrou a quase ausência de instrumentos descritivos capazes de subsidiar o levantamento e a identificação da documentação relativa à história do Brasil. A partir da análise crítica de alguns dos principais instrumentos de descrição existentes em arquivos portugueses e brasileiros responsáveis pela custódia da documentação produzida e acumulada pelos diversos órgãos do governo do regente D. João, Ana Martins³ propõe alguns procedimentos indispensáveis para o aprimoramento da organização e descrição destes fundos. Além da reconstituição dos processos de criação, circulação e arquivamento, Martins reforça a necessidade da correta identificação da proveniência dos documentos a partir de estudos que contemplem desde as

competências de cada uma das entidades produtoras/acumuladoras até a recuperação do contexto funcional das espécies documentais. Diante de tais desafios, o emprego da análise tipológica assume importância enquanto procedimento capaz de subsidiar arquivistas nas atividades de arranjo e descrição de documentos produzidos pela administração joanina, bem como na elaboração de instrumentos de pesquisa capazes de suprir as necessidades informacionais dos usuários. Assim, a partir dos estudos tipológicos dos documentos administrativos introduzidos pelo governo do príncipe regente D. João durante o processo de instalação das secretarias de estado na Corte do Rio de Janeiro, a presente pesquisa objetiva identificar os principais tipos documentais, entendidos aqui como a “configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou”⁴, a fim de auxiliar arquivistas no cumprimento das tarefas de organização documental e de disseminação da informação, assim como contribuir para a elaboração de glossários e de outros subsídios essenciais aos pesquisadores do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Antes de empreendermos a análise dos tipos documentais que estruturaram a prática administrativa do governo joanino entre os anos de 1808 e 1821, cumpre detalhar a metodologia utilizada nesse estudo. Amparando-nos nas pesquisas realizadas por Bellotto⁵ e Troitiño⁶, utilizaremos o modelo de análise a seguir:

¹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

² *Ibidem*, p. 348.

³ MARTINS, Ana C. D. *Governança e arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2007.

⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Op cit.* p. 100.

⁵ *Ibidem*.

⁶ RODRIGUEZ, Sonia M. T. *O Juízo de Órfãos de São Paulo: caracterização de tipos documentais (séc. XVI-XX)*. 2010. Tese (Doutorado) - FFLCH, USP, São Paulo, 2010.

- Tipo documental: definida pela espécie documental acrescida da atividade que a gerou: “a ser buscada na legislação, em tratados de direito administrativo, manuais de rotinas burocráticas, glossários, dicionários terminológicos ou a partir do próprio documento”⁷;
- Entidade produtora acumuladora;
- Atividade: que gerou o tipo documental em questão;
- Destinatário;
- Legislação que cria a entidade e a função/atividade que originará a série;
- Tramitação: sequência das diligências para o andamento de documentos de natureza administrativa até seu julgamento ou solução;
- Documentos correlativos: identificação de outros tipos documentais analogicamente relacionados.

Como o objetivo da pesquisa é o de elaborar um instrumento de pesquisa para o conjunto de documentos do período joanino, é de suma importância ter os campos acima bem claros para que o pesquisador entenda como organizamos e chegamos aos resultados. Dito isso, temos os subsídios necessários para realizarmos a análise dos documentos administrativos do período em questão e descrevermos as funções dos órgãos responsáveis pela produção e/ou acumulação de documentos.

Para o desenvolvimento da análise tipológica foi necessário examinar os volumes da *Collecção das Leis do Brazil* para que pudéssemos ter a base legislativa necessária para o entendimento das funções e atividades exercidas pela administração joanina.

Analisando as competências das secretarias, optamos pela análise das decisões expedidas pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios. Segundo Dilma Cabral e Angélica Camargo⁸, eram de competência da referida secretaria os despachos que tratavam das expedições das armadas, frotas e navios, além das ordens concernentes ao expediente dos passaportes dos navios que entravam e saíam dos portos.

Compreendida a entidade a ser analisada e a espécie escolhida, empreendemos a identificação das tipologias que estruturam a

administração joanino constantes da *Collecção das Leis do Brazil*.

CONCLUSÕES:

A presente pesquisa teve como o objetivo realizar um instrumento de pesquisa, na qual procuramos identificar a espécie/função/atividade do documento, bem como as competências do órgão ou ministério que expediu/recebeu.

Vimos que a definição de funções e poderes no Estado não era nítida na administração joanina, o que acabou refletindo na documentação de cada secretaria. Por isso, a importância dos estudos da administração desse período é de suma importância, tal como os instrumentos arquivísticos que auxiliam e facilitam as pesquisas sobre o assunto.

Agradecimentos:

Agradecemos o apoio do Departamento de Ciência da Informação (GCI) do Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC pelo financiamento da pesquisa desenvolvida.

⁷ BELLOTTO, Heloísa L. *Op cit.* p. 91.

⁸ CABRAL, Dilma; CAMARGO, Angélica R. (Orgs.). *Estado e administração: a corte joanina no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.



Grande área: **Ciências sociais aplicadas**

Título do projeto: **Análise dos determinantes sócio econômicos do fluxo escolar no ensino superior: um estudo para a UFF**

Autores: **Eduarda Oliveira Rodrigues, Danielle Carusi Machado, Jesus Alexei Luiz Obregon**

Departamento: **Faculdade de Economia - Universidade Federal Fluminense**

INTRODUÇÃO:

Há ao menos duas décadas, o Brasil vivencia a expansão do acesso ao ensino superior, através de programas como o PROUNI e o FIES (na esfera privada) e da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, na esfera pública). O REUNI tinha como objetivos expandir as vagas nas universidades pública e garantir o acesso a grupos com grandes dificuldades em ingressar no ensino superior - tentando reduzir as diferenças sociais oriundas do componente educacional.

De acordo com Carvalho e Waltenberg (2015), mais estudantes de baixa renda ingressaram na universidade e finalizaram os estudos. Com o aumento da diversidade social no ensino superior público, questões de manutenção dos estudantes e, conseqüentemente de evasão, se tornaram relevantes, especialmente por causa dos conseqüentes desperdícios de recursos, tanto para o estudante, quanto para a instituição e para o Estado, quanto para a sociedade.

Lima Junior et al (2012), Franca e Saccaro (2018), Campos (2016), Hoed (2016), dentre outros, realizaram estudos quantitativos de eventos de evasão aplicados à casos

específicos. Através da análise de sobrevivência, conjunto de métodos que analisa o tempo entre dois eventos - nesse caso, o de matrícula e o de evasão (ou conclusão) -, estimaram a probabilidade de ocorrência da conclusão do curso ao longo do tempo e a dependência de outras variáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Utilizamos os microdados do Censo da Educação Superior que traz informações dos alunos: sexo, cor ou raça, idade, tipo de curso, etc. Esta base também traz um código identificador único que permite rastrear a trajetória dos estudantes ao longo do tempo.

Com o objetivo de analisar os determinantes sócio-econômicos do fluxo escolar no ensino superior, esta base permite acompanhar os alunos e ao mesmo tempo, construir indicadores que retratam sua situação sócio-econômica.

Este estudo focou especificamente na Universidade Federal Fluminense, tendo em vista sua grande variabilidade de perfis de estudantes. Os anos observados são 2010 a 2017 e para a amostra, foram filtrados os alunos ingressantes no ano de 2010.

Em termos de estatísticas descritivas, 51,12% dos estudantes são mulheres, e 48,88%, homens. 39,72% não declarou cor ou raça, 39,55% são brancos, 5,20% pretos, 13,98% pardos, 1,06% amarelos e 0,48% indígenas. A idade média dos ingressantes, em 2010, foi de 23,4 anos, com mediana de 20 anos.

Cerca de 21,32% dos alunos atendem a cursos EAD, e dentre o restante, de cursos presenciais, 62,71% foram em cursos integrais, 29,52% em cursos noturnos, 2,50% em cursos vespertinos e 5,27% em matutinos.

Cerca de 66,69% são matrículas de bacharelado, 22,36% de licenciatura e 10,95% são tecnólogos.

As curvas de sobrevivência foram estimadas através do método de Kaplan-Meier, considerando cada uma das covariantes. Após isso, foram realizados testes para verificar se as curvas de sobrevivência de dois grupos (por exemplo, homens e mulheres) são distintas.

Variável	Gehan-Breslow	Tarone-Ware	Logrank
Sexo	0,1501	0,085	0,0348
Modalidade	0	0	0
Cor_branco	0,0232	0,0276	0,0654
Turno_integral	0	0	0
Ingresso_vest	0	0	0
Grau_bacharelado	0	0	0

Tabela 1: testes e p-valores

A maioria das variáveis é estatisticamente significativa ao menos ao nível de 10% em todos os testes, menos a variável sexo, que se mostrou não-significativa no teste de Gehan-Breslow.

Abaixo, dois exemplos de comparação entre curvas de sobrevivência: a primeira com o sexo

dos estudantes, e a segunda, se o estudante atende a curso integral ou não.

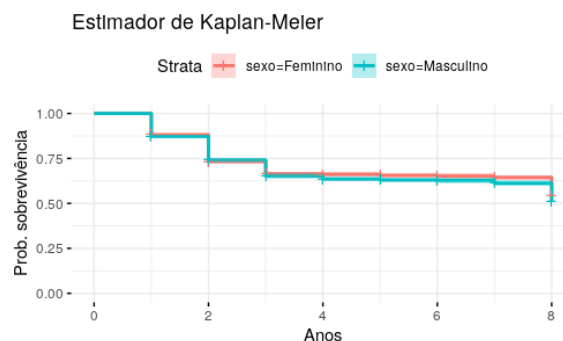


Imagem 1: KM - Sexo

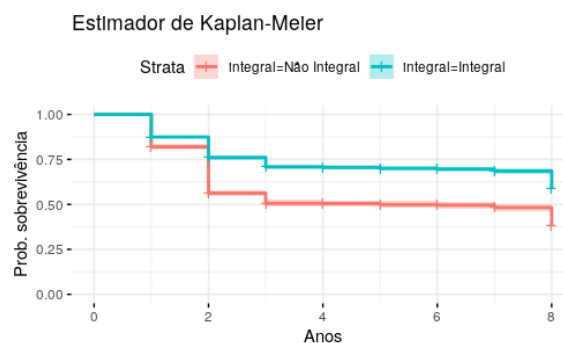


Imagem 2: KM - Dummy Integral

Após a estimação das curvas de sobrevivência, foi estimada a regressão de Cox, o modelo mais utilizado na análise de sobrevivência, utilizando as covariantes disponíveis. Variáveis que seriam de muita riqueza para a regressão de Cox, como renda familiar, coeficiente de rendimento, ou qualquer outra variável numérica para além de idade de ingresso, não estavam disponíveis. Porém, após o primeiro teste, é evidenciado que o principal pressuposto do método, de que os riscos devem ser proporcionais em todos os períodos, foi violado.

CONCLUSÕES:

O estimador de Kaplan-Meier é amplamente utilizado nos principais trabalhos que abordam análise de sobrevivência, e esteve presente nos trabalhos de análise de sobrevivência aplicado à evasão escolar no ensino superior.

As variáveis estudadas -- sexo, modalidade, dummies de cor branca, turno integral, ingresso via vestibular e habilitação bacharelado -- se mostraram todas significativas a 10% de nível de significância, de acordo com o teste de Logrank, principal teste de hipótese aplicado à curvas de probabilidade de sobrevivência, que enfatiza o fim da vida da curva. Modalidade e as dummies de turno integral, ingresso via vestibular e bacharelado são significativas também à 1%. Observou-se menor evasão entre mulheres, brancos, matriculados em cursos à distância, alunos de cursos de bacharelado e do turno integral e relativa estabilidade das curvas de probabilidade de sobrevivência a partir do terceiro ou quarto ano.

Ainda, foi desenvolvida aplicação do modelo de regressão de Cox. A única variável de caráter contínuo passível de ser utilizada foi a de idade de ingresso. O modelo, contudo, não foi adequado, conforme apresentado, ao ser testada a principal hipótese do modelo e não pudemos tirar conclusões a partir dele especificamente.



Ciências Sociais Aplicadas

A diversificação do Poder Judiciário e os efeitos do gênero na administração da Justiça

Dra. Fernanda Andrade Almeida (Matrícula SIAPE 1576861)

Alice Leite Lazaro (Matrícula UFF 216084107)

Departamento de Direito de Macaé (MDI/ICM)

INTRODUÇÃO

A crescente participação das mulheres nas profissões jurídicas e, em especial, na magistratura, traz uma necessidade de ampliação de estudos que analisem o Poder Judiciário a partir de uma perspectiva de gênero. Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada iniciou com o objetivo de verificar se – e de que maneira – o gênero do magistrado influencia na administração da Justiça, compreendendo que a resposta a esta problemática poderia ajudar a esclarecer os possíveis impactos da recente feminização da magistratura e, ao mesmo tempo, orientar políticas afirmativas no sentido de uma diversificação da Justiça em níveis do Poder Judiciário onde mulheres e homens ainda não estão presentes de forma paritária.

A pesquisa teve como objeto as decisões sobre estupro e estupro de vulnerável julgadas no ano de 2016 no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). Objetivava-se, inicialmente, comparar as decisões de juízes e juízas, verificando as diferenças entre as análises feitas por homens e mulheres no julgamento de crimes contra a dignidade sexual. Todavia, nas poucas vezes que os acórdãos apresentavam a presença de magistradas julgando, notou-se que os argumentos e fundamentos da decisão eram

reproduzidos e não havia qualquer diferença entre a argumentação feita por elas e as realizadas por seus pares masculinos. Os dados analisados apresentaram um cenário de quase inexistência de diversidade de gênero no TJSP, em especial, o feminino, o que já era esperado, e corrobora a hipótese inicial da pesquisa, de que as mulheres estão sub-representadas nos tribunais brasileiros.

Desse modo, verificou-se a necessidade de reorientação da pesquisa, no que tange ao objetivo, que passou a ser observar, no âmbito dos casos levados ao Poder Judiciário – e, mais especificamente, no TJSP – o cenário da violência sexual, como o silenciamento da vítima ao longo do tempo, em especial no contexto familiar. Além disso, verificar o perfil majoritário de vítimas e agressores, buscando abordar as questões de gênero no ciclo da violência e sua propagação. As mulheres, de todas as faixas etárias, são, em termos de estupro, enquanto violência de gênero, as vítimas preferenciais desse crime, destacando-se as mulheres crianças, adolescentes e jovens. Os agressores, em sua maioria, possuem vínculo com a vítima, o que produz um cenário de estupro e estupro de vulnerável dentro das relações familiares, favorecendo o segredo do delito e, conseqüentemente, uma prolongação da violência e atraso na

denúncia. Além disso, verificou-se que o Poder Judiciário, apesar dos avanços políticos e jurídicos, segue reproduzindo preconceitos sociais e, até mesmo, de gênero, inibindo a efetivação da igualdade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seleção das decisões judiciais alcançou um total de 1518 julgados. A apuração e tabulação dos dados revelou um padrão do alvo da violência sexual, em que o gênero é matéria de grande relevância, na medida em que a dominação do masculino e a vitimização do feminino é constatada. De um total de 1739 vítimas, a sua maioria (71,88%), 1250, são do gênero feminino. Além disso, consolida-se o perfil do agressor, em que 98,4% dos réus são do gênero masculino, de modo a confirmar um quadro da violência sexual que envolve, sobretudo, uma violência de gênero.

Ademais, constatou-se que assim como o gênero, a idade é uma importante fonte de análise, em que dos 1518 acórdãos analisados, 946 são tipificados como estupro de vulnerável. Desse modo, o perfil majoritário das vítimas pertence à categoria “vulnerável”, sendo esta a pessoa da faixa etária abaixo de 14 (quatorze) anos ou com enfermidade ou deficiência mental, sem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, não possa oferecer resistência (§1º do art. 217-A do Código Penal).

Neste cenário, em um total de 1518 casos, 618 apresentam vínculo entre a vítima e o réu. As-

sim como, apresenta que nos 946 casos do tipo penal estupro de vulnerável, 528 casos apresentam vínculo entre vítima e agressor. Isto é, a violência sexual intrafamiliar infanto-juvenil.

A análise dos acórdãos permitiu identificar que, no contexto da violência sexual intrafamiliar, a presença de vínculo entre a vítima e o agressor dificulta a denúncia devido a um fenômeno muito comum: *a síndrome do segredo*. Desse modo, a violência intrafamiliar possui um problema central: o silenciamento da vítima e de sua família. Este crime ocorre de forma secreta, favorecendo constantes abusos mantidos em segredo por um longo período, por meio das constantes ameaças e do silenciamento dos inocentes por parte do agressor.

CONCLUSÕES

Assim, é possível constatar a relevância de estudar o contexto do estupro e do estupro de vulnerável. Conclui-se, portanto, a dominação do gênero masculino no tipo penal estupro e estupro de vulnerável como agressores majoritários. A vitimização de crianças, adolescentes e mulheres adultas expressivamente, em especial, no ambiente intrafamiliar. Somado a isto, o silenciamento das vítimas frente ao abuso perpetrado contra elas em constantes ameaças que atrasam a denúncia, o julgamento e a condenação do agressor, em especial, a proteção da vítima de mais violações ao longo do tempo.

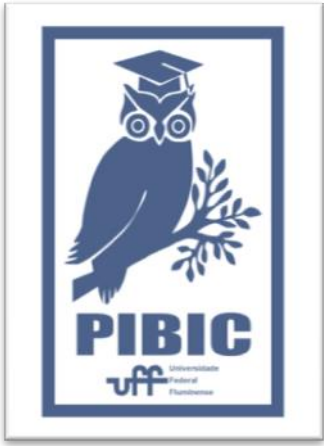


Imagem 1: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: REPOSITÓRIO APLICADO AO ENSINO SUPERIOR PARA A GESTÃO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS: um estudo bibliométrico.

Autores: Mirian Picinini Méxas e Orlando Vieira Lopes Filho

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Ciências

Atuariais e Finanças/ Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

INTRODUÇÃO:

Segundo a UNESCO (2012), os recursos educacionais abertos são materiais de ensino, aprendizagem e investigação que estão em domínio público ou possuem poucas restrições de uso. Sendo assim, eles podem ser utilizados em sua forma original, adaptados ou revisados, além de criar algo novo a partir da combinação do material original ou revisado.

A gestão desses materiais de ensino pode ser realizada pelos repositórios digitais, que além de organizar toda a produção acadêmica e científica de uma instituição, permite a disseminação, acesso e uso dos recursos educacionais abertos ou objetos de aprendizagem, outro termo amplamente utilizado, contribuindo, desse modo, para as práticas de pesquisa e ensino.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho consiste em investigar a produção científica sobre repositórios de recursos educacionais abertos, aplicados no ensino superior, na literatura nacional e internacional, dada a sua relevância para a pesquisa e ensino.

METODOLOGIA:

Realizou-se um estudo bibliométrico nas bases Scopus e Web of Science, em janeiro de 2020, utilizando a seguinte combinação de palavras-chave: “Repository of open educational resources” OR “Open educational resources repository” OR “Repository of learning objects” OR “learning objects repository” AND “Higher education”, onde foram apenas incluídos para análise artigos ou revisões publicadas em periódicos e conferências, sendo a busca realizada em todos os campos de pesquisa das bases citadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Nessa seção, apresentam-se os resultados da análise Bibliométrica realizada

Tabela 1 – Resultados da pesquisa

Tipo de documento	Scopus	Web of Science
Artigos ou periódicos	248	07
Artigos de conferência	16 ¹	37
Total geral	264	38

Fonte: Dados de pesquisa (2020)

¹ O levantamento foi realizado em fevereiro de 2020, como pesquisa complementar na base Scopus, considerando apenas artigo de conferência, sendo a busca realizada no título do artigo, resumo e palavras-chave.

Na fase seguinte, foram selecionadas 92 publicações, a partir da leitura do *abstract* das publicações (tabela 1), considerando a relevância da abordagem dos estudos apresentados.

Tabela 2 – Publicações selecionadas

Bases	Artigos de periódicos	Artigos de conferência
Scopus	65	07
Web of Science	02	14
Ambas as bases	02	02
TOTAL	69	23

Fonte: Dados de pesquisa (2020)

Com base na seleção dos 92 artigos mais relevantes, estruturou-se o estudo bibliométrico, analisando a produção por ano, idioma e periódicos científicos, conforme os gráficos seguintes.

Gráfico 1 – Publicação por ano

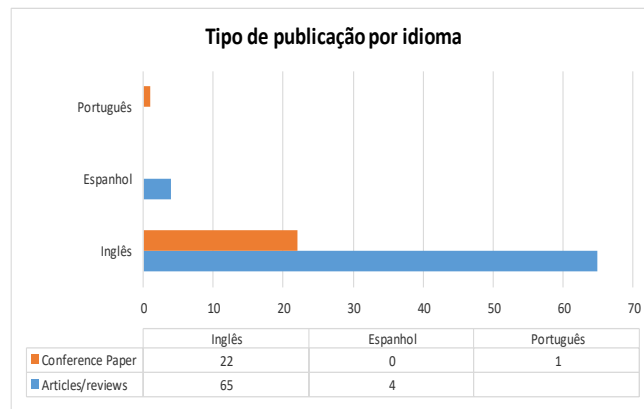


Fonte: Dados de pesquisa (2020)

Conforme o gráfico 1, houve um aumento maior de publicações em periódicos, em 2015, o mesmo afirma-se em relação a 2018, indicando um interesse maior da comunidade científica

pele campo de estudo, sendo que publicação de artigos em conferência são menos frequentes.

Gráfico 2 – Publicação por idioma



Fonte: Dados de pesquisa (2020)

Conforme o gráfico 2, o idioma inglês tem nortado a produção de artigos, sendo apenas identificado um artigo de conferência publicado em português, o que demonstra o crescimento da internacionalização da produção científica nesse campo de estudo, sendo o idioma inglês a língua universal.

O gráfico 3 apresenta os periódicos com pelo menos dois artigos publicados nesse campo de estudo. Observa-se com base nesses resultados uma carência de publicações sobre a temática em periódicos nacionais.

Gráfico 3: documentos por periódicos



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A análise do texto completo dos artigos², bem como das palavras-chave empregadas pelos autores desses estudos, permitiu identificar os aspectos tecnológicos, além dos educacionais, que influenciam o desenvolvimento dos repositórios de recursos educacionais abertos. Sendo assim, na construção de um repositório de recursos educacionais abertos é preciso considerar: a criação de metadados, para

² Para essa fase da pesquisa, foram analisadas 89 publicações, do total de 92, pela possibilidade de acesso ao texto completo daquelas publicações.

descrição dos recursos educacionais em seus aspectos técnicos e educacionais; a interoperabilidade, para facilitar o compartilhamento e reuso de dados; o uso de licenças abertas; mecanismos para seleção e classificação dos recursos educacionais nos repositórios e o uso de ferramentas colaborativas e sociais, citando os mais recorrentes.

CONCLUSÕES:

O estudo bibliométrico demonstrou a atualidade e importância da pesquisa sobre repositórios de recursos educacionais abertos, com o crescimento de publicações, principalmente, em periódicos científicos. No entanto, verificou-se uma carência de publicações em periódicos nacionais nessa área de estudo.

Espera-se por meio deste estudo contribuir para o avanço do conhecimento nessa temática, sendo também imprescindível desenvolver estudos de casos sobre os repositórios educacionais já existentes.

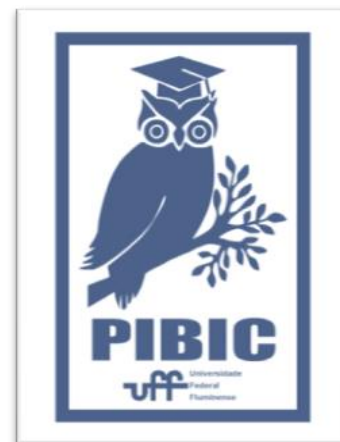
AGRADECIMENTOS:

Registra-se aqui o agradecimento a concessão de bolsa de Iniciação Científica dentro do Programa Institucional do CNPq (PIBIC), destinadas ao aluno de graduação, de acordo com os termos do edital e da Resolução Normativa 017/2006 do CNPq, através do EDITAL PIBIC/CNPq/UFF 2019/2020 da PROPPI.

REFERÊNCIAS

UNESCO. Declaração de Paris sobre Recursos Educacionais Abertos. In: CONGRESSO MUNDIAL SOBRE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS, 2012, Paris.

Apresentação. Paris, 2012. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/WPFD2009/Portuguese_Declaration.html. Acesso em: 20 jan. 2019.





Grande área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto Deterioração dos Termos de Troca: há evidências de sua existência no Brasil?

Autores: Isadora Calvelli, Raquel Pereira de Souza

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento De Engenharia de Agronegócios/Laboratório de Gestão do Agronegócio

INTRODUÇÃO:

As oscilações nos preços das *commodities* que vem sendo observadas nos últimos vinte anos tem suscitado o debate de “antigos” temas no Brasil como a existência da Doença Holandesa, a reprimarização das exportações brasileira, bem como, a existência da Deterioração dos Termos de Troca,

Segundo a tese de Prebisch – Singer desenvolvida nos anos de 1950 haveria uma tendência à deterioração dos termos de troca para os produtos exportados pelos países subdesenvolvidos, isso significa que os preços dos produtos primários, principalmente exportados por esses países tendiam a cair com referência aos preços dos produtos manufaturados, que são exportados principalmente pelos países desenvolvidos (Prebisch, 1982).

Para Prebisch (1982) um dos principais aspectos que promovem essa tendência é a maior inelasticidade – renda da demanda dos produtos primários em relação aos produtos industrializados. Essa inelasticidade estaria associada a Lei de Engel, a qual estabelece que as mudanças nos hábitos de consumo

consequentes do aumento da renda resultam num menor crescimento da demanda por alimentos e, portanto, numa participação cada vez menor desses alimentos no consumo final. Por outro lado, considerando o crescimento do consumo de matérias primas agrícolas e nesse caso metálicas também (ferro, aço, cobre...) não acompanharia o aumento da renda, uma vez que o avanço do progresso técnico na indústria dos países desenvolvidos levaria a uma menor utilização de insumos por unidade de produto (Prates, 2007). Como decorrência desse processo seria necessário aos países em desenvolvimento um incremento persistente das exportações de *commodities* (com preços em constante redução) para fazer frente às importações de produtos manufaturados (com preços em constante aumento).

Prates (2007) destaca ainda que os avanços tecnológicos tiveram dois impactos adicionais sobre o mercado de *commodities* que contribuíram para a redução dos preços: 1) o desenvolvimento de materiais sintéticos que reduziram a utilização pela indústria, de *commodities* agrícolas e metálicas (que também

foram afetadas pela melhoria das técnicas de reciclagem); 2) o aumento da produtividade na agricultura e na extração de metais que ampliou a produção de *commodities*, diante de um contexto de redução no consumo.

Apesar da tese de Deterioração dos Termos de Troca (DTT) ter tido grande impacto na formulação de políticas públicas para os países em desenvolvimento (ela foi utilizada como argumento para a defesa da Política de Substituição de Importações) há profundas divergências sobre a sua existência e as evidências que a comprovem.

Assim, este trabalho tem por objetivo investigar as evidências da presença (ou não) da Deterioração dos Termos de Troca na evolução do comércio brasileiro e mundial.

A metodologia consistiu numa ampla revisão bibliográfica sobre o tema que foi feita a partir das bases de dados do Google Scholar e dos Periódicos da Capes. Foram sistematizadas as contribuições de quatorze artigos sobre as evidências da existência da DTT, sendo sete deles pesquisas realizadas em nível nacional e sete deles em nível internacional, todas realizadas nos anos 2000, com exceção de uma delas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Das quatorze pesquisas analisadas sete buscaram observar se houve a deterioração dos termos de troca no Brasil e sete fizeram a mesma análise para grupos de países (denominadas de pesquisas internacionais).

As pesquisas buscaram observar se houve alteração nos termos de troca,

considerando grupos de commodities alimentares e não alimentares em comparação com bens industrializados, sendo que quatro delas, fazem essa análise considerando os termos de troca entre exportações e importações no Brasil.

Os métodos estatísticos utilizados para a realização destas pesquisas foram variados desde análise de séries históricas e cálculo da taxa geométrica de crescimento até análises de cointegração e de regressão.

Das quatorze pesquisas analisadas, nove apontaram a existência de deterioração dos termos de troca na maior parte dos períodos analisados, enquanto cinco delas apontaram não identificar essa tendência em suas análises. Quando se observa as pesquisas realizadas no Brasil quatro delas identificaram a existência de deterioração dos termos de troca e três delas não identificaram. Em nível internacional, e assim, considerando grupos de países, das sete pesquisas, cinco delas identificaram a existência de deterioração de termos de troca enquanto somente duas delas não identificaram claramente essa tendência. As pesquisas identificaram não haver uma uniformização na intensidade da deterioração dos termos de troca, havendo assim, grupos de produtos que sofrerão maior deterioração enquanto outros sofreram uma menor deterioração.

CONCLUSÕES:

O problema da deterioração dos termos de troca proposta por Raul Presbich é controversa, não havendo assim consenso em relação a sua existência. Na atualidade, esse debate da

existência da deterioração dos termos de troca tem ganhado ainda mais notoriedade no Brasil, uma vez que, ele se associa a discussão da desindustrialização e fortalecimento do agronegócio nos últimos anos, diante da elevação dos preços internacionais das *commodities*. E é possível, que justamente por esse fortalecimento recente do agronegócio, que a maior parte das pesquisas sobre esse assunto foram realizadas após 2006.

A princípio não se pode concluir de forma irrefutável na existência da deterioração dos termos de troca, contudo, o que este trabalho aponta é que as evidências de sua existência são estão na maior parte dos trabalhos que foram pesquisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PRATES, D. .M. A alta recente dos preços das commodities. *Revista de Economia Política*, vol. 27, nº 3 (107), pp. 323-344, julho-setembro/2007.

PREBISCH, R. (1982) “El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas”. In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch en la Cepal. México: Fondo de Cultura Económica, 99-155. Primeira edição: 1949

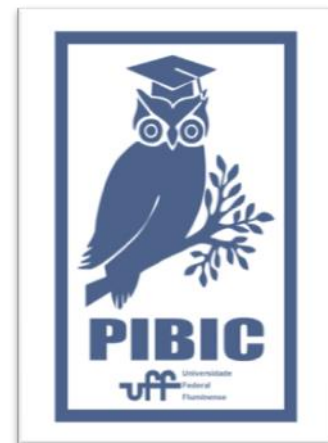


Imagem 1: Imagem PIBIC



Turismo

Relações entre Turismo, Trabalho e Territórios na contemporaneidade brasileira: caracterização do mercado de trabalho do setor turístico do estado do Rio de Janeiroⁱ

Sara Rosa; Karina Moreira; Lorena Amaro; Victor Hugo Geovú
Universidade Federal Fluminense, Campus Gragoatá —
Faculdade de Turismo e Hotelaria, Departamento de Turismo

INTRODUÇÃO:

O projeto propõe-se a identificar e estudar o mercado de trabalho do setor turístico no estado do Rio de Janeiro, com enfoque nas relações dos trabalhadores com o espaço de onde se (des)territorializam. Por tratar-se de uma pesquisa exploratória, decidiu-se iniciar o estudo nas cidades de Niterói e Angra dos Reis para, futuramente, expandi-lo para todo o estado.

O turismo, em sua essência primordial, trata-se da movimentação e permanência dos turistas pelo espaço (FRATUCCI, 2014) e nesses momentos de parada acontece a territorialização dos visitantes, ou seja, o momento em que eles se apropriam, mesmo que temporariamente, do local visitado e seus elementos.

É a partir desta ação do turista que todo o aparato do turismo se desenvolve e, com ele, todos os agentes sociais que permitem o desenvolvimento da atividade. Todos os agentes sociais, cada um com sua lógica de territorialização, se apropriam de trechos do espaço e juntos constroem o espaço do turismo..

Os locais apropriados pelos turistas e agentes sociais tornam-se um território-rede complexo e sazonal, extremamente dinâmico (BAUMAN, 2001). Conclui-se, portanto, que o território do turismo é composto pelos turistas, agentes do poder público e do mercado, trabalhadores diretos e indiretos da atividade e pelo atrativo turístico que impulsiona a atividade.

Perante a complexidade deste universo, pretende-se uma primeira aproximação com o dos trabalhadores do setor turístico das áreas de hotelaria, agências de viagens, transportadoras turísticas, empresas organizadoras de eventos e órgãos públicos de turismo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Inicialmente, os esforços foram direcionados a criar uma base de dados própria que consolidasse informações sobre Sindicatos e Associações do Rio de Janeiro. O levantamento de dados foi feito através da plataforma Cadastur, desenvolvida pelo Ministério de Turismo e, também, por redes sociais como Facebook e LinkedIn.

Concomitantemente a isto, parte do grupo de pesquisadores realizou um levantamento bibliográfico que gerou o artigo científico “Turismo e seus trabalhadores na contemporaneidade: uma pesquisa bibliográfica” (CARNEIRO; SANT’ANNA; AMARO, 2019), apresentado no III Seminário Nacional de Cultura na Fundação Casa de Rui Barbosa em 2019.

Posteriormente, o grupo iniciou os esforços de elaborar um instrumento de pesquisa delimitasse o perfil do trabalhador de turismo. O formulário, construído na plataforma *Google Forms*, ficou disponível entre 15 de julho e 30 de agosto de 2019. A sua disseminação foi feita através do envio do link para contatos pessoais e, também, através da postagem em redes sociais.

Foram recuperadas 884 respostas que, após uma primeira análise, resultaram em 843 respostas válidas. Considerando-se o amplo número obtido e a diversidade que cobria 19 unidades da federação do país, o material que, inicialmente, serviria como teste para medir o alcance do grupo e as falhas estruturais do formulário, foi aproveitado para dar início à uma pesquisa exploratória de âmbito nacional.

Os dados foram devidamente trabalhados e cruzados: categorias do turismo como (a) agenciamento; (b) hospedagem; (c) eventos; (d) guiamiento; (e) órgãos públicos ; (f) educação e (j) meios de hospedagem foram relacionados com variáveis de (i) faixa etária; (ii) gênero; (iii) renda; (iv) escolaridade; (v) carga horária; (vi) satisfação e (vii) função/cargo. Tal cruzamento de dados possibilitou um aprofundamento da interpretação do objeto de estudo.

Após a finalização da manipulação dos dados e o início da pandemia de Covid-19, os pesquisadores se concentraram na produção científica. Foram produzidos três artigos: “Os impactos da iniciação científica para os graduandos em turismo”, “Caracterização do trabalhador do setor turístico no Brasil: uma aproximação preliminar ” e “Os olhares dos trabalhadores do turismo e a complexidade do fenômeno turístico” que foram submetidos ao XVII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo — ANPTUR e aguardam aprovação.

Após, a equipe também concluiu a elaboração do novo formulário de pesquisa e começou a enviá-lo para seus contatos e redes sociais a partir do dia 10 de agosto de 2020, considerando o recorte territorial do município de Niterói.

CONCLUSÕES:

Com mais de um ano de trabalhos, o projeto de pesquisa conseguiu se desenvolver positivamente, avançando em várias frentes (locais e nacionais) no estudo do assunto, construindo uma rede própria que facilita o contato com os trabalhadores do turismo

Apesar do plano inicial com enfoque Niterói e Angra dos Reis, o projeto obteve um sucesso inesperado, impulsionando o estudo no âmbito nacional. Esta novidade, inclusive, ajudou os pesquisadores a enxergarem falhas e melhorarem suas ferramentas de pesquisa.

Portanto, o projeto conseguiu se firmar fortemente e se desenvolver, entregar

resultados que condizem com a proposta original e, também, além do esperado.

Futuramente, deve-se finalizar o formulário de pesquisa para a cidade de Niterói, trabalhar seus dados e, por fim, refletir acerca dos mesmo, procurando produzir ainda mais a fim de, cada vez mais, elucidar as questões levantadas sobre o objeto de estudo.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos aos nossos orientadores e demais participantes do projeto de pesquisa por tornarem este trabalho possível e possibilitarem o desenvolvimento de nossas habilidades e inserção no meio acadêmico-científico.

Somos gratos, também, à FAPERJ e PIBIC/CAPES por financiarem nossas bolsas de iniciação científica, que nos deram a plena condição para nos dedicarmos à este estudo.



REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FRATUCCI, A. C. A dimensão espacial das políticas públicas de turismo no Brasil. In: PIMENTEL, T. D.; EMMENDOERFER, M. L.; TOMAZZONI, E. L. (Orgs.). **Gestão pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

ⁱ Projeto desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa CNPq "Turismo, Gestão e Territórios" sob coordenação dos professores Aguinaldo Cesar Fratucci e Claudia Correa de Almeida Moraes



Grande área do conhecimento Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto Desenhando a Vila Real da Praia Grande na Cidade de Niterói: A História Urbana Através da Cartografia e da Arquitetura

Autores Renato Rampini Lopes (Mat. 216026058), José Simões de Belmont Pessôa (Siape 7223108)

Departamento/Unidade/Laboratório Arquitetura, TAR

INTRODUÇÃO:

A cidade de Niterói (RJ) origina-se da ocupação das terras na baía de Guanabara que ficavam defronte do Rio de Janeiro, denominadas pelos portugueses como Bandas d'Além. No século XIX a presença de Dom João VI leva a criação da Vila Real da Praia Grande, registrada em planta (projeto de 1819) e texto (plano de edificação de 1820). O desenho da nova vila, é um registro único da lógica do urbanismo português no Brasil, pois apresenta o projeto sobreposto ao registro da ocupação espontânea existente, permitindo-nos entender o que o projeto incorpora da estrutura antrópica precedente.

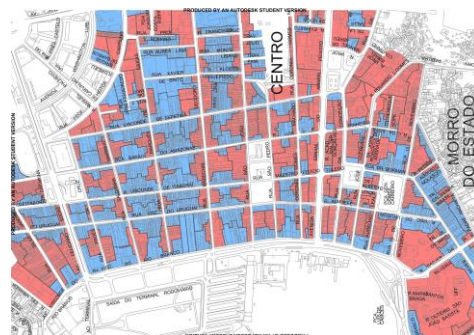
A malha ortogonal demonstra uma clara continuidade das experiências portuguesas no século XVIII, assim como a previsão de rocio e largos em localizações específicas e de critérios estabelecidos para composição de fachadas em determinadas ruas tornando claro que o Plano derivava da tradição do urbanismo português. O presente estudo, partindo da análise morfológica, pretende contribuir para o conhecimento das invariantes urbanísticas da tradição portuguesa do século XVIII, na

fundação e expansão das cidades brasileira do século XIX.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Estudou-se o Plano de 1819, os mapas de 1833, 1858, bem como um da década de 1890 sem data precisa, além das Atas e Documentos da Câmara Municipal de Niterói, que proporcionam uma franca visão da vida cotidiana da nova Vila.

A partir de uma análise da distribuição dos lotes nos quarteirões pôde-se compreender melhor a temporalidade e as razões na abertura das vias, além de sugerir um possível comportamento



urbano no fluxo e na importância de tais vias.

Imagem 1: destaques feitos pelo AutoCAD na atual cadastral de Niterói, demonstrando, a direcionalidade de ocupação das quadras.

Quanto nas Atas e Documentos da Câmara Municipal de Niterói, encontrou-se em agosto de 1819 a convocação do “major do estado maior do Exército que se achava na vila por ordem do tenente general barão da Laguna para em nome do bem público dirigir estas obras de alinhamento das ruas já começadas” (Soares, s/d, 25), demonstrando a preocupação no Plano com as ruas traçadas a partir da rua da Praia, que no desenho obedece a uma rígida e paralela quadrícula e que segundo o texto seriam paralelas na medida do possível.

O mapa de 1833 demonstra a preocupação em seguir esse padrão português. Nele, destacam-se os espaços urbanos nomeados além de, no núcleo central, ser identificada uma ocupação urbana mais significativa, havendo uma concentração maior nos arredores do Largo do Pelourinho.



Imagem 2: Marcações em vermelho das vias urbanas no mapa de 1833.

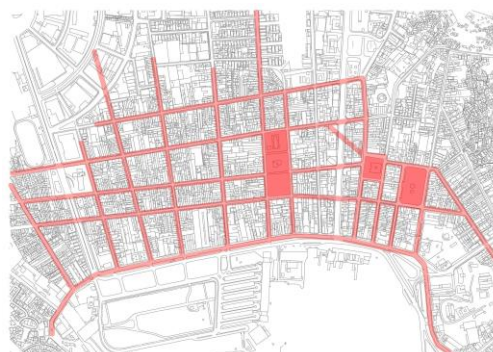


Imagem 3: Superposição digital das ruas identificadas no mapa de 1833 na atual cadastral da cidade de Niterói.

No mapa de 1850 observou-se algumas alterações de nomenclatura dos espaços públicos, bem como uma discordância entre o número de ruas perpendiculares deste mapa para com os demais (1833 e os seguintes), visto a inexistência da Rua da Glória em seu registro. São registrados também os primeiros avanços, como píeres, sobre o Saco da Praia Grande, assim como um aumento do número de edificações.

Destoando dos demais, o mapa de 1858 somente representa as edificações de maior importância da Vila. Neste mapa, além do surgimento da Rua Aureliana (entre as Ruas de São Pedro e da Conceição), há também o

registro de uma pequena rua transversal ao fim da Rua de São Pedro encontrando com a Rua de São João. Além desse ponto, há também o registro do encontro da Rua da Glória com a Rua da Princesa, antes impossibilitado pelo

também que, com o início da República, diversos nomes de ruas e largos foram alterados, retirando as homenagens à família real. Destaca-se também o primeiro registro de ocupação da área onde hoje é o bairro de Icaraí, no qual é seguida a rigidez da quadrícula paralela portuguesa, além de também ser respeitada a largura padronizada de 60 palmos para as ruas.



Mangue de São Lourenço.

Imagem 4: Marcações, em azul, das vias urbanas no mapa de 1858.



Imagem 6: Marcações, em verde, das vias urbanas no mapa de 1890+.

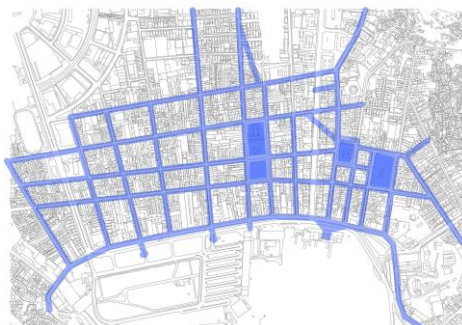


Imagem 5: Superposição digital das ruas identificadas no mapa de 1858, em azul, na atual cadastral da cidade de Niterói.



Imagem 7: Superposição digital das ruas identificadas no mapa de 1890+, em verde, na atual cadastral da cidade de Niterói.

Assim como o mapa de 1858, o mapa datado pela Biblioteca Nacional como “1890+” também representa e nomeia somente as edificações de maior importância. Há, aqui, a primeira aparição de uma escala gráfica em metros, sistema adotado pelo Brasil em 1862. Registrou-se

CONCLUSÕES:

A utilização do desenho como ferramenta da pesquisa em morfologia urbana potencializa o conhecimento histórico sobre a cidade e, no caso em estudo, restou bastante evidente, com ajuda do material gráfico de sobreposição, que o Plano de Edificação da Vila Real da Praia Grande, no modo com que foi arruado pelo Major Gabriel de Castro permanece no desenho do centro da cidade de Niterói, fazendo desta um bom exemplo da lógica urbanizadora de arruadores e engenheiros militares luso-brasileiros.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Coleção Carlos Fonseca - Análise de uma documentação inédita sobre a história do cinema brasileiro (fase 2)

Autores: Cintya Ferreira Mendes (bolsista) e Rafael de Luna Freire (orientador)

Departamento/Unidade/Laboratório: Departamento de Cinema e Vídeo / IACS / Laboratório Universitário de Preservação Audiovisual

INTRODUÇÃO:

Carlos Amaral da Fonseca nasceu em 1930 e passou grande parte de sua vida em Copacabana, fazendo parte do movimento cineclubista carioca. Fundou em 1956, junto de seus amigos, o Centro de Cultura Cinematográfica (CCC) que tinha como propósito fundamental a “projeção regular de filmes consagrados pela crítica especializada mundial”¹. Passou a escrever crítica para jornais e revista tais como *Correio da manhã*, *Cine-Revelação*, *Rio Magazine*, *Filme Cultura*, *O globo*, *Jornal do Brasil*. Em 1965, dirigiu *Rio, maravilha do mundo* junto de Ruy Pereira da Silva, produzindo depois filmes como *Quelê do Pajeú* (1969) e *O Descarte* (1973), ambos dirigidos por Anselmo Duarte.

Além dessas atuações, foi também gestor público, tendo vínculos com o Instituto Nacional do Cinema (INC), Conselho Nacional de Cinema (CONCINE) e Mobral. Sua trajetória pessoal se mistura à do cinema brasileiro e suas

instituições. No artigo *Carlos Fonseca e o cinema conservador carioca*² é levantada a questão do desconhecimento da vida de Fonseca e como não é possível apartar sua atuação dos vários núcleos que compunham o cinema brasileiro da época.

A Coleção Carlos Fonseca foi doada ao Laboratório Universitário de Preservação Audiovisual (LUPA) e à Cinemateca do Museu de Arte Moderna (MAM) em 2016. Com a orientação do professor Rafael de Luna Freire o acervo começou a ser organizado e catalogado tanto em disciplinas quanto com as bolsistas Natália Teles Fróes e Beatriz Leal. Em 2020 iniciei na pesquisa com o objetivo também de catalogar o acervo e disponibilizar o acesso aos documentos e informações por meio do site do Laboratório Universitário de Preservação Audiovisual (LUPA), esta última atividade pode ser feita remotamente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

¹ FREIRE, Rafael de Luna; FRÓES, Natália Teles da Silva. *Carlos Fonseca e o cinema conservador carioca*. 2020.

² FREIRE, Rafael de Luna; FRÓES, Natália Teles da Silva. *Carlos Fonseca e o cinema conservador carioca*. 2020.

Uma das características definidoras do projeto foi a participação de muitas pessoas e colaboradores, fato que ficou em evidência no momento de passar parte desse acervo para o âmbito digital. Fez-se necessário abordar as planilhas e questões já pesquisadas de forma mais pragmática. Foram escolhidos dois eixos importantes da pesquisa para serem disponibilizadas, as fotografias e boletins de imprensa (*press releases*) até a década de 1970 e catálogos, programas, recortes e cartas com relação a Cinemateca do MAM.

Foi importante também estudar a partir de conversas, textos e exemplos uma padronização possível do acervo e diferentes jeitos que as planilhas poderiam estar no site. Por fim, escolhemos embedar³ no site por meio da plataforma airtable, para onde transpusemos as planilhas que estavam em formato de excel. O 'Catálogo de fotografias e comunicados de imprensa de filmes brasileiros até 1979 da Coleção Carlos Fonseca'⁴ já está disponível no site do LUPA e possui fotos de marcos do cinema tais como "*Macunaíma*" (1969) de Joaquim Pedro de Andrade, "*O bravo Guerreiro*" (1968) de Gustavo Dahl e "*Iracema - uma transa amazônica*" (1974) de Jorge Bodanzky

CONCLUSÕES:

³ Embedar é um recurso para incorporar/inserir outras mídias no wordpress

⁴ Disponível em <<http://www.cinevi.uff.br/lupa/catalogo-de-fotografias-e-comunicados-de-imprensa-de-filmes-brasileiros-ate-1979-da-colecao-carlos-fonseca/>>

A pesquisa sobre a vida e trabalho de Carlos Fonseca é essencial para pensar com mais amplitude o panorama brasileiro de cinema, esteticamente, socialmente e institucionalmente. A coleção do acervo possui uma ampla quantidade de documentos e diferentes tipos de materiais que de alguma forma reafirmam a circulação de Fonseca em vários âmbitos do cinema.

Os objetivos referentes a catalogação e difusão se tornam indispensáveis visto que não apenas a trajetória dessa figura ainda é muito desconhecida, mas também ao pensarmos os rumos atuais da preservação e as adaptações que o meio cinematográfico tem passado em meio a 2020.

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de agradecer ao apoio e comprometimento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), ao Laboratório Universitário de Preservação Audiovisual (LUPA) vinculado a Universidade Federal Fluminense, a Cinemateca do Museu de Arte Moderno (MAM), e em específico ao prof. Rafael de Luna, a mestranda Natália Teles Fróes, a graduanda Beatriz Leal, aos outros bolsistas do LUPA Laura Batitucci e Vinicius Curvelo e a todas as outras pessoas que colaboraram nesse projeto desde a doação do acervo em 2016.





Ciências Sociais Aplicadas

Os museus etnográficos no Brasil: mapeando as coleções indígenas das regiões Sul e Centro-Oeste

Bolsista: Andressa Oliveira dos Santos

Orientadora: Profa. Adriana Russi T. de Mello

Departamento de Artes e Estudos Culturais/ Instituto de Humanidades e Saúde

INTRODUÇÃO:

A pesquisa *Os museus etnográficos no Brasil: mapeando as coleções indígenas das regiões Sul e Centro-Oeste* foi desenvolvida a partir de um estudo teórico sobre a noção de decolonialidade dos museus e coleções etnográficas, proposta tanto pela museologia social quanto pela antropologia reflexiva. Tal perspectiva aponta para a necessária participação dos grupos “representados” pelas coleções nesses espaços museais.

A presente investigação se vincula à iniciativa do *Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil*, sob responsabilidade do Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Os objetivos da pesquisa no primeiro ano foram: localizar instituições nas regiões Centro-Oeste e Sul que preservam coleções indígenas¹ em seus acervos e organizar informações gerais sobre tais acervos, procurando identificar a quais etnias indígenas os acervos se referem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Para iniciar a identificação das instituições, parti do mapeamento realizado por Russi e Santos (2018), que identificou a existência de 457 museus de antropologia (planilha geral A) no Brasil, dos quais 94 com acervos indígenas (planilha geral B), sendo: 10 na Região Centro-Oeste e 26 na região Sul. Como tal investigação mapeou apenas museus de antropologia e como nosso propósito era identificar acervos indígenas em museus em geral, foi necessário fazer uma atualização da lista inicial de museus. Para tanto, consideramos tanto as informações da investigação de Russi e Santos quanto os dados do Cadastro Nacional de Museus, que em 2015 migrou para a plataforma *Museusbr*. Essa etapa foi bastante trabalhosa e demorada, pois a lógica de organização das informações do Guia dos Museus Brasileiros (IBRAM, 2011), ponto de partida para Russi e Santos, e do *Museusbr* é bastante diferente. Por fim, nosso universo de análise (museus com acervos etnográficos) passou para 23 museus na região Centro-Oeste e 52 museus na região Sul, o que significou um aumento de 16%, com relação à planilha geral A, e 69%, com relação à planilha geral B, na região Centro-Oeste; e um aumento de 67%, com relação a planilha geral B, na região Sul, comparado aos números de Russi e Santos. Um

¹ As coleções indígenas foram consideradas um tipo de coleção etnográfica.

aspecto interessante, relacionado a este aumento é que muitas coleções indígenas estão preservadas em museus que se autoidentificam como históricos.

Para a coleta de dados, usamos duas abordagens – uma diretamente com as instituições e outra indiretamente (sobretudo no segundo momento da pesquisa, bastante afetado pela COVID-19). No contato direto com as instituições (por e-mail e telefonemas), usamos duas fichas elaboradas pelos pesquisadores do mapeamento do Comitê da ABA. Para a coleta indireta, fizemos consultas em plataformas e sites das instituições, bem como a utilização de redes sociais e sites de turismo, para obter informações sobre os acervos.

Para além de dados quantitativos, é importante evidenciar as dificuldades enfrentadas ao longo da pesquisa. A dificuldade de comunicação com as instituições se prolongou durante todo o trabalho e se agravou durante a pandemia. Por outro lado, a análise permitiu levantar uma hipótese que relaciona a dificuldade de comunicação com as dimensões dos museus. Conforme a Pesquisa Anual de Museus (PAM), seria possível classificar os museus em pequeno, médio e grande porte². Nossa hipótese sugere que museus de pequeno porte apresentam mais dificuldades tanto no que diz respeito à organização e documentação de seus acervos quanto à disponibilidade de contato devido à ausência de uma equipe proporcional às demandas de uma instituição

² Segundo a PAM (IBRAM, 2015), museus de pequeno, médio e grande porte são, respectivamente, instituições que possuem até 500 peças em seu acervo, entre 501 e 10.000 peças e mais de 10.000 peças.

museal. Outro ponto diz respeito ao desconhecimento dos sentidos do termo "objeto etnográfico", recorrente no âmbito das ciências sociais, mas desconhecido em outras áreas.

CONCLUSÕES:

Os museus com acervos etnográficos passam por um momento de adaptação e precisam se abrir para ações mais participativas e dialógicas com os grupos "representados" nesses acervos. Resultante tanto da museologia social quanto das pressões dos movimentos sociais e das políticas culturais, esse é também um procedimento ético. No Brasil, a pluralidade cultural é reconhecida como constitutiva da nação. Tudo isso faz com que os museus, cada vez mais, mantenham um diálogo respeitoso com os povos que tiveram seus objetos musealizados.

Acredito que uma pesquisa como esta possa contribuir para a localização dos diversos objetos indígenas e que, com isso, tais acervos se tornem cada vez mais acessíveis tanto para os povos detentores do saber-fazer desses objetos quanto para pesquisadores que atuam em prol da preservação e valorização das culturas indígenas.

Referências:

IBRAM. *Guia dos museus brasileiros*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

RUSSI, Adriana; SANTOS, Gabriela Alves dos. *Levantamento preliminar de experiências de museologia compartilhada com povos indígenas em museus de antropologia e etnografia no Brasil*. Relatório final de pesquisa submetido ao CNPq, 2018.

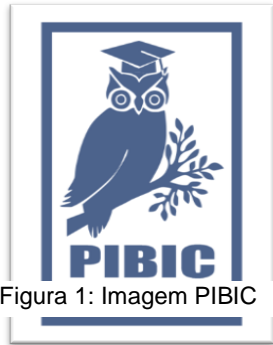


Figura 1: Imagem PIBIC



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
Título do Projeto: GESTÃO E POLÍTICA DA CULTURA E DO
TERRITÓRIO: PRESSUPOSTOS E PERSPECTIVAS

Autores: Julia Toranzo Cardoso / Orientador: Luiz Augusto
Fernando Rodrigues

Departamento/Unidade/Laboratório: IACS Instituto de Artes e
Comunicação Social / GAT Departamento de Arte / LABAC Laboratório de Ações
Culturais

INTRODUÇÃO:

Buscando entender as bases do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Niterói (CMPCN) foi identificado que há diferentes fases do mesmo, sendo a primeira de 2008 (sua criação) até 2015 com a implementação do Sistema Municipal de Cultura - tratava-se de conselho consultivo; a segunda de 2015 em diante, sendo um conselho deliberativo e paritário em sua composição compartilhada entre sociedade civil e governo. A partir da análise e acompanhamento das ações do CMPCN - sejam reuniões, conferências e eventos culturais - foi possível registrar e entender seu desenvolvimento e evolução como órgão público-civil. Ainda foi possível avaliar o impacto no conselho pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) que mudou as perspectivas e objetivos não apenas da área da cultura, mas também do mundo.

DISCUSSÃO:

Mesmo tendo um importante papel no desenvolvimento das políticas culturais, o

conselho nunca fora decisivo para que as ações discutidas de fato acontecessem, estava sempre dependente do bom senso do poder público de acatar ou não suas ponderações. No entanto é ao fim de 2013 e ao longo de 2014 que é apresentado ao mesmo pela secretaria o escopo do projeto do que viria ser a Lei do Sistema Municipal de Cultura que mudaria por completo a relevância do conselho do que tange a tomada de decisões sobre políticas culturais na cidade de Niterói.

Em dezembro de 2015 o conselho fica registrado em nova lei (Lei nº3182) e possui novas características que influenciam diretamente no seu impacto nas atividades culturais da cidade. Muito além das mudanças que a própria nomenclatura já traz (que passou de Conselho Municipal de Cultura para de Políticas Culturais, para diferenciar o anterior que foi extinto) o conselho também deixou de ser apenas consultivo e se torna um órgão deliberativo, normativo e que institucionaliza as ações propostas pela sociedade civil em constante diálogo com o poder público, além da enorme mudança de composição que

praticamente dobra o número de pessoas envolvidas na cultura no município e traz 9 (nove) novos segmentos culturais de fato especificando as áreas de trabalho e suas demandas.

	LEI N° 2484 (2008 - 2015)	LEI N° 3182 (2016 - atualmente)
Caráter	Consultivo - Incentivador	Deliberativo - Fiscalizador
Quanto atribuições	Representar x Propor x Opinar	Orientar x Deliberar x Fiscalizar
Quanto formação/ composição	16 titulares e 16 suplentes;	15 titulares e 15 suplentes do poder público + 15 titulares e 15 suplentes das câmaras setoriais (civis)
Quanto ao funcionamento	Reuniões ordinárias mensais	Reuniões ordinárias mensais Câmaras setoriais bimestrais

Gráfico 1: comparativo estrutural do Conselho Municipal de Cultura em suas 2 leis de regência.

Com início ao final de 2019 e extensão até março de 2020 o grande projeto do CMPCN seria a realização da V Conferência Municipal de Cultura de Niterói. Programada para conter 44 etapas divididas em 3 diferentes tipos, sendo estes Setorial, Territorial e Temática, o objetivo era pluralizar e diversificar a construção dessas fases, sendo assim foi aberto formulários para que qualquer pessoa da sociedade civil pudesse construir as ações que seriam realizadas já abrindo caminho para um maior engajamento e consequentemente participação de pessoas que antes poderiam nem conhecer o conselho além de também acontecerem em diferentes partes da cidade podendo dessa forma transitar com as propostas inclusive em áreas menos atingidas no que tange as políticas públicas culturais e contribuir no mapeamento físico-territorial de espaços, agentes, grupos e coletivos culturais que compõem a diversidade do município.

Infelizmente em março de 2020 o mundo foi atingido pela pandemia do novo coronavírus e não foi possível finalizar os eventos da conferencia, no entanto, até onde pôde ser realizada foram aprovadas 56 propostas (27 gerais e 29 específicas) com 38 apoiadores e um público total de aproximadamente 1000 pessoas, além disso mais de 65 artistas da cidade foram contemplados em mais de 15 ações artísticas que ocorreram pela cidade.

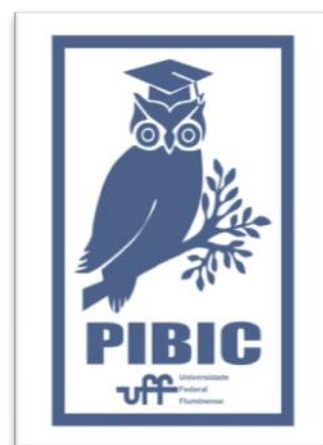
CONCLUSÕES:

Desde sua criação uma das maiores dificuldades do conselho municipal era manter o engajamento popular e publicizar a importância e influência do mesmo nas políticas culturais nos diferentes territórios da cidade. Com o passar dos anos e as mudanças na lei que o regia também foi observável um crescente comprometimento e vontade do poder público em buscar através de ações promovidas pelo conselho democratizar o debate sobre a cultura. Como exemplo disso tivemos a V conferência que diferentemente das anteriores teve uma maior preocupação em ocupar os espaços da cidade, levar o debate e consigo mostrar à população possibilidade de deliberação de ações em prol da cultura através do conselho.

Apesar da pandemia fica o comprometimento em independente das circunstâncias se adaptar e continuar informando e provocando o debate e as reflexões acerca do que agora será o setor cultural em Niterói.

AGRADECIMENTOS:

A Universidade Federal Fluminense, seu corpo docente em específico ao orientador deste trabalho professor Luiz Augusto Fernando Rodrigues, ao Laboratório de Ações Culturais (LABAC) e ao Conselho Municipal de Políticas Culturais de Niterói que oportunizaram através da disponibilidade e dedicação a conclusão deste trabalho.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
Título do Projeto: ANÁLISE COMPARATIVA SOBRE AS
POSTAGENS NO FACEBOOK DA FRENTE BRASIL POPULAR E
DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL)

Autores: PABLO NABARRETE BASTOS

GABRYELLA ELOI CÂMARA

Departamento/Unidade/Laboratório: Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. Departamento de Comunicação Social.

INTRODUÇÃO:

Este projeto de iniciação científica teve como principal objetivo analisar quantitativamente e qualitativamente as postagens nas páginas do Facebook da rede de organizações e movimentos sociais Frente Brasil Popular e do Movimento Brasil Livre, durante os meses de setembro e outubro de 2019. Quantificamos as reações, interações e compartilhamentos entre o público das páginas. A pesquisa identificou e categorizou os supertemas a partir dos conteúdos e interações em 1.061 postagens. Cotejamos os referenciais teóricos da pesquisa bibliográfica com os dados da pesquisa empírica para problematizarmos os conceitos de midiatização (BRAGA, 2006; FAUSTO NETO, 2008; HJARVARD, 2014), interação e engajamento (GROHMANN, 2017; BASTOS, 2018), contribuindo para uma compreensão crítica e reflexiva dos processos comunicacionais mediados por sites de redes sociais na sociedade da midiatização. O principal objetivo desta pesquisa é analisar

quantitativamente e qualitativamente, a partir da categorização de supertemas, as postagens nas páginas do Facebook da Frente Brasil Popular e do MBL. Temos como objetivos específicos: identificar como se caracterizam os padrões de interação nas páginas do Facebook da Frente Brasil Popular e do MBL, com relação às interações entre os públicos nas postagens, do público com os responsáveis pelas páginas e como a formulação dos temas das postagens, as repercussões nas reações e comentários dos internautas interagem com conteúdos em circulação na própria rede e também na grande mídia. Por meio das análises destas interações, pretendemos compreender se há dialogia (FREIRE, 1977, p. 43) nesses processos de comunicação. Na perspectiva dialógica freireana (FREIRE, 1977, p. 43), que adotamos aqui, não pode haver encontro entre “inconciliáveis”, não pode haver “invasão cultural dialógica”, nem conquista dialógica, porque são termos excludentes. Outro objetivo específico desta pesquisa é problematizar a compreensão dominante de engajamento a partir da discussão

teórica e da pesquisa empírica. A coleta de dados da Frente Brasil Popular foi realizada na página do Facebook do movimento nacional. A página é uma Comunidade de Organização Política, em que 157.069 pessoas curtiram e 160.176 pessoas são seguidoras. A Frente Brasil Popular se define como: “Militantes em defesa da democracia e de uma nova política econômica”. Para a coleta de dados do MBL, utilizamos a página do Facebook do movimento nacional. A página em questão é uma Comunidade desta rede social na qual 3.175.865 pessoas curtiram e 3.416.910 pessoas são seguidoras. Nesta mesma página o movimento se define como “O Movimento Brasil Livre é uma entidade que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera”.

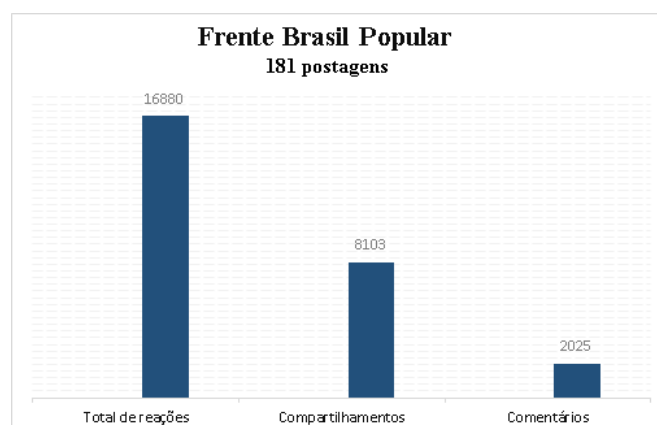
Os dados foram coletados durante os meses de setembro e outubro de 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Vamos destacar nos resultados um mesmo supertema que teve destaque em ambas as organizações com usos diferenciados: as Chamadas para o envolvimento do público para algum ato político. Na Frente Brasil Popular, as chamadas faziam apelo ao envolvimento do público com convocações para atos, greves, tuítaços, plenárias e outros. Com abrangência nacional e local, o SRS foi utilizado como amplificador em convites às manifestações populares. Postagens com registros dos eventos também foram comuns. No Movimento Brasil Livre as Chamadas foram predominantemente direcionadas aos congressos, ao Ato Lava Toga e para os atos favoráveis ao imperativo de privação da liberdade após condenação em

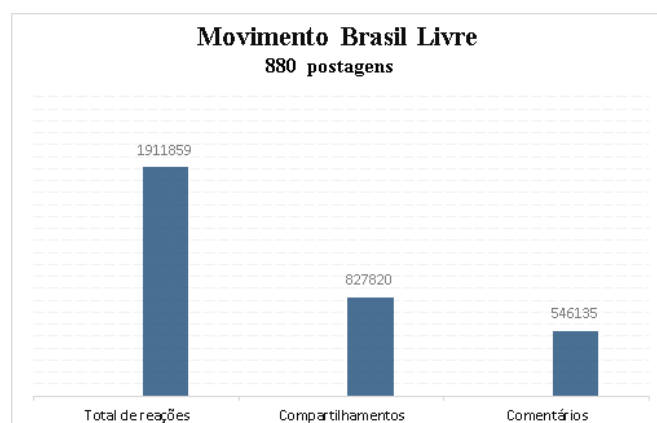
segunda instância. Os registros dos eventos evidenciam a pouca participação popular. Por mais que se configure uma rede ampla e dominante na Internet, constava grande participação popular quando em manifestações conjuntas com o Vem Pra Rua. Vamos apresentar alguns os gráficos que representam a grande diferença quantitativa das postagens realizadas pelas duas organizações.

Gráfico 1 – Total das postagens da Frente Brasil Popular



Fonte: os autores.

Gráfico 2 – Total de postagens do MBL



Fonte: os autores

Gráfico 3 – Formatos das postagens da Frente Brasil Popular

XX
XX
XX
XX
XX
XX
XX
XX
XX
XX
XX
XX
XX
XX
XX

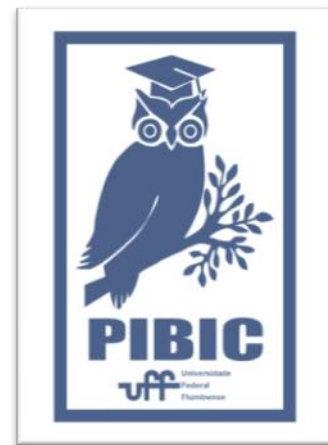


Imagem 1: Imagem PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

Aplicação da abordagem instrumental: análise do processo de apropriação de videogame como instrumento de terapia

Weslie Dias Lospennato Lima ; Filipe Siqueira de Araújo;

Eric Dias da Silva; Rafael da Silva Barcelos de Souza;

João Marcos Viana de Quadros Bittencourt

Escola de Engenharia/ Departamento de Desenho Técnico

INTRODUÇÃO:

Para crianças portadoras de síndromes que afetam as competências cognitivas, é essencial o acompanhamento desde cedo por profissionais da saúde para oferecer estímulos que promovam seu desenvolvimento. Contudo, nem sempre os profissionais da saúde encontram ferramentas adequadas para trabalhar nesse contexto tão particular.

Este trabalho relata um processo de apropriação de um aparelho de videogame usado no tratamento de crianças portadoras de síndromes variadas como Asperger e déficits de atenção. O videogame em questão foi doado com acessórios e três jogos, material não concebido originalmente para uso terapêutico. O estudo foi feito na Associação Fluminense de Reabilitação (AFR).

O objetivo desse texto é descrever o processo de apropriação desse recurso eletrônico no processo terapêutico. O estudo foi feito seguindo a orientação da Análise Ergonômica do Trabalho (Guerin et al., 2006) associado ao

uso de conceitos da abordagem instrumental (Rabardel e Béguin, 2005) como analisadores. Um instrumento nessa abordagem é descrito como uma entidade mista, composta pelo artefato e um esquema de uso. Sendo o artefato a dimensão física e o esquema de uso um modo pensar ou proceder relacionado ao instrumento em sua atividade. O emprego do conceito de atividade envolve a mobilização do indivíduo incluindo suas dimensões físicas, cognitivas e emocionais na realização das tarefas (Daniellou, 2005).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O acompanhamento do uso do videogame durante a terapia revelou três etapas no processo de apropriação. Em nenhuma delas foi observado alterações significativas na dimensão artefactual do instrumento: o videogame não poderia ser alterado e nem o jogo reprogramado. O principal componente do artefato é o sensor de movimento. Os jogos podem ser controlados com a movimentação do corpo, abrindo possibilidade para atividades de

coordenação motora. As alterações mais significativas foram observadas no esquema de uso.

A primeira etapa foi denominada “momento inicial”. Não houve instrução de como usar o material e a programação de atendimento permaneceu contínua. Nessa fase inicial não houve nenhum esquema de uso associado ao instrumento.

A segunda fase foi a “apropriação exploratória”. Após algumas semanas o videogame passa a ser percebido pelas crianças que manifestam a vontade de usar. Uma primeira estratégia de uso das terapeutas passa a ser usar o jogo como moeda de troca. Apesar do videogame ainda ser pouco usado como instrumento de terapia, observa-se que as terapeutas começam explorar os jogos e suas possibilidades para a terapia assim como seus problemas. Por exemplo, algumas crianças mais competitivas ficam obcecadas com o jogo. Ocasionalmente, se recusam de voltar para as outras atividades.

A terceira fase foi “apropriação orientada inicial”. As terapeutas já selecionaram o jogo mais interessante para a atividade. O jogo propõe um percurso virtual em que o jogador precisa trocar entre linhas de percurso, desviar de obstáculos e pegar moedas no caminho. Para essas ações a criança usa o próprio corpo para realizar essas ações captadas pelo sensor.

Todas essas atividades propõem a criança um exercício de coordenação, movimentação, equilíbrio e concentração que são positivas para o tratamento. Muitas dessas práticas já faziam parte de outras dinâmicas usadas. Ocasionalmente o jogo é usado em modo de

competição com duas crianças, de maneira estimular a interação, comunicação e disputa saudável entre elas.

Além do componente de coordenação motora, existe o componente de desenvolvimento de foco e a prática de equilíbrio. Ao propor ao jogador dar saltos e passos para o lado, muitas vezes olhando para tela e não ao redor, isso propõe um trabalho de equilíbrio e consciência corporal. Para a realizar as ações propostas no jogo, o jogador precisa estar atento ao cenário e ao tempo dos obstáculos.

Atualmente existem poucos jogos pensados para uso terapêutico para plataformas comerciais. Mesmo o jogo não tendo sido desenvolvido para uso terapêutico, ele engaja o paciente em situações análogas ao que as terapeutas propõe em outras atividades. Equilíbrio, movimentação, coordenação motora, foco são alguns exemplos de competências reforçadas através do jogo.

Também vale destacar que a análise da apropriação do videogame permite evidenciar o caráter evolutivo da atividade de trabalho. O videogame foi oferecido a instituição, mas sem uma preparação de como usá-lo em uma proposta pedagógica. A transformação desse aparelho em um recurso para ação dos terapeutas ocorreu durante as situações de trabalho. A transformação desse aparelho em um recurso para ação dos terapeutas ocorreu durante as situações de trabalho. Em um processo de tentativa e erro e exploração durante as situações.

CONCLUSÕES:

Esse trabalho demonstra o processo de apropriação de uma ferramenta para o uso terapêutico. O uso do conceito de instrumento permitiu descrever e distinguir etapas desse processo, revelando o carácter não-linear e baseado em tentativas e erros ao longo do processo. Na medida em que novas práticas vinham dando resultado positivo, observamos um processo de gênese instrumental do videogame enquanto um recursos terapêutico.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos o apoio da Associação Fluminense de Reabilitação por permitir o desenvolvimento e ao programa PIBIC da CAPES.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: “Laboratório de pesquisa, produção e análise de imagens para estudos em turismo e cultura (L’Image) - Fase 2”.

Autores: Ana Julia Gueiros Azevedo (Bolsista)/Profª Karla

Godoy (Orientadora)

Departamento/Unidade/Laboratório: Turismo / FTH / PROAES - REITORIA / L’IMAGE

INTRODUÇÃO:

O Laboratório de Pesquisa, Produção e Análise de Imagens para estudos de Turismo e Cultura (L’Image) é um projeto que foi aprovado no Edital Universal 01/2016 do CNPq - Faixa B, sob o nº de processo: 408905/2016-6, tendo sido também contemplado com BOLSAS PIBIC/CNPq 2018-2019 e 2019-2020. O propósito de sua criação se originou da necessidade de um novo desenvolvimento metodológico, alinhado com práticas inovadoras, que podem aprimorar o campo do Turismo e Museus. A concepção do projeto, criado e coordenado pela Prof.ª Drª Karla Estelita Godoy, provém de decorrentes pesquisas e estudos realizados pelo grupo de pesquisa Turismo, Cultura e Sociedade (T-Cult/UFF), que desde 2010 se dedica a realizar investigações críticas em relação ao campo de estudos sobre Turismo e Museus.

A metodologia do projeto foi dividida em 3 etapas: A primeira etapa foi referente aos estudos teóricos e metodológicos, que foi a realização de uma revisão bibliográfica fundamentada na área da imagem, trazendo

reflexões e debates para gerar produção de conhecimento relevantes ao grupo.

A segunda etapa foi a produção de oficinas de metodologias visuais, que foram ministradas por diferentes especialistas nos diversos campos da análise da imagem e técnicas visuais, como artes, antropologia da imagem, cinema, fotografia, entre outros. Esse material das oficinas serviu, e continuará servindo, como referencial teórico para os pesquisadores do grupo em suas observações de campo e na produção dos materiais visuais e audiovisuais.

A terceira etapa foi a elaboração de material audiovisual, como produções textuais e vídeos disponibilizados em canais na Internet.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados de minha participação como bolsista se iniciaram com a realocação e remontagem do Laboratório, agora localizado na PROAES/Reitoria, tendo registrado alguns desses momentos em fotografias, que fazem parte do acervo interno de imagens do Laboratório.

Quanto aos estudos teóricos e metodológicos, efetuei pesquisa de revisão bibliográfica que fomentou encontros de estudos do Laboratório.

Em relação à produção das oficinas, atuei na preparação e realização de oito oficinas que ocorreram até maio de 2020. Todas as oficinas foram precedidas por reuniões de estudos, com base nos textos recomendados por quem iria ministrá-las, para que pudéssemos debater a fundo a temática proposta. Assim, também estudei os textos e colaborei com os debates, trazendo dúvidas e indagações para compreender e colaborar com a produção de conhecimento.

Particpei da produção do vídeo que foi embasado no estudo bibliométrico sobre o uso de metodologias de análise da imagem nas pesquisas em Turismo, Museologia e Patrimônio Cultural (2013-2018), trabalho esse apresentado no SEMINTUR Jr. de 2019.

Ocorreram alguns obstáculos no decorrer da vigência de minha bolsa, como as mudanças de local para que o Laboratório pudesse funcionar propriamente, mas isso não atrapalhou o andamento do projeto. Contudo, por conta da pandemia ocasionada pelo vírus COVID-19, as atividades presenciais foram suspensas.

Por fim, cumpri com os horários estipulados pelo projeto, para concluir a minha participação como bolsista PIBIC.

CONCLUSÕES:

O meu papel como bolsista possuiu sua importância no processo de crescimento dos

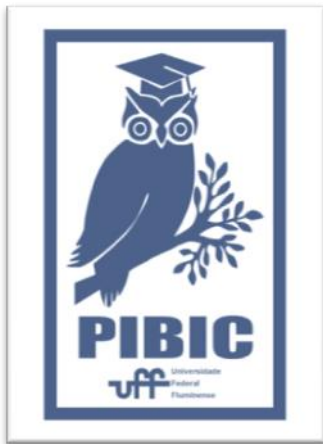
estudos na área. Todo o auxílio dado, como auxílio à estrutura do Laboratório, organização de oficinas e participação em reuniões que ocasionem discussões que fundamentem futuras pesquisas são essenciais para que haja evolução e aprimoramento tanto do projeto, como do campo de estudos e do próprio bolsista.

O L'Image é um projeto primoroso desde sua concepção até tudo o que se propõe a produzir, pois sua intenção inicial de analisar imagens e ocasionar produções em torno delas já é um grande avanço na área metodológica e do turismo e cultura. Poder participar dos bastidores, discutir sobre cada passo da produção de um projeto, entender os obstáculos de uma pesquisa foi algo importante para meu aprendizado, e espero que seja para os próximos bolsistas que vierem.

AGRADECIMENTOS

Com o encerramento da minha participação como bolsista, creio ter conseguido cumprir com as minhas responsabilidades da melhor forma possível, tendo meus erros e acertos ao longo do caminho. Participar dessa caminhada me trouxe certezas pessoais que precisava nessa reta final de faculdade. Trabalhar com análise da imagem me fez ver o potencial dessa área e perceber o quanto ela já habitava em minha vida, através da fotografia, caminho que pretendo continuar a me profissionalizar daqui por diante.

Agradeço a ajuda e guiamento da Prof.^a Dr^a Karla Godoy, da assistente de pesquisa Cheila Pacetti e do bolsista da FAPERJ Leonardo Vidal, que foram essenciais para minha imersão nas discussões e nas atividades organizacionais do Laboratório. A eles sou extremamente grata.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA BRASILEIRAS:
ABORDAGENS TEÓRICO- METODOLÓGICAS
MICHELY JABALA MAMEDE VOGEL - ORIENTADORA
BARBARA CRISTINA MARQUES DOS SANTOS RIBEIRO –
BOLSISTA PIBIC
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO/INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO
SOCIAL

BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA BRASILEIRAS: ABORDAGENS TEÓRICO-
METODOLÓGICAS

INTRODUÇÃO

Bibliometria e Cientometria são áreas de estudo da Ciência da Informação e possuem como principal característica o uso de técnicas matemáticas e estatísticas para avaliar a produção científica. No Brasil, a produção científica sobre o tema inicia-se em 1973, a partir da dissertação de Fernandez, defendida no convênio UFRJ/IBICT.

Buscas por Bibliometria e Cientometria na *Web of Science* (WoS), chegam a recuperar 13628 resultados (dados de março de 2019). Porém, analisando os títulos recuperados superficialmente, observa-se que entre os artigos é possível encontrar uma pluralidade de abordagens, abrangendo desde estudos de caráter prático quanto teórico. A pesquisa teve como objetivo geral analisar, a partir do método bibliométrico, as publicações brasileiras sobre Bibliometria e Cientometria indexadas na base de dados WoS entre 2010 e 2019, fornecendo um mapeamento das abordagens teórico-metodológicas utilizadas. Também objetivou detectar os periódicos e autores mais produtivos sobre o tema; bem como as palavras-chave

mais significativas, a produção ano a ano (2010 a 2009), a filiação, e as áreas do conhecimento (conforme classificação da WoS). Para tanto, foi realizado levantamento na WoS, aplicando-se a seguinte expressão de busca: $TS = (scientometr^* OR scientiometr^* OR bibliometr^* OR cientometr^* OR cienciometr^*) AND CU = Brazil$. A pesquisa foi realizada utilizando o campo “tópico”, que recupera nos campos título, resumo, palavras-chaves e outros. Os documentos foram avaliados e o corpus foi formado por 524 artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O corpus foi classificado em quatro categorias: A categoria com maior número de trabalhos (487) reúne artigos de natureza aplicada que tem seu foco em análises bibliométricas ou cientométricas. A segunda categoria em termos de número (35) de publicações reúne trabalhos que discutem indicadores, bases de dados e metodologias. Apenas um trabalho trouxe discussão teórica destacados no estudo e um artigo não tratava sobre estudos métricos.

Foram identificados 228 títulos de periódicos e os mais produtivos estão no Gráfico 1.



Gráfico 1 - Periódicos mais produtivos

Nota-se a predominância de periódicos da Ciência da Informação. Isso no entanto, deve ser relativizado: a WoS não contém todos os periódicos, mas somente aqueles que passaram por uma série de critérios para ali estarem indexados. Nesse sentido, é possível que existam mais periódicos nacionais com publicações.

Foram identificados 1459 autores sem repetição. Os mais produtivos foram estão no Gráfico 2:

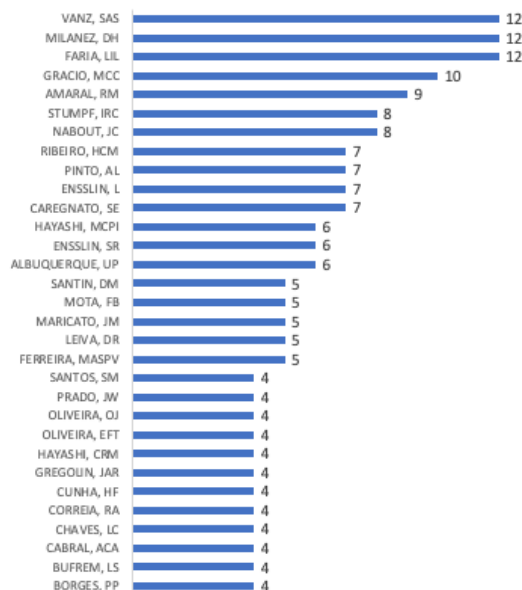


Gráfico 2 - Autores mais produtivos

Houve 3 autores com seis artigos cada, cinco autores com cinco cada, 12 autores com quatro artigos cada, 45 autores com três artigos cada, 110 autores com dois artigos cada, e 1272 autores com um únicos artigo. Esses dados reforçam a proposta de Price, que afirma que uma pequena parcela de autores (cerca de 10 a 20% deles) é responsável por mais da metade dos artigos de uma área.

Foram identificadas 1258 palavras-chave sem repetição:

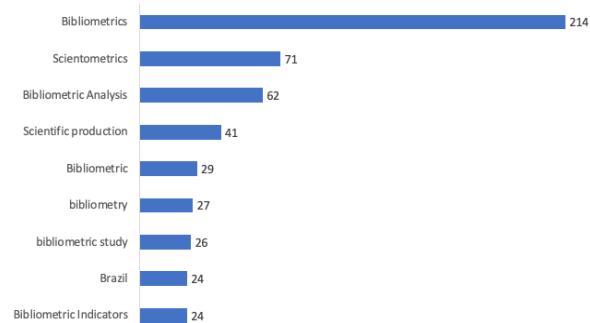


Gráfico 3 - Palavras-chave mais frequentes

O conjunto segue a lógica da Lei de Zipf, que trabalhando com enésimos forma 3 grupos.

Tendo 214 como o número de ocorrências da palavra-chave mais citada, o segundo grupo deve por 21 (214/10), e o terceiro grupo por 2 (21/10). O primeiro grupo é chamado de trivial, o segundo de interessante e o terceiro de ruído. As nove palavras-chave aqui apresentadas constituem o grupo trivial, que representa 23% delas. O segundo grupo foi composto por 94 palavras-chave (21%) e o grupo de ruído foi representando por 1155 palavras-chave (55%). A destruição temporal está no Gráfico 4:

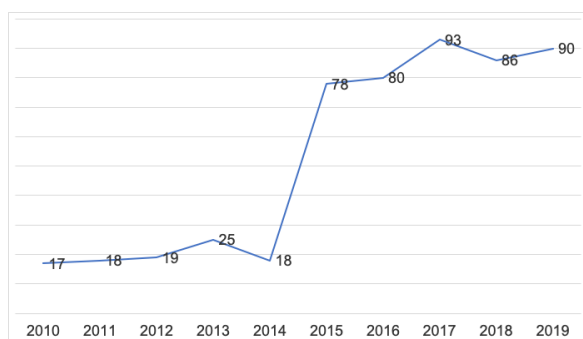


Gráfico 4 - produção por tempo

É possível inferir que o cenário pode estar relacionado com o aumento do interesse por parte dos pesquisadores a respeito da temática, como também pode demonstrar o aumento de periódicos brasileiros indexados na WoS.

Quanto à filiação declarada pelos autores, a análise permitiu identificar 281 instituições diferentes, dentre as quais destacamos USP, com 125 publicações, UFSC com 120, e em UFSCAR com 92 e UFRGS com 91 artigos. São destas duas últimas instituições os três autores mais produtivos: Faria e Milanez (UFSCAR) e Vanz (UFRGS).

Com relação às áreas, identificamos que houve revistas indicando até 3 áreas diferentes. Dos 288 periódicos, 107 declararam pertencer a uma área, 113 a duas e oito a três áreas

simultaneamente. Foram identificadas 654 ocorrências e 76 áreas diferentes, conforme o Gráfico 5:

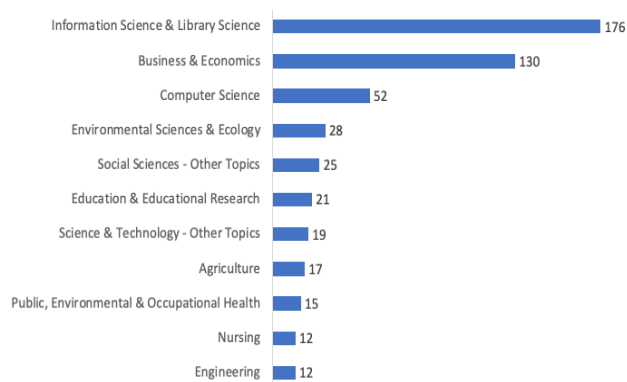


Gráfico 5 – Áreas da WoS

Desta forma, foram 276 indicações para a categoria de Tecnologia (que inclui a Ciência da Informação), 194 em Ciências Sociais, 164 em Ciências da Vida e Biomedicina, 14 em Ciências Físicas e 6 em Artes e Humanidades.

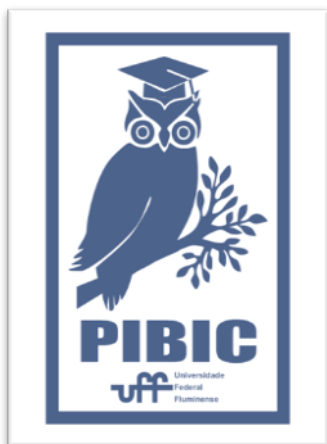
CONCLUSÕES

Os resultados da pesquisa demonstraram a necessidade de conhecer e aprofundar outros aspectos ligados à Bibliometria e Cientometria, em especial ligados ao comportamento dos pesquisadores, processo para determinação de palavras-chave, a relações das coautorias, a abrangência e funcionamento de bases de dados indexadoras, e forma de declaração de filiação.

Dessa forma, entende-se que essa pesquisa, ao mesmo tempo que traça um panorama das publicações nacionais sobre Bibliometria na WoS suscitou muitas questões para o futuro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pelo financiamento para realização da pesquisa e à professora orientadora pela oportunidade e suporte.





CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

REVISITANDO MAURO CAPPELLETTI E BRYANT GARTH: ENTRE BARREIRAS E ONDAS PARA O ACESSO À JUSTIÇA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA – RJ: A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA E A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

GABRIELA RANGEL BONDEZAN (DISCENTE PESQUISADORA); PROF. DR. MATHEUS VIDAL GOMES MONTEIRO (ORIENTADOR).

DEPARTAMENTO DE DIREITO (VDI), INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS), UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

INTRODUÇÃO:

A “assistência judiciária aos pobres”, como por Mauro Cappelletti e Bryant Garth¹, surge como a *primeira onda* de soluções concretas para o alcance do cidadão ao Poder Judiciário. Diante desse espectro de garantia constitucional, essa assistência ganha visibilidade e força com a instauração da Defensoria Pública da União (DPU). Dentro desse contexto de acessibilidade judicial e com embasamento teórico na obra de Cappelletti e Garth foi desenvolvida a presente pesquisa com recorte espacial especificado no Município de Volta Redonda-RJ.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A sede da DPU em Volta Redonda está localizada na Av. Lucas Evangelista de Oliveira Franco, 67 – Jardim Paraíba, CEP 27.215-070, com usual horário de funcionamento de 8h00 às 18h00, com atendimento ao público entre 8h00

às 11h00 e 13h00 às 16h00 de segunda a sexta-feira. Conta com apenas três Defensores Públicos Federais, dois servidores concursados e quatorze estagiários ativos de nível superior². Os atendimentos, entre 01/2011 e 02/2020, superaram a casa de sessenta mil³. Esse contingente institucional possui por volta de um milhão, cento e cinquenta mil habitantes em potencial para assistência jurídica⁴, distribuídos nas cidades constituintes da Mesorregião Sul Fluminense: Barra do Piraí, Barra Mansa, Itaiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores e Valença. Em contrapeso para essa limitação

¹ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988.

² DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Demonstrativo da Força de Trabalho – Dezembro/2019**. 2019b. Disponível em: <https://www.dpu.def.br/transparencia/gestao-de-pessoas#faqnoanchor>. Acesso em: 11 fev. 2020.

³ DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Atendimento da DPU**. 2019a. Disponível em: <https://www.dpu.def.br/transparencia/atendimento-da-dpu>. Acesso em: 20 jan. 2020.

⁴ TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudos Socioeconômicos**. 2018a. Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1>.

espacial, a referida instituição realiza o projeto itinerante chamado “A Defensoria Vai Aonde o Povo Pobre Está”, executado desde 2016, possui como foco o atendimento à população hipossuficiente e afastada fisicamente, como comunidades caiçaras, quilombolas e coletivos de catadores e catadores de materiais reciclável⁵.

Registra-se que diante do contexto pandêmico atual a DPU promoveu a suspensão/restrição de atendimentos presenciais em suas unidades (Portaria GABDPGF DPGU N° 193, de 16 de março de 2020). Nesse contexto, o governo federal disponibilizou o auxílio emergencial aos que tiveram a renda comprometida, aumentando ainda mais a procura pela DPU para nos casos indeferidos do benefício. O órgão, em comunhão com o Ministério da Cidadania, por meio do Acordo de Cooperação Técnica, responsabilizou-se pelo reconhecimento, através da via extrajudicial, do direito ao auxílio financeiro aos assistidos. Essa medida será executada com o acesso pontual dos casos indeferidos diretamente via sistema para contestação administrativa dos benefícios indeferidos⁶. No entanto, esse Acordo sobrecarregou ainda mais a estrutura material e

humana da DPU. Estima-se, que até meados de junho de 2020, foram aproximadamente 40 milhões de indeferimentos do auxílio emergencial, em contraponto com os 467 defensores atuantes na primeira instância, 122 nos Tribunais Regionais e 50 nos Tribunais Superiores, dispostos a analisar os casos apresentados.

CONCLUSÕES:

A DPU em Volta Redonda possui programas e ações que visam ampliar a área de abrangência dos Defensores Públicos Federais, assim como o desenvolver a cidadania através da orientação judicial e extrajudicial aos hipossuficientes. Apesar disso, o crescente número de ações judiciais e atendimentos, associada à infraestrutura insuficiente e à pequena quantidade de Defensores Públicos Federais em paralelo a demografia populacional, traduz a dificuldade de garantir a assistência judiciária adequada.

Ademais, devido ao contexto pandêmico desde meados de fevereiro de 2020 até a presente data, agravou-se a problemática da inflação de atendimentos em todas as unidades da instituição em voga, especialmente se considerarmos que as questões relativas ao auxílio emergencial conduziram ao atendimento pela DPU.

Agradeço ao orientador e ao Programa de Iniciação Científica (PIBIC) pela oportunidade de desenvolver uma pesquisa cujo tema é tão relevante e primordial atualmente.

⁵ DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Atuação da DPU em Volta Redonda (RJ) alcança toda a região sul-fluminense**. 2018b. Disponível em: <<https://www.dpu.def.br/noticias-rio-de-janeiro-slideshow/42080-atuacao-da-dpu-em-volta-redonda-rj-alcanca-toda-a-regiao-sul-fluminense>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

⁶ DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **DPU acessará plataforma para contestar auxílio emergencial indeferido**. 2020d. Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/233-slideshow/57505-dpu-acessara-plataforma-para-contestar-auxilio-emergencial-indeferido>. Acesso em: 11 ago. 2020.



Ciências Sociais Aplicadas
SERVIÇO SOCIAL E CONSELHOS GESTORES
Débora Nacarati e Prof.^a Dra. Ebe Campinha

Escola de Serviço Social - Campus Gragoatá

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão teve por objetivo analisar as particularidades do trabalho dos/as assistentes sociais junto aos Conselhos Gestores no Brasil num contexto de grandes mudanças trazidas pelo ideário neoliberal, pela reestruturação produtiva, pela financeirização e contrarreforma do Estado, que vem impactando na efetivação das políticas sociais como direito.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, através da consulta a teses, dissertações, monografias e artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na realização da pesquisa encontramos 34 publicações sobre os Conselhos Gestores, sendo 8 descartadas por não contemplarem o objeto da pesquisa, restando 26 que tratavam especificamente da temática. Os resultados mostraram que as produções sobre este tema iniciam a partir do ano de 2002, com uma maior concentração entre os anos de 2015 e 2017.

Sobre a *inserção do Serviço Social nos Conselhos Gestores* verificamos que as/os assistentes sociais dentro dos Conselhos realizam a função de conselheiros/as representantes governamentais ou da sociedade civil, de assessoria ou consultoria, como equipe técnica/secretários/as executivo/a ou secretários/as administrativos/as, coordenadores/as, capacitadores/as, pesquisadores/as, articuladores/as de políticas

sociais, observadores/as ou técnicos de referência .

Quanto *demandas às/aos assistentes sociais nos Conselhos Gestores*, identificamos dois conjuntos de demandas conforme a inserção das/os assistentes sociais: 1) como apoio *técnico/administrativo e capacitações técnicas*, as demandas são: *assessoria sobre aspectos financeiros, orçamentários, planilhas de custos e prestação de contas; organização da documentação e das plenárias dos Conselhos; elaboração de cartilhas, atas, pareceres técnicos; assessoria na elaboração dos planos municipais das políticas públicas; elaboração de diagnóstico da realidade do município; aprovação e acompanhamento dos planos, programas e projetos municipais; divulgação, orientação, acompanhamento e fiscalização das entidades na área das políticas sociais entre outras; 2) como assessorias e capacitações políticas*, as demandas são: *debater sobre o processo de descentralização político-administrativa e de participação popular; os programas e projetos do Município; o papel do Conselho e da/o conselheira/o, o Controle Social; a Gestão Plena, Monitoramento da rede social x fiscalização do Conselho e para o entendimento do Orçamento Público entre outras. Em relação às demandas dos/das usuários/as, os Conselhos são pouco procurados e acionados a intervir diretamente junto aos/às usuários/as.*

No que se refere às *atribuições e competências profissionais nos espaços dos Conselhos*, verificamos novas exigências ligadas às demandas que chegam para a/o assistente social. As atribuições privativas previstas na Lei de Regulamentação da Profissão ficam mais explícitas quando na função de apoio técnico e de assessoria/consultoria. O trabalho nos Conselhos demanda uma série de conhecimentos que as/os assistentes sociais não têm contato em sua formação profissional.

Muitos são os *desafios enfrentados pelas/os assistentes sociais nos espaços dos Conselhos*, sendo os principais: a condição de trabalhador/a assalariado/a juntamente a precarização das relações de trabalho com contratos temporários e subcontratos; a falta de reconhecimento do espaço dos Conselhos como espaço legítimo de atuação do Serviço Social; a sobrecarga de trabalho; o atual momento político marcado pelo neoliberalismo e traços do conservadorismo político; conseguir se comprometer plenamente com o Código de Ética e o Projeto Ético-Político da profissão diante das contradições e correlações de forças; entre outros.

Em relação a *efetivação do Projeto Ético Político profissional* pelas/os assistentes sociais, se identificou as contradições e tensões do trabalho que passa por um lado pelos interesses institucionais e de outro pela agenda de compromissos postos no Projeto Ético-Político. A cultura política municipal de traços conservadores, clientelistas e eleitoreira; o modelo gerencial adotado nos Conselhos, a condição de assalariada/o que traz limites a

autonomia relativa dos/das assistentes sociais; a cooptação e o enfraquecimento do poder decisório da sociedade civil, dificulta, a consolidação de uma perspectiva de equidade e justiça social, através da universalização, ampliação e consolidação de direitos por meio das políticas sociais.



No que se refere ao *perfil profissional* das/os assistentes sociais inseridos nos Conselhos, há uma predominância de profissionais do sexo feminino. As demais informações trazidas pelos textos não nos

permitiram realizar um perfil mais generalizado.

CONCLUSÕES

O trabalho nos Conselhos Gestores exige novas competências às/aos assistentes sociais, principalmente de uma ação política, pedagógica ou educativa em todas as funções que estas/es exerçam nos Conselhos, sendo os mesmos espaços políticos estratégicos no âmbito das políticas sociais e na condução de interesses públicos e coletivos.

AGRADECIMENTOS

À Professora Ebe Campinha pela oportunidade de participar da pesquisa e a PROPPI UFF pelo apoio e concessão da bolsa de iniciação científica através do PIBIC.



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

REVISITANDO MAURO CAPPELLETTI E BRYANT GARTH: ENTRE BARREIRAS E ONDAS PARA O ACESSO À JUSTIÇA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA – RJ: A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA E A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

GABRIELA RANGEL BONDEZAN (DISCENTE PESQUISADORA); PROF. DR. MATHEUS VIDAL GOMES MONTEIRO (ORIENTADOR).

DEPARTAMENTO DE DIREITO (VDI), INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (ICHS), UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

INTRODUÇÃO:

A “assistência judiciária aos pobres”, como por Mauro Cappelletti e Bryant Garth¹, surge como a *primeira onda* de soluções concretas para o alcance do cidadão ao Poder Judiciário. Diante desse espectro de garantia constitucional, essa assistência ganha visibilidade e força com a instauração da Defensoria Pública da União (DPU). Dentro desse contexto de acessibilidade judicial e com embasamento teórico na obra de Cappelletti e Garth foi desenvolvida a presente pesquisa com recorte espacial especificado no Município de Volta Redonda-RJ.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A sede da DPU em Volta Redonda está localizada na Av. Lucas Evangelista de Oliveira Franco, 67 – Jardim Paraíba, CEP 27.215-070, com usual horário de funcionamento de 8h00 às 18h00, com atendimento ao público entre 8h00

às 11h00 e 13h00 às 16h00 de segunda a sexta-feira. Conta com apenas três Defensores Públicos Federais, dois servidores concursados e quatorze estagiários ativos de nível superior². Os atendimentos, entre 01/2011 e 02/2020, superaram a casa de sessenta mil³. Esse contingente institucional possui por volta de um milhão, cento e cinquenta mil habitantes em potencial para assistência jurídica⁴, distribuídos nas cidades constituintes da Mesorregião Sul Fluminense: Barra do Piraí, Barra Mansa, Itaiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores e Valença. Em contrapeso para essa limitação espacial, a

¹ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988.

² DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Demonstrativo da Força de Trabalho – Dezembro/2019**. 2019b. Disponível em: <https://www.dpu.def.br/transparencia/gestao-de-pessoas#faqnoanchor>. Acesso em: 11 fev. 2020.

³ DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Atendimento da DPU**. 2019a. Disponível em: <https://www.dpu.def.br/transparencia/atendimento-da-dpu>. Acesso em: 20 jan. 2020.

⁴ TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudos Socioeconômicos**. 2018a. Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1>.

referida instituição realiza o projeto itinerante chamado “A Defensoria Vai Aonde o Povo Pobre Está”, executado desde 2016, possui como foco o atendimento à população hipossuficiente e afastada fisicamente, como comunidades caiçaras, quilombolas e coletivos de catadores e catadores de materiais reciclável⁵.

Registra-se que diante do contexto pandêmico atual a DPU promoveu a suspensão/restrrição de atendimentos presenciais em suas unidades (Portaria GABDPGF DPGU N° 193, de 16 de março de 2020). Nesse contexto, o governo federal disponibilizou o auxílio emergencial aos que tiveram a renda comprometida, aumentando ainda mais a procura pela DPU para nos casos indeferidos do benefício. O órgão, em comunhão com o Ministério da Cidadania, por meio do Acordo de Cooperação Técnica, responsabilizou-se pelo reconhecimento, através da via extrajudicial, do direito ao auxílio financeiro aos assistidos. Essa medida será executada com o acesso pontual dos casos indeferidos diretamente via sistema para contestação administrativa dos benefícios indeferidos⁶. No entanto, esse Acordo sobrecarregou ainda mais a estrutura material e

⁵ DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Atuação da DPU em Volta Redonda (RJ) alcança toda a região sul-fluminense**. 2018b. Disponível em: <<https://www.dpu.def.br/noticias-rio-de-janeiro-slideshow/42080-atuacao-da-dpu-em-volta-redonda-rj-alcanca-toda-a-regiao-sul-fluminense>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

⁶ DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **DPU acessará plataforma para contestar auxílio emergencial indeferido**. 2020d. Disponível em: <https://www.dpu.def.br/noticias-institucional/233-slideshow/57505-dpu-acessara-plataforma-para-contestar-auxilio-emergencial-indeferido>. Acesso em: 11 ago. 2020.

humana da DPU. Estima-se, que até meados de junho de 2020, foram aproximadamente 40 milhões de indeferimentos do auxílio emergencial, em contraponto com os 467 defensores atuantes na primeira instância, 122 nos Tribunais Regionais e 50 nos Tribunais Superiores, dispostos a analisar os casos apresentados.

CONCLUSÕES:

A DPU em Volta Redonda possui programas e ações que visam ampliar a área de abrangência dos Defensores Públicos Federais, assim como o desenvolver a cidadania através da orientação judicial e extrajudicial aos hipossuficientes. Apesar disso, o crescente número de ações judiciais e atendimentos, associada à infraestrutura insuficiente e à pequena quantidade de Defensores Públicos Federais em paralelo a demografia populacional, traduz a dificuldade de garantir a assistência judiciária adequada.

Ademais, devido ao contexto pandêmico desde meados de fevereiro de 2020 até a presente data, agravou-se a problemática da inflação de atendimentos em todas as unidades da instituição em voga, especialmente se considerarmos que as questões relativas ao auxílio emergencial conduziram ao atendimento pela DPU.

Agradeço ao orientador e ao Programa de Iniciação Científica (PIBIC) pela oportunidade de desenvolver uma pesquisa cujo tema é tão relevante e primordial atualmente.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Memória e constituição de sentidos: novos atores e o resgate de identidades a partir dos discursos fundados nas ocupações protagonizadas pelos alunos da Universidade Federal Fluminense em 2016

Autores: Amanda Soares (Orientadora: Flávia Clemente)

Departamento de Comunicação Social/Instituto de Arte e Comunicação Social

INTRODUÇÃO:

A pesquisa realizada teve como objetivo central compreender de que forma se constituem novos discursos fundadores, nascidos a partir de condições de produção únicas que fazem brotar um processo identitário singular, apesar de submetido ao interdiscurso (Cf. Pêcheux¹). Ao retomar os arquivos constituídos durante o período das ocupações de 2016, a pesquisa se direcionou para demonstrar o quanto as rupturas discursivas caracterizaram um novo paradigma na vida da Universidade, particularmente em relação aos discentes, protagonistas destes momentos.

Em particular, a análise se voltou para dois movimentos, protagonizadas pelos alunos do Instituto de Arte e Comunicação Social. Primeiramente, a ocupação do canteiro de obras do prédio ainda inacabado da unidade no campus do Gragoatá e, menos de um mês depois, a ocupação do prédio da unidade atual, na Rua Lara Vilela, o “Casarão”. A pesquisa incluiu relatos, resgatados em formato de entrevistas, além de coleta de materiais

fotográficos e audiovisuais produzidos pelos discentes durante os períodos das ocupações e interações nas redes sociais, algumas até hoje em atividade. Para analisar estes dados, foram utilizadas teorias relacionadas à Escola Francesa de Análise do Discurso (PÊUCHEUX, FOUCAULT, ORLANDI), particularmente às que se voltam para analisar a produção de discursos fundadores e a constituição de memórias a partir destas formações discursivas, sob o ângulo de sua materialidade histórica.

A ocupação se deu como um momento fundador de um novo protagonismo discursivo, por parte dos discentes, que fizeram seu movimento de forma independente da tradicional proposta de mobilização por meio das greves tradicionais e criaram, desta forma, um discurso diferenciado, marcado pela busca da autonomia. O pressuposto que rege esta pesquisa está centrado na ideia de que a recuperação e preservação da memória é uma forma de reconhecimento de novas possibilidades de lugares de fala, surgidas a partir de momentos históricos e de relevância social e serve não somente como demarcação do passado, mas para referenciar o presente e contribuir para a formação de discursos plurais, a partir do surgimento de seus paradigmas.

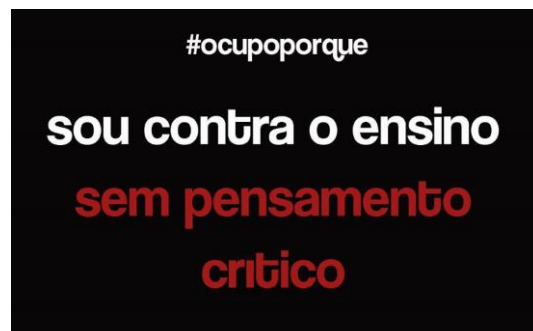
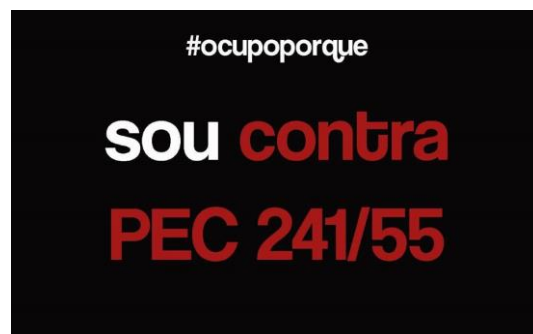
¹ MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso – Reler Michel Pêcheux hoje**. Campinas, Pontes, 2003

RESULTADOS E DISCUSSÕES: RUPTURAS QUE FAZEM A NOSSA HISTÓRIA

O “Movimento Ocupe Novo Iacs” foi criado em 31 de agosto de 2016, dia do golpe institucional contra o mandato de Dilma Rousseff, quando o Senado votou pelo seu impeachment dando fim a um mandato histórico sendo ela a primeira mulher presidenta da república, ex chefe da Casa Civil durante o governo Lula, além de ter sido presa política durante a ditadura militar.

A ocupação era administrada pelos estudantes de diferentes cursos do IACS, prejudicados pelo atraso nas obras do Reuni. Estudantes de outros cursos e universidades e até pessoas de fora do movimento estudantil se juntaram à ocupação.

Após sair do novo IACS, o movimento de Ocupação se manteve até o fim do ano no Casarão. Era um movimento de protesto pelas propostas inconstitucionais para a educação, mas também era um manifesto de e pela revisão do ensinar e do aprender; de uso e ocupação do espaço universitário, em toda a possibilidade de trocas e vivências que poderiam caber dentro de uma Universidade.



Legenda: exemplos de material coletado

CONCLUSÕES:

A principal conclusão a que se chegou diz respeito à importância da preservação dos arquivos no momento em que os mesmos são produzidos e antes que eles se percam para depois serem resgatados, o que leva a refletir sobre a dificuldade da preservação da memória social em tempos de redes virtuais. Muitos dos arquivos sofreram diversos tipos de apagamentos – parciais ou integrais – ou foram modificados de acordo com os momentos

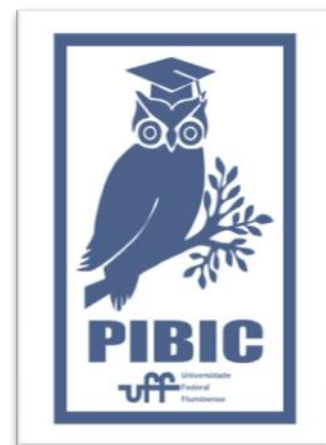
políticos. No entanto, essa nova memória que se conforma a partir destes fragmentos pode ser classificada como uma nova memória – aquela advinda da pós-modernidade trazida pelo século XXI.

Outra reflexão trazida ao conjugar os conceitos teóricos centrais da pesquisa com a análise dos arquivos aponta para a relevância da ruptura como a produção de um novo discurso. Conforme já apontara Orlandi (1993², *passim*), os discursos se fundam a partir do momento em que se formam novos paradigmas tendo como recurso o interdiscurso que conforma as memórias e se configura em novas identidades ou lugares de fala.

AGRADECIMENTOS:

À Universidade Federal Fluminense, que fomentou a pesquisa com o apoio da bolsa PIBIC.

A todos os que contribuíram com entrevistas e relatos.



² ORLANDI, **Discurso Fundador**, Campinas, Pontes, 1993.



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I

Os desafios enfrentados pelo profissional da informação em relação ao direito autoral com o advento da internet

Victor Campos Viana e Carlos Henrique Juvêncio

Departamento de Ciência da Informação. Instituto de Arte e Comunicação Social

INTRODUÇÃO:

O profissional da informação como agente informacional enfrenta desafios diários no que diz respeito a fatores externos ao seu ambiente e contexto de trabalho. Além disso, o crescimento no uso da internet mudou a forma como a sociedade se relaciona, se informa, se comunica e como busca suas informações.

Com suas peculiaridades, a Ciência da Informação e o Direito Autoral buscam encontrar seu equilíbrio na internet evoluindo por meio da aprendizagem coletiva. A web 2.0, sua diversidade documental, a velocidade de transformação presente no ambiente virtual, as novas formas de compartilhamento e todos os fenômenos conhecidos e desconhecidos dessa nova ferramenta, permitem a criação de uma interdisciplinaridade que induz o nascimento de novas necessidades informacionais e de uma evolução nas competências informacionais de seus agentes (COELHO, 2015). As mudanças são tão significativas que delas surgem movimentos sociais que buscam o fim, ou ao menos a diminuição das barreiras impostas pelo Direito Autoral como o *creative commons*, o *copyleft*, o movimento de acesso aberto e outros. (BRANCO; BRITTO, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os novos desafios enfrentados pelo profissional da informação requerem profissionais criativos, pensantes e que percebam a necessidade de união entre essas áreas e não de distanciamento. Apesar de sofrer alguns impactos negativos advindos da internet na ciência da informação, em especial no que diz respeito ao direito autoral, a necessidade de análise desses desafios abre caminhos para novas respostas e para o entendimento da importância de agregar essa área, ainda que de forma gradual.

Além disso, eventos históricos sobre outros encontros similares entre esses campos, relembram conceitos e fenômenos que podem de certa forma, auxiliar uma evolução organizada e benfazeja. Os desafios para os profissionais dessa área como guardiões do conhecimento e protetores da informação no que diz respeito a todas essas mudanças globais, tem na ciência da informação, e mais especificamente, no direito autoral, o mesmo impacto e relevância que as possibilidades positivas de crescimento e de evolução tecnológica que essa mesma área nos oferece.

A principal questão presente no encontro entre o Profissional da informação e a Internet como criadora de novos desafios é a

velocidade e a rapidez na qual esses desafios se desenvolvem e são descobertos ou aplicados a áreas comuns a ciência da informação. Todos os dias, novos modos de tratar, lidar e disseminar informação são descobertos advindos de novas tecnologias, por isso, o tempo necessário para adaptação, análise e estudo de uma nova tecnologia se torna cada vez mais curto, dificultando não apenas o processo de adaptação e agregação da nova tecnologia pela ciência da informação, mas principalmente, pela compreensão do profissional da informação no tocante a essas novas tecnologias.

Um caso mais recente, popularmente conhecido como “Artigo 13”, é um ótimo exemplo da complexidade existente nesse encontro entre o direito autoral e a internet apontando para o tamanho das consequências que esse conflito pode acarretar. O caso, especificamente, trata a respeito da aprovação pelo Parlamento Europeu da polêmica Diretriz de Direitos Autorais, um documento que, no decorrer de seus artigos, altera drasticamente a forma como o compartilhamento de informação funciona na internet Europeia. Desde a cobrança no uso de links em postagens, até a coibição ou criação de taxas para aparições de marcas em fotos e vídeos, a Diretriz abrange e monitora de todos os lados possíveis, a forma como a informação circula nos ambientes virtuais.

Esse é apenas um exemplo, apesar de recente, da complexidade e da variedade de pensamentos e opiniões a respeito desses temas, e mais ainda, da junção desses dois.

CONCLUSÕES:

Toda e qualquer discussão que apresente a internet e o ambiente virtual online como uma de suas variáveis a serem consideradas e analisadas, apresenta, naturalmente, um nível de complexidade maior, por tratar de uma área que possui, inerentemente, uma velocidade de transformação alta. Essa velocidade de mudança presente no contexto internético pode se tornar uma via de mão dupla no que diz respeito aos efeitos que essas mudanças causam. Ao mesmo que a boa compreensão e consequentemente, boa adaptação ao novo ritmo, proporciona benefícios a área e ao campo de atuação do profissional, o distanciamento e a falta de interesse aliado a incapacidade informacional de se renovar tecnologicamente, cria barreiras cada vez mais intransponíveis de serem rompidas, tornando o isolamento cada vez maior e aumentando a dificuldade de readaptação e reajustamento futuro.

O direito autoral, por sua vez, como visto no estudo, está presente na sociedade de diversas formas, desde concepções antigas e conceitos inconscientes até as positivamente mais específicas e particulares possíveis sobre o assunto. Entretanto, podemos dizer que o mesmo ritmo imposto pela internet aos profissionais informacionais e ao campo da ciência da informação está sendo imposto ao resto da sociedade como um todo, e como nós, estão todos interessados em se atualizar e em estar a par de todas essas mudanças. Apesar disso, as legislações, naturalmente, não conseguem se renovar e se reciclar com total

alinho e ajuste, antes, tenta ajustar-se e adaptar-se como pode, às circunstâncias e situações ao qual é apresentada.

Os desafios destacados e reconhecidos, que são apresentados aos profissionais da informação, cada vez mais se relacionam não apenas ao ambiente no qual o profissional estará inserido e as ferramentas que usará no decorrer de seu trabalho, mas também à capacidade do profissional em se adaptar e de entender a construção da relação entre essas áreas, além de compreender as novas habilidades necessárias a serem desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Sergio e BRITTO, Walter. O que é Creative Commons? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

COELHO, Helena Sofia. Direitos autorais na web 2.0: desafios e oportunidades para as bibliotecas. **Ciencias de la Información** (Cuba), n. 3, v. 46, 2015.

AGRADECIMENTOS:

Ao CNPq pela bolsa concedida.

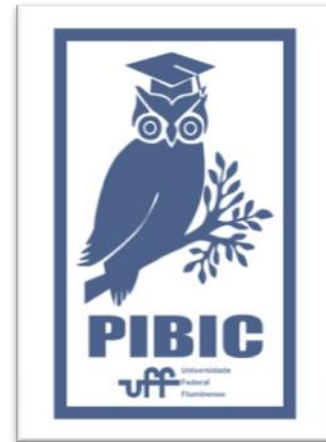


Imagem 1: Imagem PIBIC



Ciências Sociais Aplicadas

**Bibliometria e Cientometria brasileiras: abordagens
teórico- metodológicas**

Michely Jabala Mamede Vogel - Orientadora

**Barbara Cristina Marques dos Santos Ribeiro – Bolsista
PIBIC**

**Departamento de Ciência da Informação/Instituto de Arte e
Comunicação Social**

BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA BRASILEIRAS: ABORDAGENS TEÓRICO- METODOLÓGICAS

INTRODUÇÃO

Bibliometria e Cientometria são áreas de estudo da Ciência da Informação e possuem como principal característica o uso de técnicas matemáticas e estatísticas para avaliar a produção científica. No Brasil, a produção científica sobre o tema inicia-se em 1973, a partir da dissertação de Fernandez, defendida no convênio UFRJ/IBICT.

Buscas por Bibliometria e Cientometria na *Web of Science* (WoS), chegam a recuperar 13628 resultados (dados de março de 2019). Porém, analisando os títulos recuperados superficialmente, observa-se que entre os artigos é possível encontrar uma pluralidade de abordagens, abrangendo desde estudos de caráter prático quanto teórico. A pesquisa teve como objetivo geral analisar, a partir do método bibliométrico, as publicações brasileiras sobre Bibliometria e Cientometria indexadas na base de dados WoS entre 2010 e 2019, fornecendo um mapeamento das abordagens teórico-metodológicas utilizadas. Também objetivou detectar os periódicos e autores mais produtivos sobre o tema; bem como as palavras-chave

mais significativas, a produção ano a ano (2010 a 2009), a filiação, e as áreas do conhecimento (conforme classificação da WoS). Para tanto, foi realizado levantamento na WoS, aplicando-se a seguinte expressão de busca: $TS=(scientometr^* OR scientiometr^* OR bibliometr^* OR cientometr^* OR cienciometr^*) AND CU=Brazil$. A pesquisa foi realizada utilizando o campo "tópico", que recupera nos campos título, resumo, palavras-chaves e outros. Os documentos foram avaliados e o corpus foi formado por 524 artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O corpus foi classificado em quatro categorias: A categoria com maior número de trabalhos (487) reúne artigos de natureza aplicada que tem seu foco em análises bibliométricas ou cientométricas. A segunda categoria em termos de número (35) de publicações reúne trabalhos que discutem indicadores, bases de dados e metodologias. Apenas um trabalho trouxe discussão teórica destacados no estudo e um artigo não tratava sobre estudos métricos.

Foram identificados 228 títulos de periódicos e os mais produtivos estão no Gráfico 1.



Gráfico 1 - Periódicos mais produtivos

Nota-se a predominância de periódicos da Ciência da Informação. Isso no entanto, deve ser relativizado: a WoS não contém todos os periódicos, mas somente aqueles que passaram por uma série de critérios para ali estarem indexados. Nesse sentido, é possível que existam mais periódicos nacionais com publicações.

Foram identificados 1459 autores sem repetição. Os mais produtivos foram estão no Gráfico 2:

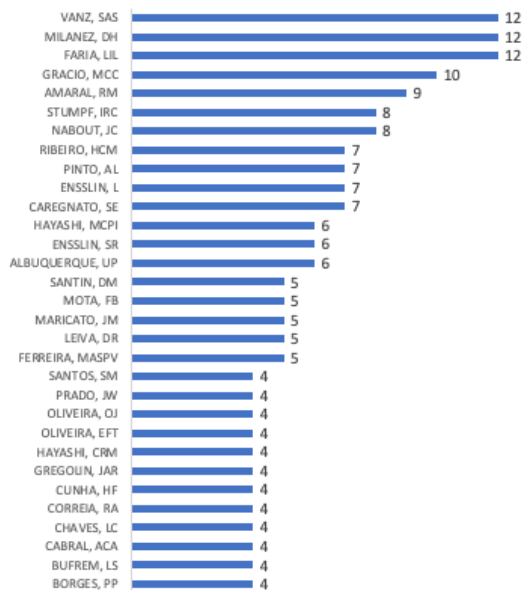


Gráfico 2 - Autores mais produtivos

Houve 3 autores com seis artigos cada, cinco autores com cinco cada, 12 autores com quatro artigos cada, 45 autores com três artigos cada, 110 autores com dois artigos cada, e 1272 autores com um único artigo. Esses dados reforçam a proposta de Price, que afirma que uma pequena parcela de autores (cerca de 10 a 20% deles) é responsável por mais da metade dos artigos de uma área.

Foram identificadas 1258 palavras-chave sem repetição:

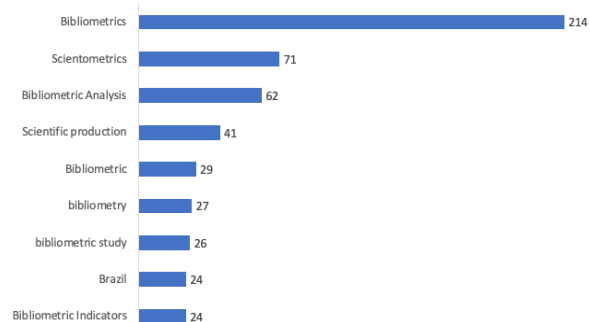


Gráfico 3 - Palavras-chave mais frequentes

O conjunto segue a lógica da Lei de Zipf, que trabalhando com enésimos forma 3 grupos. Tendo 214 como o número de ocorrências da

palavra-chave mais citada, o segundo grupo deve por 21 (214/10), e o terceiro grupo por 2 (21/10). O primeiro grupo é chamado de trivial, o segundo de interessante e o terceiro de ruído. As nove palavras-chave aqui apresentadas constituem o grupo trivial, que representa 23% delas. O segundo grupo foi composto por 94 palavras-chave (21%) e o grupo de ruído foi representando por 1155 palavras-chave (55%).

A destruição temporal está no Gráfico 4:

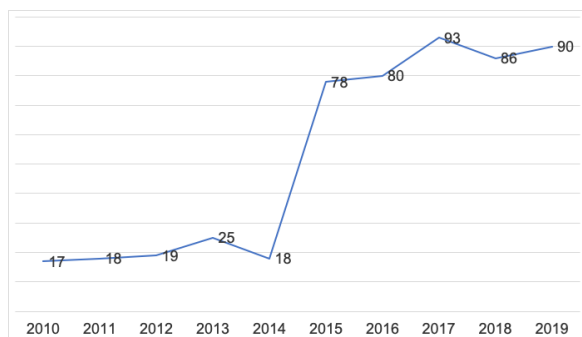


Gráfico 4 - produção por tempo

É possível inferir que o cenário pode estar relacionado com o aumento do interesse por parte dos pesquisadores a respeito da temática, como também pode demonstrar o aumento de periódicos brasileiros indexados na WoS.

Quanto à filiação declarada pelos autores, a análise permitiu identificar 281 instituições diferentes, dentre as quais destacamos USP, com 125 publicações, UFSC com 120, e em UFSCAR com 92 e UFRGS com 91 artigos. São destas duas últimas instituições os três autores mais produtivos: Faria e Milanez (UFSCAR) e Vanz (UFRGS).

Com relação às áreas, identificamos que houve revistas indicando até 3 áreas diferentes. Dos 288 periódicos, 107 declararam pertencer a uma área, 113 a duas e oito a três áreas simultaneamente. Foram identificadas 654

ocorrências e 76 áreas diferentes, conforme o Gráfico 5:

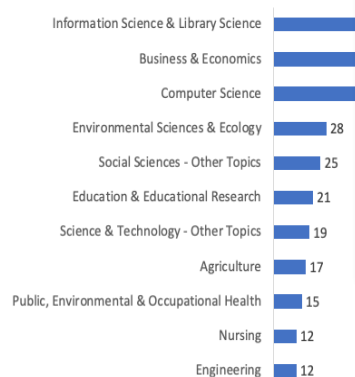


Gráfico 5 – Áreas da WoS

Desta forma, foram 276 indicações para a categoria de Tecnologia (que inclui a Ciência da Informação), 194 em Ciências Sociais, 164 em Ciências da Vida e Biomedicina, 14 em Ciências Físicas e 6 em Artes e Humanidades.

CONCLUSÕES

Os resultados da pesquisa demonstraram a necessidade de conhecer e aprofundar outros aspectos ligados à Bibliometria e Cientometria, em especial ligados ao comportamento dos pesquisadores, processo para determinação de palavras-chave, a relações das coautorias, a abrangência e funcionamento de bases de dados indexadoras, e forma de declaração de filiação.

Dessa forma, entende-se que essa pesquisa, ao mesmo tempo que traça um panorama das publicações nacionais sobre Bibliometria na WoS suscitou muitas questões para o futuro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pelo financiamento para realização da pesquisa e à professora orientadora pela oportunidade e suporte.



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO DE HAIA SOBRE ASPECTOS
CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS DE
1980 NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Discente: BÁRBARA DANTAS DE MACEDO / Orientadora:

Prof.^a Dra LETÍCIA VIRGINIA LEIDENS

DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ / ICM

INTRODUÇÃO

A união mista constituída por pessoas de nacionalidades distintas é recorrente no cenário global, o que possibilita muitas vezes a presença de filhos. Um relacionamento efetivo com filhos, requer quando da ruptura a regulação do exercício da guarda e da visita dos filhos e o seu contínuo dever de cuidado e tutela. Ocorre que, nem sempre é assim. Muitas vezes se verifica a retirada de crianças por um dos genitores, de um país para outro, sem a autorização do outro genitor, o que caracteriza no plano internacional e jurídico, de sequestro/subtração internacional de crianças.

A Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças de 1980 (Convenção da Haia de 1980) tutela casos de transferência ou retenção ilegal de crianças, perpetradas geralmente, por algum de seus genitores. A Convenção possui como objetivo geral, determinar o retorno imediato da criança ao Estado de residência habitual para que lá seja regularizado o exercício da guarda e visita da criança subtraída. Por outro lado, a Convenção também prevê exceções à regra geral, que possibilita que a criança permaneça no Estado abductor em casos específicos. O

estudo volta-se para análise da interpretação e aplicação dos artigos exceções, consequentemente os critérios adotados pelos julgadores dos tribunais no Brasil, já que possuem um conteúdo objetivo e aberto para o processo de interpretação e aplicação em cada Estado-parte, especificamente, os artigos 12, 13, b e 20 da Convenção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados obtidos na pesquisa jurisprudencial dos Tribunais Regionais do Brasil (1^o, 2^o, 3^o, 4^o e 5^o Região), a qual teve por delimitação temporal os anos de 2014 a 2020, e a especificidade da aplicação da Convenção da Haia de 1980, em 45 casos em que o Juízo utilizou os artigos exceções como fundamentação nas decisões, a fim de pontuar os critérios utilizados, se uniformes ou não para cada artigo. Verificou-se que maior parte dos casos analisados, dentre as regras de exceção, aplicaram o art. 13, b (grave risco físico e psíquico para a criança, quando do seu retorno ao Estado de residência habitual), em conjunto com o art. 12 (adaptação da criança ao novo meio). Apenas dois, dos casos analisados, a decisão aplicou unicamente o art. 13, b, tendo

em vista indícios de abuso sexual e violência doméstica. O Relatório Explicativo da Convenção, instrumento de análise para interpretação e aplicação convencional aponta para devida atenção ao art. 13, b, pois, geralmente, vem associado com a prática de violência diretamente em face da genitora e indiretamente em face da criança, o que revela também uma questão de gênero nos casos analisados e uma dupla vulnerabilidade em questão.

O mapeamento dos casos foi apresentado em formato de gráficos para melhor apreciação dos dados. A fundamentação do TRF1, TRF3, TRF4 acerca dos casos em que houve aplicação do art. 12 juntamente com o art. 13, b, preponderam os critérios para aferir o perigo grave: relacionamento da criança com os genitores, a passagem por situações de violência física ou psicológica no ambiente familiar, todos os casos envolvendo a violência dirigida à mulher na relação, confirmando a questão de gênero apresentada pelo Relatório explicativo. A adaptação da criança ao novo meio se materializou com a apresentação da matrícula escolar, o bom relacionamento com a família e com colegas na escola, bem como a apresentação de uma moradia para a criança.

No TRF2 e TRF5, os mesmos artigos exceções foram aplicados de maneira similar, quanto ao risco grave, no entanto, quanto à adaptação ao novo meio (art. 12) o critério verificativo foi principalmente, o temporal, ou seja, a adaptação da criança somente era alegada num período acima de doze meses no novo país, bem como a apresentação da boa saúde física e psicológica da criança no novo

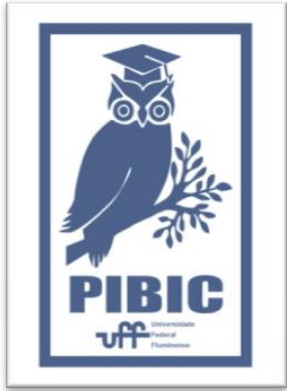
ambiente e as narradas dificuldades da criança no aprendizagem do idioma e da cultura do Estado de residência habitual.

CONCLUSÕES

É possível identificar parâmetros de interpretação e aplicação dos artigos exceções (art. 12 e 13, b) pelos Tribunais Regionais do Brasil. Do cenário analisado, há semelhanças quanto à delimitação de critérios dos artigos exceções, no entanto, não há um padrão aplicativo brasileiro. Ressalta-se que há uma ausência de uniformidade aplicativa no Brasil e há um avanço no trato do conteúdo dos artigos exceções nos últimos 5 anos (2015 – 2020). Tal avanço tem por base um alinhamento dos tribunais brasileiros com as indicações do Relatório Explicativo da Convenção e o aperfeiçoamento doutrinário do uso dos artigos exceções pelos Estado-parte da Convenção. Também ressaltamos o trabalho pós convencional realizado pela Conferência da Haia. Os casos nos últimos cinco anos apresentaram nitidamente uma interpretação restritiva dos artigos exceções, ou seja, exceção tratada como exceção e não como regra geral, conforme previsão na Convenção. A maioria dos casos utilizaram mais de um artigo exceção para aplicação em cada caso concreto, o art. 12 unido ao art. 13, b.

AGRADECIMENTOS

Ao PIBIC/CNPq pela bolsa de Iniciação Científica 2019/2020.





Ciências Sociais Aplicadas.

Projeto: Mobilização social e enfrentamento de desastres ambientais em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense/RJ

Título do Trabalho: Levantamento dos desastres relacionados à água no estado do Rio de Janeiro de 2003 à 2009.

Franciele Ribeiro Alvarenga e Antenora Maria da Mata Siqueira.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas/ Departamento de Serviço Social de Campos/Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/Núcleo de Pesquisa e Estudos Socioambientais – NESA.

INTRODUÇÃO

Desastres, na sociologia ambiental, são considerados “fenômenos sociais e têm origem na estrutura social”, contrapondo a visão de muitos autores e a concepção hegemônica das ciências naturais que o considera como o próprio fenômeno físico, desconsiderando os efeitos sociais anteriores e posteriores ao desastre (DUTRA, 2018, p.18). Tal perspectiva foi inicialmente trabalhada por Quarantelli (2015). Esse autor afirma que o campo dos desastres tem progredido com o passar do tempo, porém, é preciso repensá-lo para que não trace velhos caminhos com as desculpas dos que não detinham de conhecimento suficiente, e sim adquirir contínuos avanços e descobertas.

Este trabalho apresenta resultados do projeto de iniciação científica intitulado: *Mobilização social e enfrentamento de desastres ambientais em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense/RJ*, que está sendo desenvolvido no NESA - Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais, da Universidade Federal Fluminense. A presente pesquisa de Iniciação Científica se vincula também ao Observatório dos Desastres Ambientais (ODAm-NESA). O ODAm é uma plataforma virtual que concentra e publiciza pesquisas, notícias, publicações e outras produções científicas, acadêmicas e populares sobre desastres ambientais, fomentando, desta forma, a relação entre universidade e sociedade.

Neste resumo foi priorizado um recorte do projeto que diz respeito ao levantamento dos

desastres no estado do Rio de Janeiro, no período de 2003 a 2016. Os dados foram obtidos em fonte secundária, notadamente o S2ID - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Em sua área destinada à “arquivo digital”, permitiu uma busca mais objetiva por período, estados, municípios, documentos utilizados pela Defesa Civil anexados (AVADAN, FIDE, NOPRENE ou Diário Oficial) e tipo de desastres. A identificação desses fenômenos ocorridos foi fundamental para alimentação do ODAm e para posterior pesquisa sobre as mobilizações sociais ocorridas em tal contexto, objeto maior da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os desastres ambientais não são considerados, neste trabalho, como eventos pontuais, mas como processos sociais, espaciais, políticos e econômicos que se agravam com a incidência de um fenômeno natural. Possuem um caráter sócio histórico e cultural decorrente do modo de produção e reprodução das sociedades. Estes são aprofundados e agravados pela ocorrência de fenômenos físicos extremos e por tudo que envolve as mudanças climáticas, aprofundando crises e desigualdades sociais e tornando importantes as pesquisas das ciências sociais aplicadas para estudar e socializar a análise de tais processos (SIQUEIRA, 2015).

O levantamento dos dados do S2ID do período de 2003 a 2009 referente ao Estado do Rio de Janeiro apresentou 282 casos de ocorrência de desastres relacionados à água em 87 municípios, atingindo áreas rurais e urbanas.

Foi possível observar que ocorreram 69 casos de inundações, 7 alagamentos, 30 deslizamentos e 163 enxurradas.

Os dados obtidos compuseram a FID – Ficha de Inventário de Desastres, conforme a figura 1 a seguir.

Figura 1: FID

Observatório de Desastres Ambientais					
INSTITUTO DE PESQUISA DE DESASTRES – INUNDAÇÕES					
FICHA DE REGISTRO					
ESTADO: RIO DE JANEIRO					
MUNICÍPIO: CAMPOS DOS GOYTAÇAZES					
ANO:					
FID					
Período(s) de ocorrência					
Informações sobre o município					
Localização da área afetada					
Descrição da localidade/bairro/vizinde afetada					
Área afetada					
Tipo de Ocupação	Área total (ha)	Área afetada (ha)	Urbanos	Rurais	Urbanos e Rurais
Residencial					
Comercial					
Industrial					
Agrícola					
Pecuária					
Estabelecimento vegetal					
Estabelecimento animal					
Estabelecimento de saúde					
Estabelecimento de educação					
Estabelecimento de recreação					
Estabelecimento de serviços					
Tipo de evento					
Descrição do evento					
Causas					
Danos Humanos					
	0 a 14 anos	15 a 64 anos	Acima de 65 anos	Gravemente	Total
Desastres					
Desastres ambientais					
Desastres sociais					
Desastres econômicos					
Desastres culturais					
Desastres de saúde					
Desastres de educação					
Desastres de recreação					
Desastres de serviços					
Danos materiais/edificações					
Resumo das perdas					

Fonte: ODAm/UFF, 2020.

A ficha alimenta o ODAm - Observatório de Desastres Ambientais – ODAm (www.observatoriodosdesastres.sites.uff.br), espaço físico e virtual de interface entre pesquisadores, técnicos de proteção e defesa civil, educadores e cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisas elaboradas no campo dos desastres são necessárias para que cada vez mais exista respostas para os conflitos existentes nos locais que são afetados, tanto em publicações, artigos, pesquisas científicas e com isso, para que haja renovação constante dos saberes e novas descobertas no campo, e assim, sempre novos conhecimentos sejam adquiridos.

Os dados levantados permitiram verificar a diversidade de desastres relacionados à água que ocorrem no estado do Rio de Janeiro. Entre eles, as enxurradas e inundações são as mais relevantes. A partir da identificação das localidades e bairros onde ocorreram será possível avançar na pesquisa, no sentido de levantar as mobilizações sociais em tais contextos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DUTRA, Adriana Soares. **Gestão de desastres e serviço social: o trabalho de assistentes**

sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 240 p.

QUARANTELLI, Enrico Louis. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. **O Social em Questão**, ed. 33, p. 25-56, 2018. Tradução: Raquel Brigatte. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_33_0_Quarantelli.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.

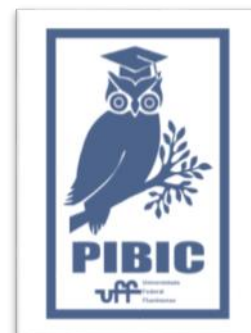
NOAL, Debora da Silva; OLIVEIRA, Simone Santos; ALPINO, Taís de Moura Ariza; ROCHA, Vânia. Gestão local de desastres naturais para a atenção básica. Curso Livre de Gestão Local de Desastres Naturais para a Atenção Básica, São Paulo, 2016. Universidade Federal de São Paulo - Pró-Reitoria de Extensão, p. 1-114.

SIQUEIRA, A.M.M. Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas. In.: SIQUEIRA, A. M. M.; VALENCIO, N.; SIENA, M.; MALAGOLI, M. A.S. (Org.). **Riscos de desastres relacionados à água**: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos. São Carlos: RiMa Editora, 2015.

UFF- Universidade Federal Fluminense. Observatório dos Desastres Ambientais: <http://observatoriodosdesastres.sites.uff.br>. Acessado em 14 de setembro de 2017.

AGRADECIMENTOS:

Ao PIBIC/PROPP/UFF/CNPq pela bolsa PIBIC e ao CNPq pelo financiamento do Projeto de pesquisa.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Inventário de valores urbanos: interações entre o formal e o informal na cidade do Rio de Janeiro

Autoras: Natália Ferreira da Cruz Godinho (bolsista)

Ricarda Lucilia Domingues Tavares (orientadora)

Departamento de Arquitetura – TAR/EAU

INTRODUÇÃO:

o objetivo principal do projeto de pesquisa é aprofundar as análises e resultados da tese de doutorado desenvolvida pela proponente (TAVARES, 2016), a partir da ampliação dos estudos e levantamentos já realizados, visando ao mapeamento mais detalhado dos valores materiais oficialmente reconhecidos em diferentes escalas de inserção urbana das três favelas cariocas estudadas: Morro da Providência (Zona Central), Morro da Babilônia (Zona Sul) e Nova Holanda (Zona Norte).

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Segundo uma abordagem mais conceitual, o valor simultaneamente se refere ao preço e ao significado de algo, o que torna sua concepção ambígua, já que não se refere propriamente ao conteúdo positivo do objeto, mas à comparação contrastante com outros objetos. Ou seja, cada espaço em uma cidade é o que o outro não é; criando assim uma estrutura de significantes em oposição: o núcleo x a periferia; o loteamento x a favela; a casa própria x a alugada; a Zona Norte x a Zona Sul.

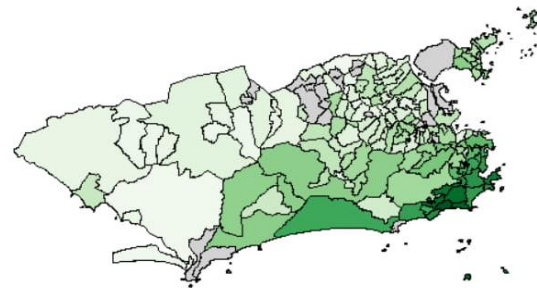
Diferentes fatores podem influenciar nas dinâmicas de funcionamento do mercado imobiliário. A localização é um fator de diferenciação especial, porém, é necessário destacar que os “privilégios de localização” têm sido historicamente produzidos pela atuação combinada entre poder público e iniciativa privada, predominantemente visando à qualificação de áreas destinadas à população de rendas médias e altas.

A habitação não é somente uma necessidade, mas também um bem econômico dos mais importantes na produção capitalista do espaço urbano, pois ao mesmo tempo em que apresenta um valor de uso (bem de consumo) também tem um valor de troca (bem de investimento). As desigualdades materializadas nas cidades brasileiras se deram muito em função do alto custo relativo da moradia sobre a renda familiar dos trabalhadores urbanos. Por ser um bem de consumo indispensável à promoção e manutenção de um mínimo de qualidade de vida, a constante demanda por habitação faz com que esse direito social, que deveria ter sua provisão garantida pelo Estado, se transforme também em produto ofertado por um segmento econômico específico, o mercado

imobiliário. No Brasil, a indústria da construção civil participa com cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

No mercado imobiliário, os atributos considerados específicos da cidade podem perder sua objetividade por meio do *marketing* e da propaganda, que funcionam tendo como base não somente os padrões urbanísticos já existentes, mas transformando-os em “fetiches” de consumo. Por exemplo, uma vista de frente para o mar pode virar item embutido no preço de um imóvel, mesmo sendo a ele extrínseco. Preço é um conceito concreto, atribuído a um bem, e pode variar de acordo com o momento econômico e com as mudanças no mercado.

ser propositalmente planejada pelo próprio mercado imobiliário, que pauta suas estratégias em atributos extrínsecos, o que tem levado à gradativa perda de qualidade dos atributos intrínsecos ao “produto” oferecido, a casa.



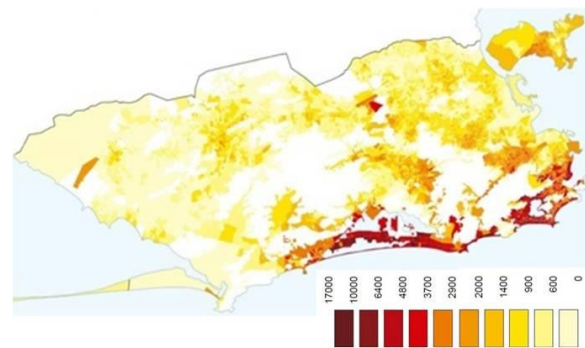
Preço médio mais alto (R\$/m²) Preço médio mais baixo (R\$/m²) Sem informação

Rio de Janeiro, preço médio de imóveis residenciais à venda. Fonte: FipeZAP, 2020.



Fonte: ZAP Imóveis, 2013.

Nas grandes cidades, a tipologia “edifício de apartamentos” é bem valorizada. Porém, dos fatores que influenciam no preço do imóvel, na figura acima, o único que é atributo da unidade residencial é a varanda. Os demais se referem ao edifício, ao bairro ou a ambos. É importante destacar, portanto, a perda de influência dos atributos da unidade residencial em si, que pode



Rio de Janeiro, renda média mensal geral, 2010 (R\$/mês). Fonte: Jacob et al, 2014.

Se for possível estabelecer relação direta entre algum dado, que materialize a diferenciação entre os bairros cariocas, e os preços médios de venda de imóveis residenciais, esta se dará pela renda média mensal de seus moradores, como expressam os mapas acima. Os dados sobre a renda média mensal, portanto, passam a ser também indicadores relevantes para apoiar as análises em torno do comportamento dos preços praticados pelo mercado imobiliário na cidade do Rio de Janeiro.

CONCLUSÕES:

A abordagem mais ampla do tema mercado imobiliário indicou perspectivas antes não vislumbradas, como o aprofundamento nas análises de outros indicadores socio-econômicos. Com isso, é possível prever a viabilidade de levantamento e mapeamento de valores que não somente os materializados fisicamente no espaço urbano.

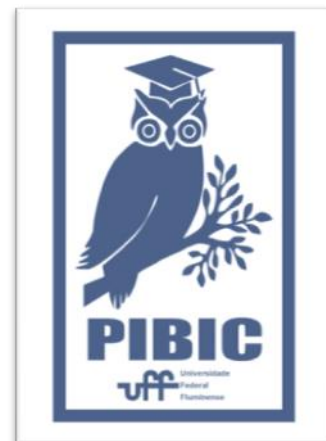
É importante destacar que o desenvolvimento da pesquisa vem permitindo também o amadurecimento da ideia de, mais adiante, pensar em desenvolver uma metodologia de análise mais abrangente, aplicável a diferentes setores urbanos, em contextos histórico-geográficos que incluem outras cidades e regiões brasileiras.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço pela oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC. E por ter passado esse ano de pesquisa com a professora Ricarda, que ajudou a ampliar meus conhecimentos e horizontes na profissão e na vida pessoal, pelos seus ensinamentos acerca da temática do projeto, assim como em relação à metodologia de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA:

JACOB, C. R.; HEES, D. R.; WANIEZ, P. *Atlas das condições de vida na RMRJ*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2014.





Ciências Sociais Aplicadas

Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro

Fernanda Quintanilha Bezerra (bolsista) e Andréa da Rosa Sampaio (orientadora)

TAR / Escola de Arquitetura e Urbanismo

INTRODUÇÃO:

Partindo do objetivo de compreender a área urbana central do Rio de Janeiro, tanto em suas origens, quanto suas transformações urbanísticas até o contexto atual, procura-se, com a construção de um Atlas, propor um estudo que detalhe o processo urbano da área de estudo historicamente e como o patrimônio urbano contribui em sua formação.

Para tanto, com o entendimento de que a cidade atual se fundamenta no acúmulo de processos ocorridos em seu percurso histórico, percebe-se a influência das normas urbanísticas vigentes ao longo da história e a relação crítica entre o desenvolvimento e a preservação, assim como o jogo de interesses atrelado à questão. Logo, a produção do Atlas documenta de maneira detalhada, ilustrativa, interativa e cronológica o cenário urbano, contribuindo para a reflexão sobre os instrumentos normativos incidentes no patrimônio urbano da área central carioca e seu percurso histórico desde o século XX.

A eficiência do formato do Atlas se dá por meio da articulação das diversas fontes iconográficas, cartográficas e dados quantitativos levantados, caracterizando um resultado visual dinâmico e objetivo do processo urbano da área. Como produto, nasce um método analítico com amplo

poder de síntese e organização propondo elucidar de maneira didática as interfaces do ordenamento urbanístico e do patrimônio cultural. O grande aliado do trabalho é a gráfica digital, permitindo um acesso facilitado à sobreposição de informações em bases cartográficas.

Neste trabalho, apresenta-se o processo de compatibilização de dados coletados anteriormente pela pesquisa, juntamente a novos levantamentos, com o uso da plataforma GIS (ou SIG, Sistema de Informação Geográfica), dando origem a um aplicativo web como contribuição para o estudo da história urbana e do patrimônio cultural articulado à cartografia digital.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O recorte espacial adotado no estudo enfoca a área do núcleo urbano original da cidade do Rio de Janeiro (a Cidade Velha), e sua área de expansão imediata (a Cidade Nova). Estas comportam além do atual centro financeiro da cidade, também a sua região portuária. Incluiu-se também a Região Administrativa de São Cristóvão. Devido à convergência do centro histórico com a área central de negócios, o conflito entre o mercado e os bens culturais

influencia na espacialidade desta área. Nela sobrepõem-se à legislação urbanística local, projetos urbanísticos, e normas de proteção ao patrimônio, que definem diversas áreas de preservação urbana.

Anteriormente, na pesquisa produziu-se uma planilha referente aos bens tombados nesta área de estudo, agrupados por categoriais (bens edificados; bens paisagísticos; equipamentos e mobiliários urbanos; coleções e obras de arte; e locais e lugares), que articulam informações como endereço, fotografias, esfera de proteção, ano e valores de tombamento. Além destes dados, foram apontados os projetos urbanísticos vigentes à época dos seus respectivos tombamentos, delineando os efeitos e impactos urbanísticos das ações de preservação.

Complementando essa planilha, na etapa atual da pesquisa, foram empreendidas visitas aos órgãos de tutela do patrimônio atuantes na cidade, como o IPHAN (órgão federal), o INEPAC (órgão estadual), e IRPH (Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, órgão municipal) a fim de enriquecer o material já coletado previamente com registros e transcrições de processos de tombamento que indicam as motivações e os embates presentes no processo de preservação desses bens culturais. Também foi elaborada uma planilha, a partir do levantamento de recortes de jornais, presentes nos volumes do Livros do Corredor Cultural (1984-1988) e de reportagens da Revista ADEMI - Associação dos Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário (1975-1982). Foram selecionadas as notícias relevantes à área de estudo, e ao tema da investigação: a salvaguarda e a transformação urbana.

Em seguida, a pesquisa direcionou-se à elaboração de um Atlas Digital em plataforma GIS, no software ArcGIS. O Atlas associa dados sobre os bens tombados na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, ao seu histórico processo de transformação urbana. Produziu-se um mapa interativo digital que permitiu articular dados previamente limitados a planilhas, às efetivas localizações de cada bem tombado, com suas coordenadas geográficas. Projetos urbanísticos e bases cadastrais históricas, coletados previamente na pesquisa, foram também incorporados à plataforma, permitindo uma sobreposição de informações urbanas e cartográficas articuladas aos processos de tombamento de bens culturais na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro.

Esse material em plataforma GIS foi convertido em um aplicativo web (Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro), hospedado pelo ArcGis Online. O produto ainda se encontra em processo de consolidação, porém um protótipo online foi lançado na web em dezembro de 2019, em periódico processo de atualização. Prevê-se, em etapa futura, a integração das reportagens catalogadas ao aplicativo web, especializando-as no suporte cartográfico digital.

CONCLUSÕES:

A cidade não é o resultado acidental de um conjunto de fatores. Ela é uma articulação de marcas históricas com as transformações sociais e urbanas. A leitura da cidade precisa ser feita através sob a perspectiva dos seus projetos concretizados e os que foram deixados

para trás. Para que esses processos sejam compreendidos é necessário que estes sejam visíveis e, para isso, o auxílio da cartografia. As cronologias das cartografias revelam a valorização de preservar a memória através do patrimônio construído e, logo, sua identidade. O emprego da cartografia digital nesta pesquisa facilita o acesso, análise e síntese de dados acerca dos bens tombados e da história urbana carioca, de modo dinâmico, oferecendo uma visão detalhada historicamente do processo de preservação na cidade. O potencial desse tipo de articulação, e do estudo empreendido nesta pesquisa, portanto, traz contribuições não só para o ensino da arquitetura e urbanismo, como também para a sociedade em geral, particularmente à pesquisadores que trabalham com pesquisa urbana.

AGRADECIMENTOS:

Ao CNPq pela concessão da bolsa, ao pós-Doutorando Guilherme Meirelles, e também à professora orientadora Andréa Sampaio.



Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Conselhos Gestores: em busca da efetividade participativa

Autores: Amanda Braga de Oliveira e Thais Soares Kronemberger

Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Ciências Humanas e Sociais / Departamento Multidisciplinar

INTRODUÇÃO:

Os Conselhos Gestores são considerados um dos principais instrumentos de institucionalidade das políticas sociais. Correspondem à arranjos deliberativos entre Estado-Sociedade que possibilitam a participação e permitem uma maior representação de demandas oriundas da população (VAZ, 2011). Estudos recentes têm-se dedicado ao tema da efetividade entendida como a qualidade dos processos participativos, sendo possível identificar variáveis capazes de interferir na performance dos arranjos institucionais, sobretudo na produção de resultados em políticas públicas (PIRES et al, 2011). Um dos aspectos da efetividade diz respeito ao desenho institucional compreendido pela disposição de regras e normas que regulam o funcionamento dos espaços participativos (FARIA, RIBEIRO; 2011). Sustentada em tal discussão, a pesquisa teve como objetivo principal analisar a efetividade deliberativa dos Conselhos Gestores do município de Volta Redonda-RJ, a partir do seu desenho institucional. Para tanto, adotou-se a metodologia qualitativa com técnicas de coleta de dados em pesquisas bibliográfica e documental. O tratamento dos dados seguiu a abordagem qualitativa com definição de categorias de análise do tipo grade mista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa foi realizada em nove Conselhos Municipais de Volta Redonda-RJ nas áreas de cultura, saúde, direitos da criança e do adolescente, proteção e defesa dos animais, meio ambiente, turismo, segurança alimentar e nutricional, FUNDEB e direitos da mulher. Os resultados foram analisados, a partir de um conjunto de categorias sobre o desenho institucional em arranjos deliberativos. Os Conselhos com maior institucionalização são os de cultura, criado em 1971, seguido dos de saúde e direitos da criança e do adolescente, ambos instituídos na segunda metade da década de 1990. A maior parte dos Conselhos detém capacidade de influir no processo decisório com destaque para a finalidade e as competências na incidência em políticas públicas nas áreas de cultura, saúde, direitos da criança e adolescente. Destaca-se também, o Conselho do FUNDEB como uma instância fiscalizadora da política municipal de educação. Quanto à estrutura organizacional, somente dois dos nove Conselhos pesquisados não informam sobre a previsão de um arranjo interno com mesa diretora, secretaria executiva, comissões e grupos de trabalho. Em relação à frequência de reuniões destaca-se os Conselhos de Política

Cultural e Direitos da Criança e do Adolescente com reuniões duas vezes por mês evidenciando maior periodicidade e, conseqüentemente, maior grau de atuação. No que concerne a composição destaca-se o Conselho de Política Cultural com 60% de seus conselheiros oriundos da sociedade civil com representação individual em diversos segmentos da cultura, e também o Conselho de Saúde ao possuir uma divisão tripartite com vinculação associativa entre usuários, profissionais de saúde, governo e prestadores públicos. Já o Conselho de Turismo possui 65% de seus conselheiros como representantes da sociedade civil, embora a composição predominante seja de associações comerciais. Sobre a forma de escolha dos conselheiros oriundos da sociedade civil, os Conselhos de Política Cultural, Saúde, Meio Ambiente, Turismo, Segurança Alimentar e Nutricional elegem seus membros em conferências municipais, o que revela um caráter mais democrático. Destaca-se também, que o único Conselho que não elege o presidente em plenária diz respeito ao de meio ambiente ficando a cargo do Secretário Municipal. O processo de definição da pauta constitui uma disposição pouco explorada nas normas dos Conselhos sendo, em sua maior parte, definida pela secretaria executiva e/ou presidente. Sobre a periodicidade das conferências destaca-se os Conselhos do Meio Ambiente a cada dois anos; o de Direitos da Criança e do Adolescente a cada três anos e o de Segurança Alimentar e Nutricional a cada quatro anos. Os demais não dispõem sobre tal informação nas normas. Por fim, a existência de um Fundo Municipal e sua gestão pelo Conselho é prevista nas áreas de

saúde, política cultural, direitos da criança e do adolescente, meio ambiente e direitos da mulher.

CONCLUSÕES:

É possível tecer alguns parâmetros sobre a efetividade do desenho institucional dos Conselhos Gestores de Volta Redonda-RJ, como estrutura organizacional, realização de eleições para conselheiros da sociedade e para o cargo de presidente, composição paritária, periodicidade mensal das reuniões, definição da pauta pela secretaria executiva e/ou presidência, além da maior parte possuir funções decisórias. Ressalta-se a composição do Conselho de Política Cultural ao garantir 60% da representação da sociedade civil de forma individual, o que constitui um avanço para a inclusão participativa.

AGRADECIMENTOS:

Ao PIBIC/UFF pela bolsa, o que possibilitou a realização da pesquisa e contribuiu para a produção de conhecimento científico; à professora-orientadora que conduziu a pesquisa e me auxiliou durante todo seu desenvolvimento; aos membros do grupo de pesquisa que contribuíram para o meu aprendizado.





Grande área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas
Título do Projeto: MULHERES DE AREIA: TRAJETÓRIAS, LUTAS E RESISTÊNCIA DO COLETIVO DE MULHERES DA LAGOA SALGADA EM SÃO JOÃO DA BARRA/RJ
Autoras: Clarissa Sales Tostes; Andreza A. Franco Câmara; Carla Appollinario de Castro; Laís da Silva Almeida

**Departamento/Unidade/Laboratório: Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé/
Departamento de Direito de Macaé**

INTRODUÇÃO:

A historicidade da economia solidária remonta ao século XXVIII, sendo marcada por ciclos que acompanham as crises e recessões econômica, retomando conceitos meritocráticos que na ausência do Estado da prestação dos direitos e garantias fundamentais (WELLEN, 2014).

Nesse trabalho, buscou-se observar como as mulheres tradicionalmente relegadas a função de “ajudantes” no trabalho camponês (KOROL, 2016) apresentam sua emancipação por meio do sistema cooperativado como experiência única e academicamente estimulante, garantindo um estudo via pesquisa-ação percepções culturais e sociais de grande riqueza histórica às regiões onde se inserem, e por isso o registro pode motivar futuras gerações a questionamentos e lutas políticas necessárias ao desenvolvimento econômico em contexto capitalista econômico.

Para tanto, se empregou como metodologia para a elaboração do presente artigo a revisão de literatura, focando tanto na teoria geral da economia solidária quanto na leitura crítica sobre gênero e associativismo. Posteriormente, iniciou-se a aplicação da técnica da pesquisa-ação, que considera ação de organização, de

mobilização, sensibilização e de conscientização dos sujeitos sociais pesquisados (BALDISSERA, 2001).

Tal abordagem permitiu o aceite metodológico da intervenção dos pesquisadores e consequente influência exercida pela presença de um grupo externo ao grupo estudado. Com o levantamento de dados anteriores das atividades exercidas e o histórico, reuniu-se literatura e fichamento de trabalhos que pudessem colaborar à criação da cooperativa, além de incentivos estatais pertinentes. Devido ao período de isolamento social decorrente da pandemia por COVID-19 realizou-se entrevistas semiestruturadas por meio de fóruns em aplicativos como *whatsapp* e *google meet*, entrevistando-se 05 (cinco) mulheres do Coletivo que exercem atividades múltiplas de gerenciamento, pesquisa e liderança.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A proposta identificar o processo de autogestão e emancipação das mulheres do Coletivo da Lagoa do Salgado, em São João da Barra/RJ.

A partir da pesquisa-ação, o processo de experimentação com o Coletivo priorizou a interlocução enquanto sujeitos que constroem

suas próprias histórias de vida e trocas horizontais.

Foram realizadas reuniões com o Coletivo e a sensibilização por meio de uma cartilha elaborada pelas pesquisadoras com os conceitos centrais sobre emancipação, gênero, associativismo, cooperativismo, economia solidária.

O material de apoio foi dividido em três pontos: “Princípios Básicos da Economia Solidária”; “Críticas à Economia Solidária” e “Mulheres tomem a frente!”. Com linguagem acessível e ilustrações exemplificativas de grupos que laboram sob essa a forma de empreendimento de economia solidária (ESS), continha a principiologia vinculada pela extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), críticas oriundas de pesquisadores (WELLEN, 2012).

Com o resultado positivo das reuniões em grupo, retomou-se a atividades da associação nas limitações impostas pelo encolhimento do grupo e a perspectiva da ausência de recursos: um plano de negócios de curto e médio prazo que viabilizasse a concretização de um capital à associação, formas de participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na região, bem como possíveis parcerias com programas sociais.

Definiu-se duas alternativas enquanto confeccionava-se cestas de produtos e alimentos produzidos. As cestas eram entregues diretamente aos clientes, e isso significou um incremento na renda mesmo com a posterior necessidade da autoexclusão de uma mulher que precisou exercer a função de cuidadora de sua mãe.

Entretanto, o ponto mais controverso manteve-se sobre a formalização: a cooperativa ainda se encontrava além dos recursos existentes, mas a falta do CNPJ limita o acesso a políticas públicas existentes.

Buscou-se alternativamente a formulação de novas parcerias como a empresa que administra o Complexo Portuário PORTO AÇU e a Prefeitura de São João da Barra. Essas redes integrativas foram iniciadas. Entretanto, devido à pandemia, as atividades ficaram circunscritas as tratativas sobre a legalização da cooperativa.

CONCLUSÕES:

O grupo encontra-se consolidado em suas relações sociais, e com seus laços bem fortalecidos. Infelizmente, as próprias atividades da associação estão passíveis de suspensão a depender de situações fáticas externas, por não possuir condições tecnológicas e capitais de manterem-se competitivos frente crises econômicas, como a acarretada pela pandemia de 2020, problemas sociais graves, como a ausência da figura de liderança, já que cada membro é essencial a produção dessas associações.

Com as dificuldades enfrentadas, a concretização da cooperativa, e um dos objetivos principais, ainda não é possível, e por isso foi necessário optar por permanecer na informalidade e como um complemento de renda, postergando o desejo das incubadas de viverem exclusivamente da renda da cooperativa, o que garantiria as mesmas condições trabalhistas mais justas, emancipatórias e inclusivas.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos à UFF e ao CNPq pela concessão da bolsa de Iniciação Científica que oportunizou à realização dessa pesquisa. Agradecemos ao Coletivo de Mulheres da Lagoa do Salgado pela troca de experiências.

REFERÊNCIAS:

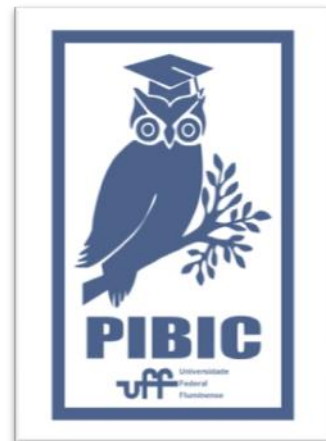
BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, 7(2):5-25, ago., 2001. Disponível em: <http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/viewFile/570/510>. Acesso em 30 ago. 2020

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. S.Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

KOROL, Claudia. **Somos tierra, semilla, rebeldía: Mujeres, tierra y territorio em América Latina**. GRAIN, Acción por lá Biodiversidad. 2016.

SINGER, Paul. **Ensaio sobre economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2018.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.





Grande Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Título do Projeto: Trabalho, Precarização e Resistência: uma Análise nas Telecomunicações do Rio de Janeiro

Autores: Prof. Maria Cristina Rodrigues, Ana Clara Souza, João Marcoyves Carvalho da Silva

Departamento/Unidade/Laboratório: Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF)

INTRODUÇÃO

A precarização é, concretamente, o que predomina nas relações de trabalho no Brasil com a Reforma Trabalhista de 2017. Esta aprofunda e agudiza as péssimas condições que já eram ruins. O caso específico dos trabalhadores em Telecomunicações é exemplar nesse sentido, uma vez que o ponto forte da precarização nas relações e condições de trabalho para esse setor pode ser identificado com a privatização das empresas estatais, em 1998, associada a um intenso processo de terceirização.

Tanto a bibliografia estudada quanto os instrumentos adotados para a análise da realidade do trabalho nas telecomunicações cariocas (e-mails de denúncia enviados ao sindicato; entrevistas com dirigentes; acompanhamento das negociações do sindicato com as empresas; análise dos Acordos Coletivos) nos confirmaram que este processo iniciado nos anos 1990 só tem se intensificado nos dias atuais, provocando uma série de consequências para os trabalhadores.

RESULTADOS:

Ao longo do percurso da pesquisa, analisamos a Reforma Trabalhista de 2017 entendendo-a, como apontam Teixeira et al (2017, p.27), como parte do desmonte de direitos que desestrutura a vida social, favorecendo apenas um único ator social – os empregadores.

Considerando a particularidade dos trabalhadores em Telecomunicações, os e-mails de denúncia constituíram-se num elemento rico e complexo, uma vez que ali percebemos aspectos que constituem o que chamamos de *precarização nas relações de trabalho e também do ser-que-vive do trabalho*. Essa análise resultou no **documentário *Isso está correto, Sindicato?***, elaborado em fevereiro de 2020.

Como parte da reflexão final da pesquisa, apresentamos uma análise dos últimos Acordos/Convenções Coletivos assinados entre o sindicato de trabalhadores e as empresas/sindicatos patronais, comparando em que medida as cláusulas existentes em Acordos anteriores foram mantidas ou retiradas/alteradas no

Acordo atual. E de que forma isso está ou não associado à Reforma Trabalhista.

Também foram consideradas as ações/estratégias de negociação postas em prática pelo Sinttel-Rio frente às medidas tomadas pelas empresas no enfrentamento da pandemia do coronavírus.

O que os dados levantados e analisados nos permitem afirmar é que a precarização que os trabalhadores em telecomunicações vivenciam no trabalho desde a privatização se mantém após a Reforma Trabalhista: nas operadoras estão as melhores condições de trabalho, enquanto nas empresas prestadoras de serviço e no teleatendimento, as relações de trabalho são muito precárias devido o avanço da terceirização.

No entanto, também verificamos alguns novos itens conquistados. Apresentamos, a seguir, um Quadro com as perdas e conquistas do Acordo Coletivo de 2020 da empresa Atento, comparando com o Acordo de 2010.

Quadro Acordo Coletivo da Atento:

PERDAS	CONQUISTAS
Não reajuste salarial	Cláusulas sobre Teletrabalho
Manutenção do BH	Reconhecimento do assédio moral/sexual
	Aumento do abono de faltas
	Extensão da creche para empregados/aumento para 50 meses
	Licença para trabalhadoras(es) vítimas de violência doméstica (com acompanhamento do sindicato)
	Reconhecimento das relações homoafetivas para efeito de dependentes

Fonte: Acordo 2020-2021/Sinttel-Rio

Elaboração: os autores

Na maioria das cláusulas, o Acordo atual mantém os itens dos anos anteriores, mas há uma perda significativa, que é o não reajuste salarial – ponto que a empresa sustentou com o argumento da crise do coronavírus. No entanto, a ação do sindicato (inclusive na justiça, com paralisações) também garantiu cláusulas que regulam o teletrabalho e as medidas de proteção contra a pandemia.

Com isso, podemos dizer que a precarização é um fato, mas também a movimentação dos trabalhadores e do sindicato.

CONCLUSÕES:

Ao final destes dois anos de pesquisa foi possível confirmar outros estudos voltados para a temática (TEIXEIRA et al, 2017; KREIN, 2018; KREIN et al, 2019), que apontam para uma discrepância entre o prometido e o realizado, especialmente no que se refere ao crescimento de emprego. O discurso dos defensores da Reforma se sustenta na ideia que a flexibilização da legislação trabalhista permitiria o aumento da oferta de trabalho. No entanto, os números levantados não indicam que isso aconteceu de forma a proteger os trabalhadores.

Mas também no que se refere à própria organização dos trabalhadores e a ação sindical, a Reforma Trabalhista significou um ataque muito grande, através de medidas como: prevalência do negociado sobre o legislado; proibição da ultratividade das cláusulas negociadas; e ampliação das possibilidades de negociação individual entre empregador e empregado. (SCHERER, 2019, 183)

Todas essas medidas não impedem, no entanto, que os trabalhadores resistam. Tendo tido contato com as ações sindicais neste momento de pandemia, enxergamos as dificuldades do inesperado sendo, mais uma vez, enfrentadas com resiliência pelo movimento social. Nossa pesquisa nos mostrou que os trabalhadores e as trabalhadoras em telecomunicações do Rio de Janeiro continuam na batalha pelos seus direitos.

Bibliografia:

KREIN, J.D.; GIMENEZ, D.M; SANTOS, A.L.(orgs). **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil.** Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018.

KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R.V.; FILGUEIRAS, V. A. **Reforma Trabalhista no Brasil: Promessas e Realidade.** Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

RODRIGUES, Maria Cristina Paulo. **Reestruturação, precarização e resistência nas telecomunicações do Rio de Janeiro: o trabalho no “campo de batalha”.** Rio de Janeiro: UERJ/Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH). Tese de Doutorado. Dez/2016.

SCHERER, Clovis. **Diálogo e proteção social – a negociação coletiva após a Reforma Trabalhista.** in: KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R.V.; FILGUEIRAS, V. A. Reforma Trabalhista no Brasil: Promessas e Realidade. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

SINTEL-Rio. Acordos Coletivos (Oi, ATENTO, SINSTAL). pdf

TEIXEIRA, Marilane Oliveira et al (orgs). **Contribuição crítica à reforma trabalhista.** Campinas, SP : UNICAMP/IE/CESIT, 2017.





Ciências Sociais e Aplicadas

SINALIZANDO A FÍSICA: UMA PROPOSTA DE MEDIAÇÃO ACESSÍVEL PARA A CASA DA DESCOBERTA

Nogueira¹, E.C.; Enne², B.W., Vasconcelos³ I.A.H, Marques⁴, A.S.

¹Instituto de Física; ²Instituto de Química/Engenharia Química; ³Instituto de Química/Licenciatura em Química; ⁴Escola de Engenharia/Engenharia de recursos hídricos e meio ambiente

INTRODUÇÃO:

A Casa da Descoberta recebe cerca de 8000 visitantes por ano entre visitas agendadas e visitas espontâneas. Parte deste público é formado por pessoas com deficiência, o que torna urgente a adaptação do espaço físico e das propostas de mediação para que todos tenham acesso às informações e aos espaços em condições de igualdade e sem discriminação.

Acreditamos que as propostas de mediação e comunicação sensoriais e as adequações ambientais de caráter físico e social têm o potencial de transformar os espaços culturais em ambientes mais acolhedores e inclusivos (Falk and Dierking, 1992; Tan and Subramaniam, 2003; Osborne and Dillon, 2008; Salmi, Thuneberg and Vainikainen; 2016, Nogueira et al, 2019).

Nesta pesquisa, desenvolvemos procedimentos e técnicas de mediação voltadas para o acolhimento da comunidade surda e que possam ser aplicadas à realidade da Casa da Descoberta: um museu de ciência universitário, onde seus mediadores são alunos de diversos cursos de graduação, com pouco ou nenhum conhecimento de Libras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Durante as visitas ao museu, o participante é convidado a interagir com a obra e também com os outros visitantes. As visitas são guiadas por um mediador que fornece o conteúdo teórico, além de relacionar os conceitos científicos às experiências do dia a dia e ajudar no manuseio do equipamento.

As visitas são conduzidas em português, criando uma barreira comunicacional para o surdo. Para eliminar esta barreira, iniciamos o processo tradução e interpretação do processo de mediação das obras da área da Física existentes no museu.

Durante o estudo da simbologia adequada, verificamos que nem todos os termos técnicos utilizados pela Física possuem representação em Libras. Na ausência de sinal específico, utilizamos a datilologia para descrever o conceito científico envolvido.

A implementação e validação das propostas de mediação em Libras foi realizada com dois grupos de surdos que visitaram o museu.

Filmagem dos experimentos

A Casa da Descoberta conta com cerca de 40 mediadores, entre bolsistas e voluntários. Em geral, eles atuam no museu durante dois anos,

no máximo. Devido a esta alta rotatividade, decidimos filmar as explicações em Libras para serem utilizadas como ferramenta de auxílio no treinamento de futuros mediadores surdos ou bilíngues.

Como descrito em Nogueira et al (2019), as filmagens seguiram as seguintes etapas: elaboração do roteiro; adequação da linguagem e dos exemplos para as diferentes faixas etárias; filmagem; edição dos vídeos e validação da filmagem.

Com o intuito de verificar se os curtas estavam adequados para serem utilizados como material de treinamento, solicitamos que a mediadora surda, que na época atuava no museu, conduzisse uma visita pelo espaço. Após o estudo dos vídeos e do material de apoio que é disponibilizado para os novos monitores, a mediadora surda foi capaz de conduzir a visita em Libras para as duas mediadoras bilíngues que faziam parte da equipe. Em nossa análise, os curtas produzidos são uma importante ferramenta de treinamento de novos mediadores surdos e bilíngues.

Também avaliamos a qualidade dos curtas bem como a autonomia que um visitante surdo terá para realizar a visita na ausência de um mediador bilíngue ou surdo. Para este teste, um mediador ouvinte realizou a visita com a mediadora surda. Nesta fase, a mediadora surda apontou alguns itens que precisaram ser adequados tais como: tempo de espera para realização das atividades propostas e a inclusão de sinais técnicos no glossário. Em seguida, foram avaliados a clareza na apresentação dos conceitos físicos e dos exemplos sugeridos. De

acordo com a mediadora surda, ela conseguiu entender tanto os conceitos quanto os exemplos que utilizados.

CONCLUSÕES:

Neste trabalho, discutimos como a Casa da Descoberta tem se preparado para receber os visitantes surdos. Para isso, fizemos um estágio no museu para conhecer como ocorre o processo de mediação e aprender os conceitos físicos ali trabalhados. Em seguida, estudamos a simbologia adequada e desenvolvemos uma proposta de mediação acessível.

Como a linguagem é a principal barreira que inibe a visita do público surdo aos espaços museais, adaptamos as explicações das obras do museu para Libras. É importante que as informações sejam oferecidas em Libras para que o visitante surdo tenha acesso à informação, ao conhecimento e sinta-se confortável nestes ambientes.

Até o momento, realizamos pequenos curtas com a adaptação da apresentação de 5 experimentos para Libras.

As filmagens auxiliarão no treinamento de novos mediadores surdos e bilíngues que vierem atuar na Casa da Descoberta.

Além disso, elas poderão ser utilizadas pelos visitantes surdos na ausência de um mediador com fluência em Libras. Sabemos que esta é uma solução paliativa: o ideal é que os museus tenham em seus quadros permanentes funcionários com o domínio de Libras. Temos consciência que o uso dos curtas não substitui o

profissional surdo ou bilíngue. Mas na ausência destes, o uso das tecnologias de informação e mediadores com noções de Libras pode diminuir as barreiras comunicacionais.

AGRADECIMENTOS:

Os autores agradecem ao PIBIC/CNPq/UFF pelo apoio financeiro concedido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FALK, J. H. and DIERKING, L. D. *“The museum experience”*. Washington, D.C., U.S.A.: Whalesback Books, 1992,

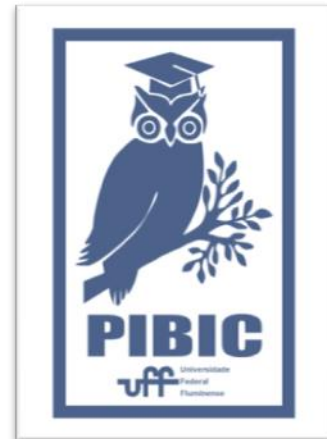
NOGUEIRA, E.C.; ENNE, B.W. ; HOOPER-VASCONCELOS, I. A. H. . “Física em Libras: desenvolvimento de proposta de mediação acessível para a Casa da Descoberta”. *ESPAÇO (RIO DE JANEIRO)*, v. 52, p. 149-162, 2019.

OSBORNE, J. F. and DILLON, J. *“Science education in Europe”*. London, U.K.:Nuffield Foundation, 2008.

SALMI, H., THUNEBERG, H. and VAINIKAINEN, M.P. *‘How do engineering attitudes vary by gender and motivation? Attractiveness of outreach science exhibitions in four countries’*. *European Journal of Engineering Education* 41 (6), pp. 638–659, 2016

TAN, L. W. H. and SUBRAMANIAM, R. (2003). *“Science and technology centres as agents for promoting science culture in developing*

nations”, *International Journal of Technology Management* 25 (5), pp. 413–426, 2003.





Ciências Sociais Aplicadas

Ensino Superior brasileiro e expansão dos cursos públicos de Serviço Social: análise do processo formativo.

Gabriella de Souza Lopes, Larissa Dahmer Pereira

Departamento de Serviço Social de Niterói

INTRODUÇÃO:

Nesta pesquisa, embora inicialmente o tema tenha sido a análise do ensino superior e a expansão dos cursos públicos de Serviço Social, o objeto de estudo foi redirecionado durante o processo de pesquisa. Deste modo, dedicamo-nos enquanto equipe de Iniciação Científica, ao debate e à análise crítica a respeito da expansão dos cursos de Serviço Social ofertados na modalidade à distância no Brasil e seus impactos na formação profissional e no trabalho docente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Apesar do caráter democratizante, tendo em vista que tal expansão torna o acesso ao ensino superior possível para determinadas frações da classe trabalhadora, destaca-se o contexto – em meio a tal expansão, de desmonte das políticas públicas por meio da ofensiva neoliberal do Estado, intensificada no país a partir da década de 1990, com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Para nortear nosso debate, debruçamo-nos em estudos bibliográficos sobre a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Trotsky, Capitalismo Dependente de Florestan Fernandes, a Ideologia Desenvolvimentista de Miriam Limoeiro, e a crítica à Teoria do Capital Humano, de Gaudêncio Frigotto, para compreender como a

Educação pode ser enxergada como vetor de ascensão social – com um viés meritocrático – do indivíduo, e como o Ensino a Distância (EaD) corrobora com esta lógica. O período de reestruturação produtiva, ocorrido a partir da década de 1970, foi fundamental para este movimento, pois gerou impactos significativos na vida social, abarcando, também, a Educação. Estes impactos foram causados pela reorganização do papel do Estado, que passou a ser administrado com influência do ideário neoliberal. Dito isso, a criação e o fortalecimento de Instituições de Ensino Superior Privadas no Brasil, particularmente as de caráter mercantil, se intensificou, principalmente, após a implementação de marcos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), os Decretos de Lei nº 2.207 e 2.306, ambos de 1997, que regulamentam estas instituições e a criação de programas de alocação de recursos públicos para o setor privado, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI). O primeiro financia as mensalidades de estudantes matriculados em instituições privadas – sejam estas com ou sem fins lucrativos. Já o segundo fornece bolsas integrais ou não, para alunos de instituições privadas. Realizado este panorama sobre o ensino superior, buscamos dados que nos

possibilitassem conhecer mais elementos sobre o perfil profissional formado em cursos ofertados na modalidade de EaD. Assim, buscamos nos sites das instituições os dados sobre os cursos, além de pesquisas na plataforma E-MEC, porém, ainda assim há muitas informações não disponíveis. Outrossim, nesta modalidade de ensino as dúvidas/questões dos discentes ficam centradas nos tutores, que encontram nos pólos de EaD responsabilidades que ultrapassam suas atribuições, criando uma nova categoria de trabalho docente.

CONCLUSÕES:

De maneira geral, o nosso trabalho de Iniciação Científica buscou conhecer o movimento de expansão do ensino superior no Brasil e compreender a tendência do EaD ser predominante em cursos de nível superior, especialmente nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas. Desse modo, podemos, ainda que inicialmente, afirmar que, apesar de existir um caráter democrático no acesso ao ensino superior por meio do EaD em instituições privadas, as motivações para a expansão desta modalidade de ensino e seus impactos para os discentes são questionáveis. O EaD não se reduz a mais uma modalidade de ensino, mas se torna uma importante estratégia de expansão do mercado educacional, de maneira barata e com maior lucratividade. Além disso, não faltam aparatos estatais e legais para que esta ampliação se consolide cada vez com mais força, conforme foi possível apreender na pesquisa bibliográfica e documental. Esta lógica mercantil nos leva a compreender como os discursos meritocráticos se consolidam em

nossa sociedade e como o EaD se torna atrativo para os discentes. Mensalidades baratas e flexibilização para estudar “a hora que quiser e onde quiser” são a chave para esta procura, ainda mais quando se tem um perfil de aluno que procura por uma formação para o mercado de trabalho de maneira mais rápida. Portanto, podemos notar que falar sobre democratização do ensino exige cuidado e atenção, especialmente se considerarmos a relação entre IES privadas mercantis e setor financeiro, isto é, o processo de financeirização do ensino superior brasileiro. Na área do Serviço Social, constata-se uma série de fragilidades no processo formativo em tais cursos, relativas ao Estágio, TCC e ausência do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, e a criação de uma nova categoria, a dos tutores.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço à UFF, ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), à orientadora Larissa Dahmer e ao Grupo TEIA pela oportunidade de troca e aprendizado ao longo destes anos de grupo de pesquisa fundamentais para a minha formação.

